

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO RIO GRANDE DO SUL
UNIDADE HORTÊNSIAS
MESTRADO PROFISSIONAL EM AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE**

FERNANDA SCHINAIDER

**TRANSPOR MUROS PARA OCUPAR O TERRITÓRIO:
EXPERIMENTAÇÃO DE UMA ESTAÇÃO DE PESQUISA EM POLÍTICAS E
AMBIENTE, VILA JARDIM, SÃO FRANCISCO DE PAULA/RS**

SÃO FRANCISCO DE PAULA

2023



uergs

Universidade Estadual do Rio Grande do Sul

Hortênsias

FERNANDA SCHINAIDER

**TRANSPOR MUROS PARA OCUPAR O TERRITÓRIO:
EXPERIMENTAÇÃO DE UMA ESTAÇÃO DE PESQUISA EM POLÍTICAS E
AMBIENTE, VILA JARDIM, SÃO FRANCISCO DE PAULA/RS**

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado Profissional em Ambiente e Sustentabilidade da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestra em Ambiente e Sustentabilidade.

Orientadora: Profa. Dra. Patrícia Binkowski

Coorientadora: Profa. Dra. Aline Reis Calvo Hernandez

SÃO FRANCISCO DE PAULA

2023

Catálogo de publicação na fonte (CIP)

S336t Schinaider, Fernanda

Transpor muros para ocupar o território: experimentação de uma estação de pesquisa em políticas e ambiente, Vila Jardim, São Francisco de Paula/RS/ Fernanda Schinaider. – São Francisco de Paula: UERGS, 2023.

123 f.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, Mestrado Profissional em Ambiente e Sustentabilidade, Unidade Hortênsias, 2023.

Orientadora: Profa. Dra. Patrícia Binkowski

Coorientadora: Profa. Dra. Aline Reis Calvo Hernandez

1. Estação de Pesquisa ObservaCampos.. 2. Malhas de convivência. 3. Políticas Públicas. 4. Dissertação. I. Binkowski, Patrícia. II. Hernandez, Aline Reis Calvo. III. Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, Mestrado Profissional em Ambiente e Sustentabilidade, Unidade Hortênsias. IV. Título.

Ficha catalográfica elaborada pelo Bibliotecário Marcelo Bresolin CRB 10/2136

FERNANDA SCHINAIDER

TRANSPOR MUROS PARA OCUPAR O TERRITÓRIO: EXPERIMENTAÇÃO DE UMA ESTAÇÃO DE PESQUISA EM POLÍTICAS E AMBIENTE, VILA JARDIM, SÃO FRANCISCO DE PAULA/RS

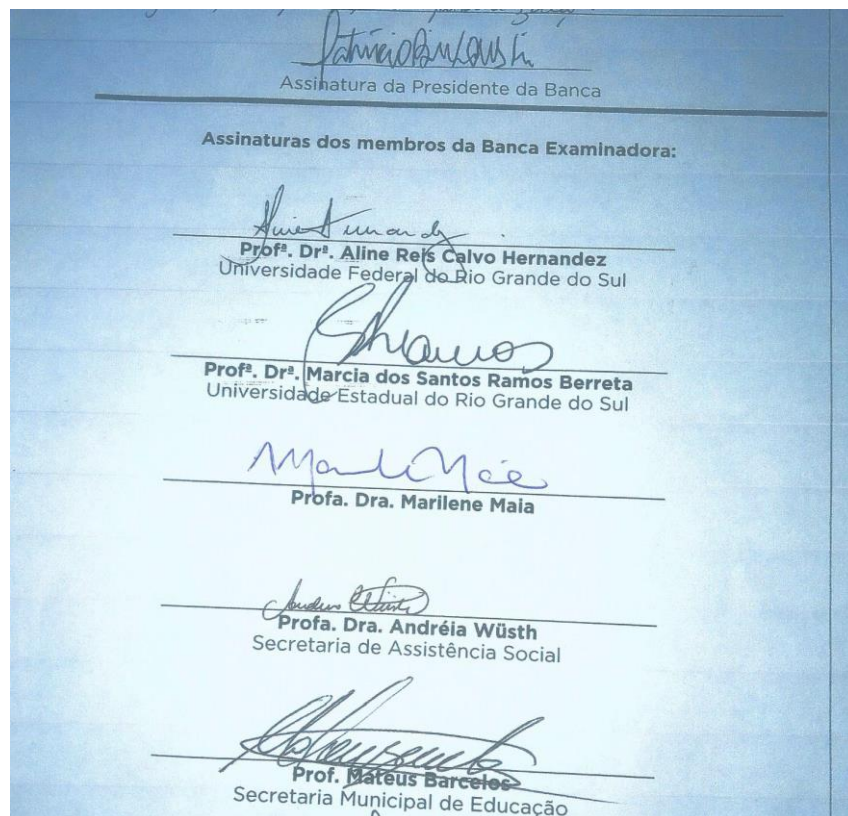
Dissertação apresentada ao curso de Mestrado Profissional em Ambiente e Sustentabilidade da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestra em Ambiente e Sustentabilidade.

Orientadora: Profa. Dra. Patrícia Binkowski

Coorientadora: Profa. Dra. Aline Reis Calvo Hernandez

Aprovada em: 29/09/2023

BANCA EXAMINADORA



À minha família, em especial, à minha mãe Derli Amarante, mulher mãe solo de duas meninas, determinada, costurou um caminho de cuidado, educação e inspiração, assim como em seu trabalho, ponto a ponto, para que hoje estivéssemos a oportunidade de escolha.

À minha irmã, corajosa, abriu o caminho para os estudos, e hoje somos as primeiras mulheres a conquistar um diploma universitário da família.

Às mulheres que conheci até hoje, em especial, as orientadoras, pois vocês são fantásticas.

À toda população que vive à margem, oprimida e violentada, em especial, à Vila Jardim.

AGRADECIMENTOS

Os meus puros agradecimentos à família, em especial, à mãe, irmã e sobrinha, tríade de amor e inspiração de vida. A caminhada é mais leve com vocês ao lado.

Às orientadoras fantásticas, mulheres, professoras, amigas, inspirações de vida e de carreira. Sou grata imensamente por compartilharem suas experiências. A vida é melhor com vocês, “lado a lado, ombro a ombro”.

A Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS), pela oportunidade do ensino público e de qualidade, desde a minha graduação até o mestrado. À todas as professoras e professores do Programa de Pós-graduação em Ambiente e Sustentabilidade (PPGAS) por compartilharem de seus saberes ao longo desses anos.

Ao Programa de Pós-graduação em Antropologia (PPGANT), da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) e a professora Louise Prado Alfonso, pela oportunidade de cursar disciplinas como aluna especial/ouvinte, contribuindo para a construção da minha trajetória acadêmica.

Ao Observatório de Políticas e Ambiente (ObservaCampos-UERGS) por abrirem as portas para a construção dessa pesquisa, pela possibilidade de aprender e contribuir nas ações de pesquisa e extensão. Em especial:

- A Patrícia Binkowski, professora líder do grupo, minha eterna orientadora fantástica nas ações de ensino, pesquisa e extensão;

- A Aline Hernandez, professora vice-líder, minha coorientadora fantástica e primeira professora que tive o privilégio de conhecer na UERGS;

- Ao Túlio Garcia, o eterno bolsista sênior, companheiro dessa pesquisa, e de tantas outras ações em prol das e dos estudantes, tanto em pesquisa como em extensão;

- Ao Cássio Hoffmann, o cara dos mapas, imagens aéreas e vídeos, o bolsista que administra todas as redes sociais da Uergs Hortênsias quiçá de São Chico, amigo de vida e carreira;

- Ao Ismael Klein, o meu “cocoorientador”, parceiro de força, coragem, conselhos, viagens, sempre acompanhado de café e um toque de incentivo;

- A Jucileia Lumertz, parceira incansável, sempre disposta a ajudar e acompanhada de um sorriso encantador;

À toda comunidade Vila Jardim, em especial, às famílias que contribuíram para que essa pesquisa fosse possível. Vocês são e sempre serão pessoas que fizeram a diferença, ocuparam para além do território e “ensinaram qual é que é da vida”. Gratidão eterna!

À Gestão do Parque Natural Municipal da ronda (PNMR-SFP/RS), Secretarias e Prefeitura Municipal de São Francisco de Paula/RS.

À Turma de mestrado, 2020, a turma da pandemia, agradeço por compartilharmos o desafio de estudar em plena pandemia Covid-19. Uma vez que, algumas e alguns conheci apenas pela telinha, mas além de excelentes profissionais se tornaram amigas e amigos.

Às colegas professoras, em especial, a Talita, Denise Fernanda e Luciana, que sempre me acolheram e ajudaram no início de carreira nas escolas, CAIC e Presidente Vargas, rede municipal de ensino de Gramado/RS. Afinal sobrevivemos juntas e de mãos dadas a educação brasileira em tempos pandêmicos.

A todas as amigas e amigos que se fizeram presentes tanto nas telinhas como na vida real. Agradeço por existirem, é dispensável citar um por um, pois são as mesmas pessoas que compartilham comigo dessa dádiva da vida, chamada amizade, a qual não se descreve, se sente.

“O Tempo Passa”

O trem da vida tem pressa
Embarque nessa ou espere, na estação da cobiça, maldade, preguiça, inveja
Esquece vem no trem embarca quem quiser
Não tem passagem, bilhete, nem ticket, só à vontade de viver e ser livre
Sem grade, sem cela, sem trinque,
Corre o apito suou, chegou enfumaçou, sem medo pode correr,
A mente pode voar só querer, Doutor é foda, mas destino quem escolhe é você
Só não embarque no vagão letal,
Planos atrás do dinheiro, corpos nas celas ou acesos por metal
Nesse vagão do trem quem ganha é a vila das almas
Quem bate palma pra morte são as espoletas das armas,
Embarque no vagão da vida traz a família, os guri, às gurias,
O gaitero, o dj, o pandeiro, o Bumbo Leguero, o beatbox de rua
Da Guedes e Dependentes aperte o cinto que a viagem continua.
Paro, penso e reflito mas o tempo só passa
O tempo que vai o tempo que vem nunca se ultrapassa
Aprendi e cresci com ele, até hoje confio nele
A chave do meu futuro por enquanto é só com ele (Yeah)
Ninguém sabe não o que se passa então, Como se diz o tempo é o senhor da razão
Viaja comigo e descubra essa verdade
O gosto da liberdade vivendo a realidade (Yeahhh)
Por causa do tempo hoje eu sou quem eu sou
Pé no chão é a teoria pra ter noção onde estou eu vivo
A minha vida em função do tempo, Passando exemplo enquanto eu viajo no tempo
Hoje eu sei quem eu sou, mas não sei pra onde vou
O tempo não para essa é a vantagem porque eu sei quem eu sou
Lenzo Rizzo got the flow, Lenzo Rizzo não tem o dom
O tempo não para e eu agradeço Da Guedes pela colaboração
A vida passa como um trem bala em alta velocidade, Aperte seu cinto
Embarque comigo nessa viagem, Cada um de nós é um passageiro
Estamos aqui de passagem
Nosso senhor é o maquinista quem comanda a viagem
O tempo passa aumenta a cada vagão
Se o trem não descarrila a morte está na última estação
Por isso eu vivo cada dia junto com os irmãos
Hoje eu respiro amanhã não sei deitado num caixão
Por isso viva cada dia como se fosse seu último
Não dê motivo siga a luz que está no fim do túnel
O amor é o combustível da locomotiva
A viagem é longa, às vezes curta e muito sofrida
O tempo é rei eu vou também até quando Deus quiser
Spam, Vila Jardim, minha quebrada me mantém de pé. Us lado Leste...
Aperte o cinto escolha a sua poltrona com ritmo frenético da vida o tempo voa
quem espera não alcança fica atrás não realiza
vegeta cria raiz na contramão toda vida
o trem já ta partindo é hora de dar tchau
sejam todos bem vindos no vagão da transformação
Sou passageiro to ok! por isso eu vô também,
Vou até onde Deus quiser vida leva eu.
(Da Guedes, Porto Alegre, 1993)

RESUMO

A presente pesquisa trata da experimentação de uma Estação de Pesquisa, proposta metodológica idealizada por Mary Jane Spink e Peter Spink (2018), junto à Vila Jardim, comunidade situada junto ao Parque Natural Municipal da Ronda (PNMR), em São Francisco de Paula, RS, Brasil. O objetivo geral buscou identificar, descrever e analisar as práticas cotidianas, as malhas de convivência e o acesso da Vila Jardim às políticas públicas, ao território e ao ambiente. Os objetivos específicos buscaram: a) Revisar os dados secundários já produzidos sobre a Vila Jardim e o Parque Natural Municipal da Ronda; b) Compreender o conjunto de percepções e significações dos moradores em relação à políticas, território e ambiente; c) Evidenciar demandas comunitárias que possam servir à formulação de projetos, ações e políticas públicas; d) Desenvolver produtos técnico-científicos no âmbito do Mestrado Profissional, a partir da metodologia de uma Estação de Pesquisa. A pesquisa seguiu uma abordagem qualitativa, de tipo triangulado, exploratório, descritivo e analítico. Foram desenvolvidas cinco etapas metodológicas com seus respectivos fluxos de dados: 1ª Etapa: Recopilação e análise de dados secundários já produzidos sobre o PNMR e a Vila Jardim; 2ª Etapa: Incursões de campo na comunidade com a intenção de produzir registros, imagens para fins de Diário de Campo; 3ª Etapa: Realização de um censo comunitário baseado em questionário e entrevistas com os moradores da Vila Jardim; 4ª Etapa: Questionário enviado às Secretarias Municipais, a fim de acessar dados concernentes às políticas públicas; 5ª Etapa: Elaboração dos produtos técnico-científicos do Mestrado Profissional. Os principais achados foram triangulados e combinados, buscando recorrências e particularidades sobre a Vila Jardim nas questões relativas às políticas, território e ambiente. Os principais resultados apontam dados inéditos sobre o território de pesquisa Vila Jardim, em relação à infraestrutura das casas; às percepções e afetos relacionados ao lugar; ao perfil sociodemográfico das famílias; níveis de escolarização, acesso à educação, trabalho e renda; espaços de sociabilidade; situação sanitária e uma análise pormenorizada sobre o acesso da comunidade às políticas públicas de habitação, educação, saúde, lazer e assistência social. Os resultados evidenciam a tensão entre o direito e a oferta de tais políticas e apontam evidências para que a Universidade e o poder público elaborem ações e projetos que possam contribuir à solução dos problemas diagnosticados.

Palavras-chave: Parque Natural Municipal da Ronda. Malhas de convivência. Políticas Públicas. Estação de Pesquisa ObservaCampos.

ABSTRACT

This research deals with the experimentation of a Research Station, a methodological proposal designed by Mary Jane Spink and Peter Spink (2018), next to Vila Jardim, a community located next to the Parque Natural Municipal da Ronda (PNMR), in São Francisco de Paula, RS, Brazil. The general objective sought to identify, describe and analyze daily practices, coexistence networks and Vila Jardim's access to public policies, the territory and the environment. The specific objectives sought to: a) Review the secondary data already produced about Vila Jardim and the Parque Natural Municipal da Ronda; b) Understand the set of perceptions and meanings of residents in relation to policies, territory and environment; c) Highlight community demands that can serve to formulate projects, actions and public policies; d) Develop technical-scientific products, based on the methodology of a Research Station. The research followed a qualitative, triangulated, exploratory, descriptive and analytical approach. Five methodological stages were developed with their respective data flows: 1st Stage: Collection and analysis of secondary data already produced on the PNMR and Vila Jardim; 2nd Stage: Field incursions into the community with the intention of producing records and images for Field Diary purposes; 3rd Stage: Carrying out a community census based on a questionnaire and interviews with the residents of Vila Jardim; 4th Stage: Questionnaire sent to Municipal Secretariats, in order to access data concerning public policies; 5th Stage: Preparation of the technical-scientific products. The main findings were triangulated and combined, looking for recurrences and particularities about Vila Jardim in issues relating to policies, territory and environment. The main results point to unprecedented data on the Vila Jardim research territory, in relation to the infrastructure of the houses; the perceptions and affections related to the place; the sociodemographic profile of families; schooling levels, access to education, work and income; sociability spaces; health situation and a detailed analysis of the community's access to public housing, education, health, leisure and social assistance policies. The results highlight the tension between the law and the provision of such policies and point to evidence for the University and public authorities to develop actions and projects that can contribute to solving the problems diagnosed.

Keywords: Parque Natural Municipal da Ronda. Sociability. Public policy. ObservaCampos Research Station.

RESUMEN

La investigación desarrolla la experiencia de una Estación de Investigación, propuesta metodológica de Mary Jane Spink y Peter Spink (2018), junto a Vila Jardim, comunidad ubicada junto al Parque Natural Municipal da Ronda (PNMR), en São Francisco de Paula, RS, Brasil. El objetivo general buscó identificar, describir y analizar prácticas cotidianas, redes de convivencia y el acceso de la Vila Jardim a las políticas públicas, al territorio y al medio ambiente. Los objetivos específicos buscaron: a) Revisar los datos secundarios ya producidos sobre Vila Jardim y el Parque Natural Municipal da Ronda; b) Comprender el conjunto de percepciones y significados de los residentes en relación con las políticas, el territorio y el medio ambiente; c) Destacar demandas comunitarias que puedan servir para formular proyectos, acciones y políticas públicas; d) Desarrollar productos técnico-científicos, basados en la metodología de una Estación de Investigación. La investigación siguió un enfoque cualitativo, triangulado, exploratorio, descriptivo y analítico. Se desarrollaron cinco etapas metodológicas con sus respectivos flujos de datos: 1ª Etapa: Recolección y análisis de datos secundarios ya producidos sobre el PNMR y Vila Jardim; 2ª Etapa: Incursiones de campo en la comunidad con la intención de producir registros e imágenes para fines del Diario de Campo; 3ª Etapa: Realización de un censo comunitario a partir de un cuestionario y entrevistas con los vecinos de Vila Jardim; 4ª Etapa: Envío de cuestionario a Secretarías Municipales, para acceder a datos relativos a políticas públicas; 5ª Etapa: Elaboración de los productos técnico-científicos. Los principales hallazgos fueron triangulados y combinados, buscando recurrencias y particularidades de Vila Jardim en cuestiones relativas a políticas, territorio y ambiente. Los principales resultados apuntan a datos inéditos en el territorio de investigación de la Vila Jardim, en relación a la infraestructura de las viviendas; las percepciones y afectos relacionados con el lugar; el perfil sociodemográfico de las familias; niveles de escolaridad, acceso a la educación, trabajo e ingresos; espacios de sociabilidad; situación sanitaria y un análisis detallado del acceso de la comunidad a las políticas públicas de vivienda, educación, salud, ocio y asistencia social. Los resultados resaltan la tensión entre la ley y la provisión de tales políticas y evidencian que la Universidad y las autoridades públicas desarrollen acciones y proyectos que puedan contribuir a la solución de los problemas diagnosticados.

Palabras clave: Parque Natural Municipal da Ronda. Mallas de convivencia. Políticas públicas. Estación de Investigación ObservaCampos.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Janela da Estação de Pesquisa ObservaCampos no Parque Natural Municipal da Ronda em São Francisco de Paula/RS.....	16
Figura 2 - Vista área em direção ao Parque Natural Municipal da Ronda e Vila Jardim em São Francisco de Paula/RS	21
Figura 3 - Localização do Parque Natural Municipal da Ronda em São Francisco de Paula/RS.....	24
Figura 4 - Localização da Vila Jardim e o Parque Natural Municipal da Ronda em São Francisco de Paula/RS.....	29
Figura 5 - Logo da Estação de Pesquisa ObservaCampos - EPO.....	31
Figura 6 - Pesquisa de portão em portão/porta em porta na Vila Jardim em São Francisco de Paula/RS.....	34
Figura 7 - Pesquisa de portão em portão/porta em porta na Vila Jardim em São Francisco de Paula/RS.....	35
Figura 8 - Fluxograma dos Eixos Temáticos levantados para o ContraCenso na Vila Jardim, São Francisco de Paula/RS.....	38
Figura 9 - Mapa com a proposta de divisão de lotes a ser entrevistados na Vila Jardim, São Francisco de Paula/RS	43
Figura 10 - Vista área da Vila Jardim em São Francisco de Paula/RS	45
Figura 11 - Processo de despejo na Vila Jardim, São Francisco de Paula/RS - casa sendo desmontada (Zona 1)	53
Figura 12 - Morador da Vila Jardim, São Francisco de Paula/RS	54
Figura 13 - Pátios de habitações na Vila Jardim, São Francisco de Paula/RS	56
Figura 14 - Fachada de uma habitação na Vila Jardim, São Francisco de Paula/RS.....	57
Figura 15 - Habitações da Vila Jardim, São Francisco de Paula/RS.....	57
Figura 16 - EME Vó Benvinda, Bairro Cipó, São Francisco de Paula/RS	61
Figura 17 - EMEF Castelo Branco, Bairro Santa Isabel, São Francisco de Paula/RS.....	62
Figura 18 - Rua Benjamin Constant sentido Centro-Vila Jardim, São Francisco de Paula/RS.....	62
Figura 19 - Distâncias entre Vila Jardim e Distrito Industrial, São Francisco de Paula/RS.....	63

Figura 20 - Matrículas declaradas por etapa de ensino no período de 2018 a 2022, São Francisco de Paula/RS	64
Figura 21 - Igreja Pentecostal Jesus é o caminho, Vila Jardim, São Francisco de Paula/RS	67
Figura 22 - Igreja Pentecostal Deus é Santo, Vila Jardim, São Francisco de Paula/RS	67
Figura 23 - UBS Santa Isabel, bairro Santa Isabel, São Francisco de Paula/RS	69
Figura 24 - Estrada da Ronda - Vila Jardim, São Francisco de Paula/RS	71
Figura 25 - Ciclo de Políticas Públicas	73
Figura 26 - Acesso às políticas públicas, Vila Jardim em relação ao bairro Santa Isabel localizados na zona urbana de São Francisco de Paula/RS	75
Figura 27 - Rua Benjamin Constant sentido Vila Jardim-Centro, São Francisco de Paula/RS	76
Figura 28 - Academia instalada ao lado da quadra de esportes localizada às margens da Rua Benjamin Constant, São Francisco de Paula/RS	77
Figura 29 - Quadra de esportes, Santa Isabel, São Francisco de Paula/RS	78
Figura 30 - Ginásio de esportes no bairro Santa Isabel, São Francisco de Paula/RS	79
Figura 31 - Vista área do Centro Integrado Social (CIS) localizado junto a sede do Parque Natural Municipal da Ronda, São Francisco de Paula/RS	80
Figura 32 - Campo de futebol, Centro Integrado Social (CIS), São Francisco de Paula/RS	81
Figura 33 - Logo do Projeto Social “Meninos(as) da Vila” realizado no CIS, São Francisco de Paula/RS	82
Figura 34 - Um dos grupos do Projeto Social “Meninos(as) da Vila”, São Francisco de Paula/RS	83
Figura 35 - Quadra de esportes reformada na EMEF Castelo Branco, Santa Isabel, São Francisco de Paula/RS	83
Figura 36 - Atividades do Projeto Social “Meninos(as) da Vila” realizado no CIS, São Francisco de Paula/RS	84
Figura 37 - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) apresenta pessoas de 14 a 29 anos com nível de instrução inferior ao Ensino Médio completo, por motivo de abandono ou de nunca ter frequentado escola	90

Figura 38 - Mobilidade urbana dos moradores da Vila Jardim em relação ao bairro Cipó e Centro, São Francisco de Paula/RS.	94
--	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Indicadores de educação em São Francisco de Paula/RS	59
Tabela 2 - Dados de saúde (equipes de saúde da família) na Vila Jardim, São Francisco de Paula/RS.....	86

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1 - UMA JANELA COM VISTA PARA A VILA JARDIM: O ENCONTRO COM A ESTAÇÃO DE PESQUISA OBSERVACAMPOS	16
1 UMA JANELA COM VISTA PARA A VILA JARDIM: O ENCONTRO COM A ESTAÇÃO DE PESQUISA OBSERVACAMPOS	17
CAPÍTULO 2 - PARQUE NATURAL MUNICIPAL DA RONDA: O PONTO DE PARTIDA	21
2 PARQUE NATURAL MUNICIPAL DA RONDA: O PONTO DE PARTIDA.....	22
2.1 VILA JARDIM: RUMO À PRÓXIMA ESTAÇÃO	27
2.2 ESTAÇÃO DE PESQUISA OBSERVACAMPOS: DIÁLOGO ENTRE A UNIVERSIDADE, A COMUNIDADE E O PODER PÚBLICO	31
CAPÍTULO 3 - PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	35
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	36
3.1 PARTICIPANTES	37
3.2 ETAPAS DA PESQUISA E FLUXOS DE DADOS	38
CAPÍTULO 4 - HORIZONTES POSSÍVEIS: A ESTAÇÃO DE PESQUISA OBSERVACAMPOS EM SEU TERRITÓRIO	45
4 HORIZONTES POSSÍVEIS: A ESTAÇÃO DE PESQUISA OBSERVACAMPOS EM SEU TERRITÓRIO	46
4.1 VILA JARDIM E SUA GENTE	46
4.2 CONHECENDO O TERRITÓRIO DESDE DENTRO: ENTRANDO NAS CASAS	50
4.3 INFRAESTRUTURA E HABITAÇÃO	55
4.4 EDUCAÇÃO.....	59
4.5 TRABALHO E RENDA.....	65
4.6 PARA ALÉM DA FÉ: AS IGREJAS.....	66
4.7 PANDEMIA E SITUAÇÃO SANITÁRIA.....	68

CAPÍTULO 5 - POLÍTICAS PÚBLICAS: TENSÕES ENTRE O DIREITO E A OFERTA.....	71
5 POLÍTICAS PÚBLICAS: TENSÕES ENTRE O DIREITO E A OFERTA	72
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	97
REFERÊNCIAS.....	102
APÊNDICE A - CONTRACENSO VILA JARDIM	107
APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (EM ÁUDIO).....	111
APÊNDICE C - QUESTIONÁRIO ÀS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE SÃO FRANCISCO DE PAULA/RS.....	112
APÊNDICE D – MAPA COM LOTES E CRONOGRAMA DO CONTRACENSO ...	114
APÊNDICE E – CRONOGRAMA.....	115
APÊNDICE F - DETALHAMENTO DOS PRODUTOS TÉCNICOS-TECNOLÓGICOS	116

CAPÍTULO 1 - UMA JANELA COM VISTA PARA A VILA JARDIM: O ENCONTRO COM A ESTAÇÃO DE PESQUISA OBSERVACAMPOS

Figura 1 - Janela da Estação de Pesquisa ObservaCampos no Parque Natural Municipal da Ronda em São Francisco de Paula/RS



Fonte: Autora, acervo Estação de Pesquisa ObservaCampos - EPO (2019).

1 UMA JANELA COM VISTA PARA A VILA JARDIM: O ENCONTRO COM A ESTAÇÃO DE PESQUISA OBSERVACAMPOS

“O lugar desde onde eu levanto minha voz”, como aponta bell hooks (2017), em seu livro “Ensinando a Transgredir: a educação como prática da liberdade”, expressa sua admiração por conhecer Paulo Freire, partilha ideias, estratégias e reflexões críticas sobre a prática pedagógica. Eu poderia dizer que a bell hooks chegou um pouco tarde nessa estação-escrita da dissertação.

No entanto, não poderia deixar de citá-la, pois sinto que me re programei quando li este trecho “Eu tinha o desejo apaixonada de lecionar de um modo diferente daquele que eu conhecia desde o ensino médio. [...] Quero que estes ensaios sejam uma intervenção” (HOOKS, 2017, 16-21). Nessa frase ela se contrapõe à desvalorização da profissão de professora e, ao mesmo tempo, trata da urgente necessidade de transformar as práticas de ensino.

Nesse período de conclusão do mestrado (2022-2023) estava sedenta por inspiração, e pensava em desistir de muitas escolhas que havia feito. bell hooks, assim como outras escritoras mulheres me inspiraram nesse momento de luto, de escuridão, de inúmeras tentativas de transgressão. Portanto, não poderia deixar de declarar a admiração que é construída diariamente em relação as “orientadoras fantásticas”. Elas estiveram e se fazem presentes na elaboração dessa escrita, são parte, grande parte, dessa nova vida, que é a conclusão dessa “estação” para a “estação – mestrado, vida adulta e responsável (tentando passo a passo)”.

A escolha por este itinerário¹ de pesquisa no curso de Mestrado Profissional em Ambiente e Sustentabilidade da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS) tem origem no curso de Licenciatura em Pedagogia, onde desenvolvi senso crítico relativo à eficácia das políticas públicas voltadas à educação.

Bem como, também no curto período que cursei a graduação em Gestão Ambiental tive oportunidade de realizar atividades de extensão vinculada ao Grupo de Pesquisa Observatório de Políticas e Ambiente (ObservaCampos) e, portanto, pude acompanhar, aprender e contribuir com as atividades do grupo durante alguns anos. O ObservaCampos tem como objetivo desenvolver ações de formação e práticas

¹ O termo “itinerário” irá se referir ao caminho metodológico percorrido nesta pesquisa.

vinculadas à política e ambiente, sendo um dos territórios de atuação o município de São Francisco de Paula (SFP), Rio Grande do Sul (RS).

O grupo de pesquisa está cadastrado no Diretório de Grupos de Pesquisa (DGP) do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), desde 2016, e desde lá produz e monitora dados, consistindo em um observatório de questões relacionadas à política e ambiente, por meio de ações de pesquisa e extensão que oferecem subsídios à formulação de ações e políticas para às gestões públicas, as agências governamentais e agentes sociais relevantes (BINKOWSKI; HERNANDEZ; REINEHR, 2017).

O grupo de pesquisa tem se dedicado a realizar pesquisas que seguem múltiplas abordagens e metodologias, tanto qualitativas quanto quantitativas e vem atuando em diferentes frentes de estudo, entre eles, a participação sociopolítica em conselhos, conflitos ambientais em unidades de conservação, mercados voltados à agroecologia, entre outros.

O conceito de "Observatório" se relaciona com núcleos de pesquisa, com o objetivo de acessar as informações e os conhecimentos disponíveis de maneira confiável, sobre uma questão ou fenômeno. Vistos como centros de monitoramento, sistematização, produção de informação e conhecimentos, os observatórios se tornaram importantes nas últimas décadas, com várias organizações sociais e acadêmicas, criando espaços interdisciplinares que possibilitam trabalhar com diferentes objetos de estudo, e podem se converter num instrumento de informação e de suporte à decisão pública, potencializando a investigação, a socialização da informação e do conhecimento.

Os Observatórios surgem no Brasil nas mais diversas áreas do conhecimento, nas ciências naturais, astronomia, ciências sociais e ciências da saúde. Os primeiros registros que se tem datam de 1930, mas se consolidam após a segunda guerra mundial. As primeiras experiências ligadas às áreas sociais são da década de 1990, e se relacionavam fundamentalmente ao processo de redemocratização do país.

O ObservaCampos tem se dedicado a realizar pesquisas junto ao Parque Natural Municipal da Ronda (PNMR), em São Francisco de Paula/RS. Em função da execução de projetos de ensino, pesquisa e extensão, o ObservaCampos solicitou à Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS) da Prefeitura Municipal de São Francisco de Paula/RS, a cedência de uma sala junto à sede do Parque para dar continuidade às suas pesquisas. Foi em setembro de 2019 que a Estação de Pesquisa

ObservaCampos (EPO) se materializou em uma das salas da sede do PNMR. Este espaço foi destinado a pesquisas e ações de extensão.

As primeiras atividades realizadas na EPO foram: 1) 1º Dedo de Prosa sobre o Parque Natural Municipal da Ronda: pesquisas e ações em movimento realizado pelo ObservaCampos em parceria com a gestão do PNMR e SEMAS (2019); 2) Minicurso “Territórios: memórias e lutas sociais” realizado dentro das atividades do 4º Simpósio de Gestão Ambiental - SIGA (2019); 3) Reuniões do grupo de pesquisa; 4) Aulas e saídas de campo dos cursos de graduação e pós-graduação da UERGS.

O ano de 2020 foi destinado pelo ObservaCampos a aprofundar os estudos sobre o PNMR, porém, com foco na comunidade da Vila Jardim, com o intuito de pesquisar a “face humana do Parque”, que segundo Hernandez *et al.* (2020) se refere a comunidade, compreender as redes de sociabilidade que configuram sua realidade, pois os grupos sociais humanos habitam o PNMR antes mesmo dele adquirir a categoria “Parque”.

É nesse contexto que em 2020 início as pesquisas para meu projeto de pesquisa junto ao Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Sustentabilidade (PPGAS), vinculada ao ObservaCampos e dentro do projeto guarda-chuva “Desenvolvimento de Uma Estação de Pesquisa Junto ao Parque Natural Municipal da Ronda em São Francisco de Paula, RS”, coordenado pelas professoras orientadoras Patrícia Binkowski (UERGS) e Aline Reis Calvo Hernandez (UFRGS).

Portanto, a presente pesquisa apresenta as seguintes questões: Como a comunidade Vila Jardim vive suas práticas cotidianas? Quais os acessos as políticas públicas na Vila Jardim? Quais as relações da comunidade Vila Jardim com o Parque Natural Municipal da Ronda?

O objetivo geral da pesquisa é: Identificar, descrever e analisar as práticas cotidianas, as malhas de convivência e o acesso dos moradores da Vila Jardim, São Francisco de Paula/RS às políticas públicas, ao território e ao ambiente.

Os objetivos específicos são: a) Revisar os dados secundários já produzidos sobre a Vila Jardim e o Parque Natural Municipal da Ronda; b) Compreender o conjunto de percepções e significações dos moradores em relação à políticas, território e ambiente; c) Evidenciar demandas comunitárias que possam servir à formulação de projetos, ações e políticas públicas; d) Desenvolver produtos técnico-científicos no âmbito do Mestrado Profissional, a partir da metodologia de uma estação de pesquisa.

Esta pesquisa tem o intuito de visibilizar os grupos sociais, as práticas cotidianas e a identificação dos acessos (ou não) às políticas públicas na comunidade Vila Jardim que, atualmente está em processo de regularização (REURB) alavancado pela gestão pública municipal. Ao situarmos a comunidade Vila Jardim e o PNMR como nosso objeto de pesquisa, seguimos em direção às pesquisas realizada no âmbito da Estação de Pesquisa ObservaCampos (EPO). Tornando a EPO um repositório das pesquisas e ações “no e sobre o Parque” sejam elas em torno à temática ambiental e/ou sociopolítica.

Para uma melhor visualização e compreensão do caminho metodológico percorrido nesta pesquisa, o itinerário é composto por seis paradas. A primeira apresenta o encontro com a pesquisa; a segunda o ponto de partida e próximas paradas. A terceira, segue em direção a estação de pesquisa, os procedimentos metodológicos, participantes, etapas e fluxo de dados. Já na quarta, o território de pesquisa vislumbra horizontes possíveis, observa, conhece, situa e discute os dados “no e sobre” objeto de pesquisa - Vila Jardim e o PNMR, bem como a quinta parada, em que apresenta as tensões entre o acesso (ou não) as políticas públicas em relação a comunidade. E ao final da estação, é descrito as considerações finais, referências, apêndices e anexos desse itinerário de pesquisa.

CAPÍTULO 2 - PARQUE NATURAL MUNICIPAL DA RONDA: O PONTO DE PARTIDA

Figura 2 - Vista área em direção ao Parque Natural Municipal da Ronda e Vila Jardim em São Francisco de Paula/RS



Fonte: Hoffmann, acervo Estação de Pesquisa ObservaCampos - EPO (2021).

2 PARQUE NATURAL MUNICIPAL DA RONDA: O PONTO DE PARTIDA

Em 2017, os pesquisadores do ObservaCampos iniciaram a pesquisa em torno ao Parque Natural Municipal da Ronda desenvolvendo uma investigação sobre o processo de formação do conselho consultivo e a participação política desse espaço de representatividade (BINKOWSKI; SOUZA, 2017). No ano seguinte, o foco das pesquisas foram os conflitos socioambientais em relação ao Parque e em 2019 e 2020, as pesquisas focaram nas comunidades localizadas nas bordas da poligonal do PNMR, com o intuito de identificar as malhas de convivência e sociabilidade que ligavam os moradores ao Parque (RODRIGUES; SOUZA; BINKOWSKI, 2019; PADILHA *et al.*, 2019; HERNANDEZ *et al.*, 2020).

Para Hernandez *et al.* (2020) as “malhas de convivência” é a rede de sociabilidade que se configura diante dessa realidade, tais como espaços de trabalho, igrejas, mercados, bares, entre outros. A expressão “malhas de convivência” seria o conjunto de relações dos grupos sociais comunitários entre si, as relações sociais, simbólicas e materiais que são elaboradas e expressadas nos espaços de sociabilidade (HERNANDEZ *et al.*, 2020).

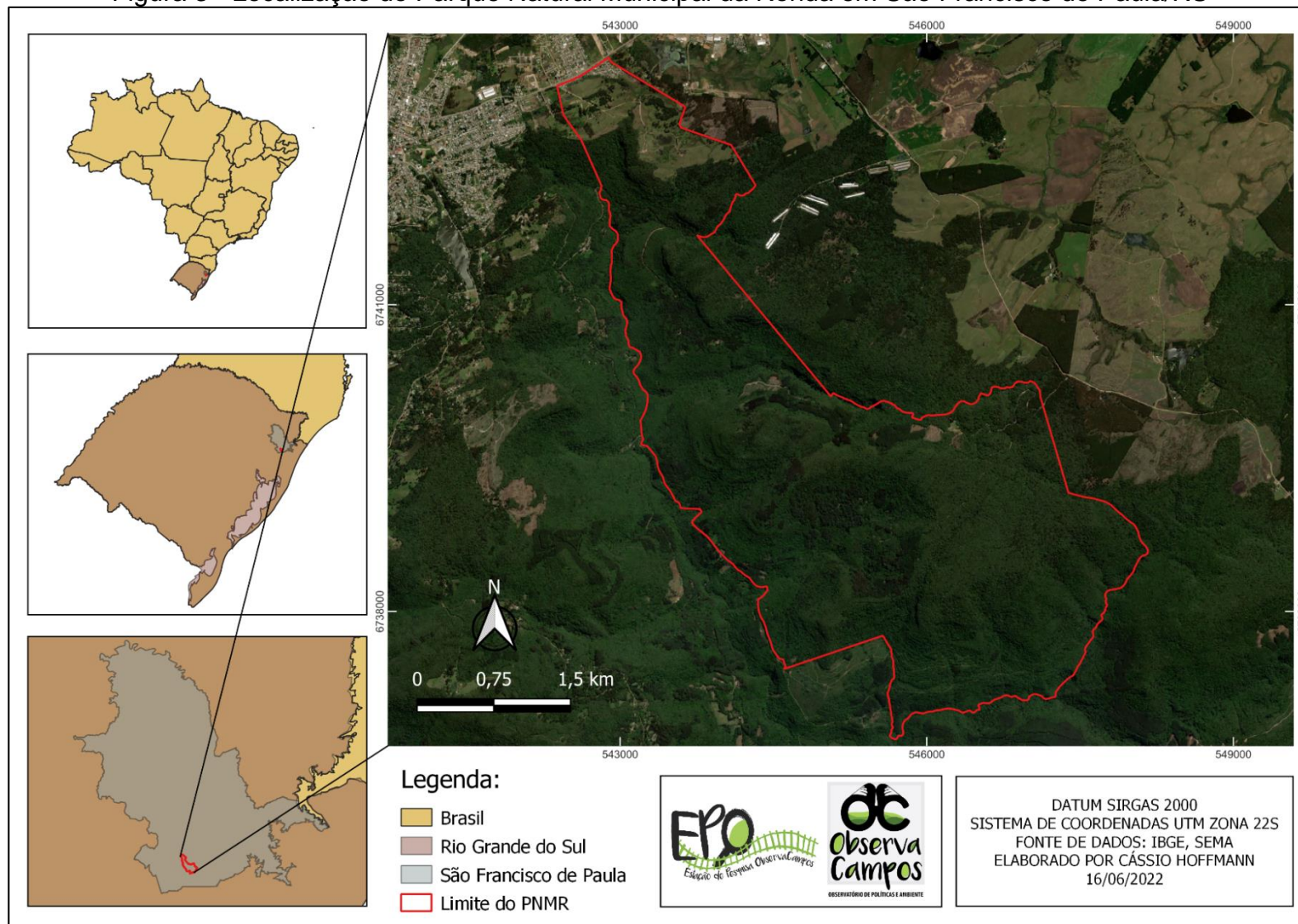
Ao pensar a Vila Jardim como território de pesquisa, foi necessário se adaptar ao que a pandemia da COVID-19 nos impôs, distanciamento social. Nesse sentido, houve a necessidade de que a etapa de coleta de dados fosse adaptada. Desta forma, passamos a investir na coleta de dados secundários relativos às comunidades do entorno do Parque, assim como passamos a identificar as limitações do uso público do PNMR e as percepções de risco de moradores da Vila Jardim e Santa Isabel.

Cabe ratificar que essa pesquisa só surge, porque outras pesquisas vinham sendo realizadas com foco no Parque Natural Municipal da Ronda (PNMR). Deste modo, o PNMR é o disparador para pensar as comunidades do seu entorno, qual seja, nosso foco aqui, a Vila Jardim. Dito isso, vale apresentar mais detalhadamente ao leitor, o PNMR.

O Parque Natural Municipal da Ronda conhecido como “Parque da Ronda”, ou ainda “Perau da Ronda”, localiza-se na zona urbana do município de São Francisco de Paula, na região do Planalto do Rio Grande do Sul. Foi criado por meio do Decreto Municipal nº 1.671 de 29 de fevereiro de 1996, denominado à época “Parque das Cachoeiras”, integrando assim, o Parque Ecológico Municipal, área dedicada a preservação da mata nativa.

O Decreto Municipal nº 166 de 12 de abril de 2006 (SÃO FRANCISCO DE PAULA, 2006), substitui o anterior e o Parque passa a ser chamado de “Parque Municipal da Ronda” (ORTOLANO, 2019). Na Figura 3 pode ser visualizada a localização do PNMR, na zona urbana do município de São Francisco de Paula/RS.

Figura 3 - Localização do Parque Natural Municipal da Ronda em São Francisco de Paula/RS



Fonte: Hoffmann, acervo Estação de Pesquisa ObservaCampos - EPO (2022).

Segundo o Plano de Manejo do Parque Natural Municipal da Ronda, a área do Parque está localizada dentro da Reserva da Biosfera², bioma Mata Atlântica, “importantes em nível mundial para conservação da biodiversidade e desenvolvimento sustentável” (SÃO FRANCISCO DE PAULA, 2012, p. 7) e foi este um dos motivos para criação da unidade conservação (UC), instituída através da Lei Municipal nº 2.425 de 27 de março de 2007 (SÃO FRANCISCO DE PAULA, 2007).

Nessa mesma Lei, altera-se também o nome passando a se chamar Parque Natural Municipal da Ronda. A Lei Municipal Nº 2.744 de 17 de maio de 2011, altera o artigo 2º da Lei Municipal nº 2.425 de 2007, alterando a área de 1.200 hectares (ha) para 1.488 ha.

O PNMR integra o grupo de Unidade de Conservação de Proteção Integral, onde “as unidades dessa categoria, quando criadas pelo Estado ou Município, serão denominadas, respectivamente, Parque Estadual e Parque Natural Municipal” (BRASIL, 2000, Art. 11, § 4º).

Segundo a Lei Federal nº 9.985/2000 e Decreto Estadual nº 38.814/1985 o Parque Natural Municipal da Ronda (PNMR) integra o grupo de Unidades de Conservação de Proteção Integral. No RS esse grupo é dividido em seis categorias, a saber: Parque Estadual ou Municipal, Reserva Biológica, Monumento Natural, Estação Ecológica, Refúgio de Vida Silvestre, Reserva Particular de Patrimônio Natural (RPPN). (BRASIL, 2000, p. 4).

De acordo com a Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que regulamenta o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, “o objetivo básico das Unidades de Proteção Integral é preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais [...]” (BRASIL, 2000, p. 3). Nesse sentido, o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) expõe o objetivo básico da respectiva categoria:

[...] tem como objetivo básico a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades

² “De acordo com a Lei Federal nº 9.985/2000 a Reserva da Biosfera é um modelo, adotado internacionalmente, de gestão integrada, participativa e sustentável dos recursos naturais, com os objetivos básicos de preservação da diversidade biológica, o desenvolvimento de atividades de pesquisa, o monitoramento ambiental, a educação ambiental, o desenvolvimento sustentável e a melhoria da qualidade de vida das populações” (GEOPROSPEC, 2012, p. 7).

de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico. (BRASIL, 2000, p. 4).

Portanto, a partir de 2007, o PNMR passa a contar com 1.448 ha, devido a sua extensão está entre as maiores UC municipais do RS. No Plano de Manejo elaborado em 2012, é destacado a importância da proteção ambiental do Parque evidenciando as “características naturais significativas para resguardar a diversidade biológica, geológica e geomorfológica dessa região” (SÃO FRANCISCO DE PAULA, 2012, p. 1).

O Decreto Estadual nº 38.814/1998 define a categoria Parque Estadual ou Municipal, a qual está enquadrada o PNMR, como: “Unidade administrada pelo Poder Público, tendo como objetivo básico a preservação de ecossistemas naturais, em geral de grande beleza cênica, a realização de pesquisas científicas, o desenvolvimento de atividades de educação ambiental, de recreação e contato com a natureza e de turismo ecológico. (SÃO FRANCISCO DE PAULA, 2012, p. 4).

No entanto, a realidade ambiental na qual o PNMR se encontra é bastante controversa: “[...] é crítico o estado atual das bacias hidrográficas de algumas dessas drenagens, principalmente porque as nascentes estão nas partes mais altas do planalto, nas quais existem núcleos urbanos e um antigo “lixão” atualmente desativado”. (SÃO FRANCISCO DE PAULA, 2012, p. 36).

A pesquisa intitulada “O Conselho Municipal de Meio Ambiente e a Gestão de Conflitos Socioambientais no Parque Natural Municipal da Ronda em São Francisco de Paula – RS” realizada no período de 2012 a 2015, já relatava o contexto conflituoso em que se encontrava o Parque. Relatava também sobre uma “ocupação humana irregular às bordas” do PNMR, “uma parte da área destinada à UC está ocupada por assentamentos humanos clandestinos, sem saneamento básico, que estão poluindo diversas nascentes naquela região” (ROSA; PRINTES, 2019, p.126). Uma das propostas do estudo citado era a alteração da área da poligonal do PNMR, retirando o “assentamento humano clandestino”, leia-se “Vila Jardim”, da poligonal do Parque. É nas malhas desse contexto conflituoso entre as comunidades e o Parque, que a Vila Jardim se torna o lócus da nossa pesquisa.

Conforme Binkowski e Souza (2017):

[...] os maiores entraves para a implementação do PNMR por parte do poder público foram: a) a ocupação irregular das bordas do parque; b) a não construção de infraestruturas (trilhas, sanitários, placas indicativas, etc.); c) as inúmeras indenizações que deveriam ter sido realizadas aos proprietários das áreas internas ao parque; e, d) a não participação da sociedade civil na luta para implementação do parque; e) a inexistência de gestor para o parque; d) a não formação de um conselho consultivo que desse suporte à gestão do parque. (BINKOWSKI; SOUZA, 2017, p. 2).

Os autores indicam que em 2017, o conflito em voga no PNMR girava em torno da instalação do Conselho Consultivo (CC), onde gestores municipais, vereadores, moradores das comunidades adjacentes ao Parque e proprietários de áreas internas pertencentes ao PNMR divergiam em relação a necessidade de se constituir um CC (BINKOWSKI; SOUZA, 2017). Para alguns destes grupos, o CC serviria de suporte à gestão do parque, e para outros, serviria para legitimar as ações do poder público para a retirada de proprietários dos lotes internos ao Parque e das famílias que haviam ocupado as bordas do PNMR, como era o caso da Vila Jardim, na época.

Mesmo com a campanha contrária feita por políticos envolvidos neste conflito, o Conselho Consultivo do PNMR foi oficialmente instituído pela Lei Municipal nº 3.406, de 31 de outubro de 2018 (SÃO FRANCISCO DE PAULA, 2018) e, posteriormente, o Decreto Municipal nº 1.846, em 06 de setembro de 2019 (SÃO FRANCISCO DE PAULA, 2019), nomeou os representantes para compor o CC.

O PNMR passou a ter atenção especial somente a partir da posse da gestão municipal em 2017, que indicou um gestor para o Parque e que a partir da gestão, houve a constituição do conselho consultivo. É a partir de 2017 que o Parque retoma ações em prol do efetivo uso público com visitação pública, atividades de educação ambiental, pesquisa científica e ecoturismo, como recomendado a uma UC da categoria Parque Natural.

2.1 VILA JARDIM: RUMO À PRÓXIMA ESTAÇÃO

Um dos esforços que vimos fazendo no grupo de pesquisa ObservaCampos é conhecer e compreender os territórios que pesquisamos. Assim, um dos trabalhos que vem sendo realizado pelo grupo de pesquisa é a confecção de mapas e georreferenciamento das áreas de pesquisa. Conforme

nos disse Peter Spink (2018), em uma reunião de trabalho junto ao grupo, não se pesquisa um território sem antes conhecê-lo “desde cima e desde dentro”.

Desde quando iniciamos as pesquisas junto ao Parque Natural Municipal da Ronda vimos que a área era carente em mapas, dados e informações. Situação que se agrava quando escolhemos a Vila Jardim para objeto de pesquisa, pois apesar de reunir uma população estimada em aproximadamente 400 pessoas (126 famílias, segundo o Estudo Socioeconômico da REURB, 2021), número expressivo para uma população municipal de 21.893 habitantes (IBGE, 2022), não encontramos dados censitários ou dados públicos nas secretarias municipais referentes à essa comunidade.

Vimos aí um “problema” de pesquisa que se plasmava: a Vila Jardim estava invisibilizada em dados e, para além de supor um conflito ambiental à UC, tendo em vista ser uma área de ocupação urbana dentro do Parque da Ronda, ali residem famílias, pessoas que têm direito à cidade e à moradia.

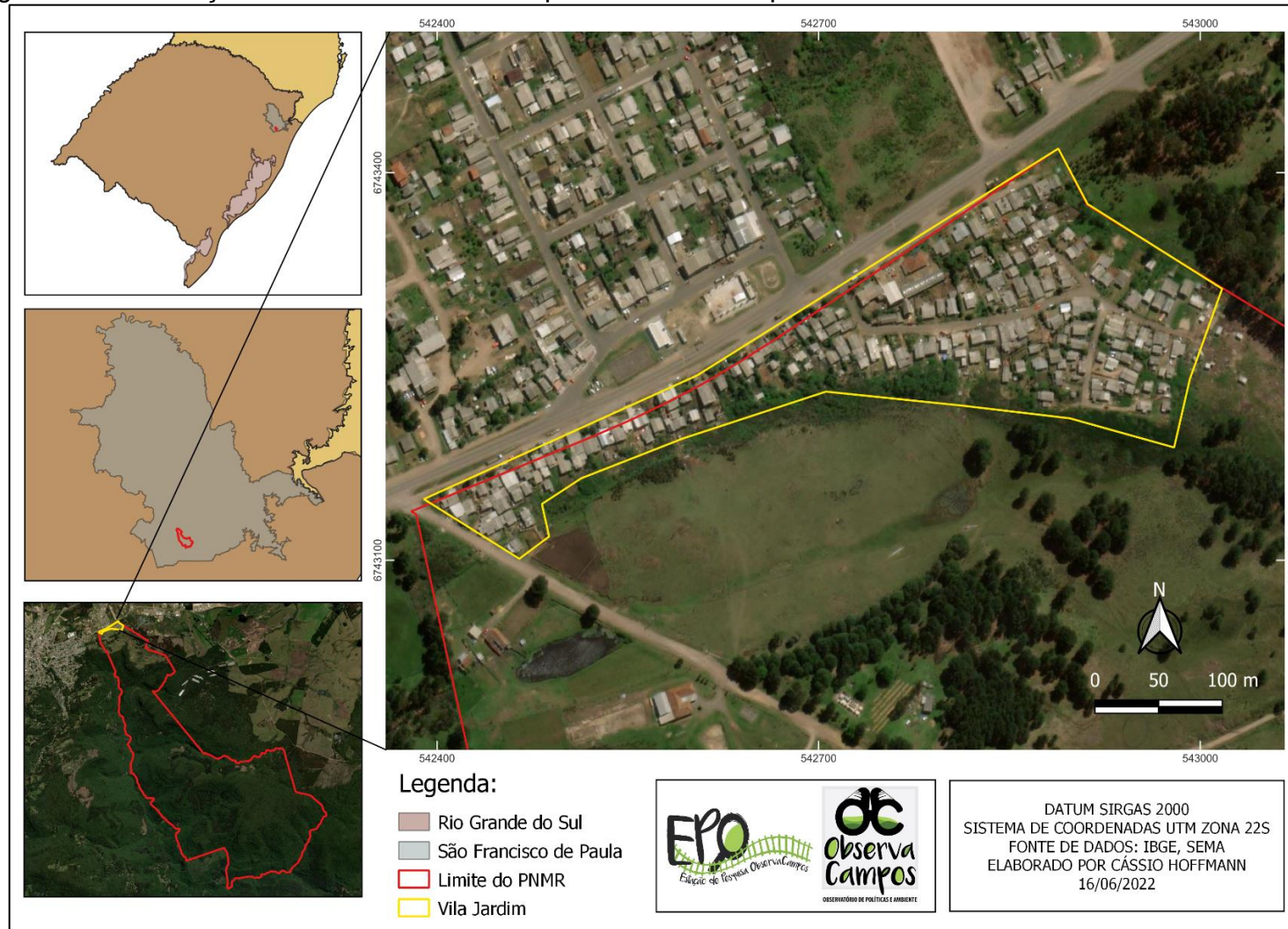
Até 2022, diríamos que a “Vila Jardim está situada em uma das bordas inclusas na poligonal do PNMR”, no entanto, após os estudos supracitados, conjunto de dados e ações, observou-se, que a gestão pública municipal voltou seu olhar em direção a comunidade, até então, invisibilizada aos olhos do poder público.

O início do processo de regularização fundiária da Vila Jardim apresenta um Estudo Socioeconômico da Comunidade REURB VJ (SÃO FRANCISCO DE PAULA, 2021) que a classifica a partir de critérios de interesse social - REURB-S, ou seja, via critério de população predominantemente considerada de baixa renda, segundo a composição de renda familiar em cada lote.

No entanto, com o processo de REURB, a Vila Jardim se desmembrou do PNMR, não sendo mais tema de litígio entre gestão municipal X PNMR X Comunidade Vila Jardim. O que será discutido amplamente ao longo das paradas deste itinerário.

Desta forma, cabe (re)caracterizar a localização da Vila Jardim: localizada às margens da Rua Benjamin Constant, fazendo limite com o bairro Santa Isabel, localizado na zona urbana de São Francisco de Paula/RS (Figura 4).

Figura 4 - Localização da Vila Jardim e o Parque Natural Municipal da Ronda em São Francisco de Paula/RS



Fonte: Hoffmann, acervo Estação de Pesquisa ObservaCampos - EPO (2022).

Em recente pesquisa realizada por Luis Carlos Borges dos Santos (2022) no âmbito do PPGAS/UERGS, no âmbito do ObservaCampos constam as narrativas transgeracionais (do pai, filha e netas) da primeira família moradora da Vila Jardim que datam do fim da década de 1980, datando o início do conflito fundiário.

Em suas narrativas, algumas famílias reconhecem que o espaço ocupado pela comunidade era da União e situado dentro da poligonal do Parque Natural Municipal da Ronda. Magreane (filha de seu Miguel e 2ª geração da Vila Jardim), afirma que seu pai foi o primeiro a “invadir”. Em sua pesquisa, Santos (2022) afirma que ali começa a experiência de “conscientização política” de Magreane, pois seu pai representou “o início de tudo”, a tomada de consciência da luta por moradia. Sua primeira ação foi a de “invadir”, logo, foi a 2ª geração de moradores, sob a liderança de Magreane, que alavancam o processo de regularização fundiária junto à Prefeitura Municipal.

Conforme o Estudo Socioeconômico da Comunidade Vila Jardim (SÃO FRANCISCO DE PAULA, 2021, p. 111) o “núcleo urbano da Vila Jardim teve início na década de 1980”. Em relação à população, estima-se a presença de, aproximadamente, 400 pessoas, e em torno de 126 famílias residindo na Vila (SÃO FRANCISCO DE PAULA, 2021). O Estudo Socioeconômico realizado na Vila Jardim teve o intuito de levantar informações que caracterizassem a realidade socioeconômica da população residente para fins de elaboração do Projeto de Regularização Fundiária realizado pela Prefeitura Municipal de São Francisco de Paula em 2021.

Trazendo alguns dados anteriores ao Estudo Socioeconômico da Comunidade Vila Jardim realizado pela Prefeitura Municipal de SFP, a pesquisa realizada por Padilha e colaboradores em 2019, grande parte das famílias está constituída por mulheres adultas, jovens ou crianças, sendo que as mesmas são as responsáveis pela subsistência da família advinda, geralmente, de trabalhos informais. Já em relação aos homens adultos, os mesmos se ocupam de trabalhos esporádicos. Entre homens e mulheres a média salarial fica em torno de 1 salário mínimo mensal (PADILHA *et al.*, 2019).

Cabe relatar tais pesquisas, porque um dos intuítos desta pesquisa é analisar se estes dados permanecem os mesmos ou passaram a retratar outro cenário de 2019 para 2022/2023. No caso, os dados mostrados pela pesquisa

de 2019, indicavam a dificuldade de acesso dessa população a oportunidades de empregos formais e influenciavam diretamente para a vulnerabilidade social da comunidade. Ainda, conforme Padilha *et al.* (2019), muitos dos participantes da pesquisa realizada na Vila Jardim informaram que não concluíram o Ensino Fundamental e, nem mesmo as crianças frequentam a 1º Etapa da Educação Básica, a Educação Infantil. A precariedade também se encontra no difícil acesso aos serviços de saúde, saneamento básico, lazer e educação. Na pesquisa de 2019, fica evidente que uma das políticas públicas reconhecida e consolidada junto à VJ estava relacionada à assistência social, que incentivava a manutenção do Centro Integrado Social (CIS), que oferecia atividades recreativas, de esporte, atendendo crianças e jovens no contra turno escolar. O CIS funcionava junto à sede do PNMR.

2.2 ESTAÇÃO DE PESQUISA OBSERVACAMPOS: DIÁLOGO ENTRE A UNIVERSIDADE, A COMUNIDADE E O PODER PÚBLICO

A Estação de Pesquisa ObservaCampos (EPO) surge com o objetivo de ser um canal dialógico entre a universidade, a comunidade e o poder público. O grupo de pesquisa ObservaCampos compreende que é por meio da EPO que irá se configurar um canal efetivo de possibilidades e práticas, aproximando a Universidade da comunidade, estreitando os laços e dando visibilidade aos atores envolvidos com e no Parque Natural Municipal da Ronda.

Figura 5 - Logo da Estação de Pesquisa ObservaCampos - EPO



Fonte: Acervo da Estação de Pesquisa ObservaCampos - EPO (2022).

O logo da EPO se inspira nos trilhos que chegam a alguma “Estação”:

A “Estação” é esse lugar de idas e vindas, ponto de partida, ferramenta metodológica que possibilita a produção de pesquisa e ações interdisciplinares, além do levantamento de dados e realização de diagnósticos, uma vez que visa envolver a comunidade local e a gestão municipal no engajamento para resolução de conflitos concernentes a ambos. (HERNANDEZ; BINKOWSKI, 2022, p. 6).

A EPO está inspirada nas experiências de pesquisa de Mary Jane Spink, docente da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), e Peter Spink, pesquisador Sênior na Fundação Getúlio Vargas (FGV). Os Spink vêm investigando elementos que compõem o território da comunidade de M’Boi Mirim, na periferia de São Paulo (SP).

A “Estação de Campo” na M’Boi Mirim, como definem Spink e Spink (2017), se configura como um canal de possibilidades dialógicas, espaço de aprendizagem coletiva, compartilhamento de saberes, levando a pesquisa para e como fruto do território, através de uma abordagem que desloque o saber do seu contexto original de produção.

Os autores pontuam o desafio de compor uma “Estação de Campo”: “há um local definido, ou o local deu lugar a uma rede de associações que se conectam em distintos tempos e espaços? Estaríamos adentrando um novo ciclo de propostas sobre pesquisa no cotidiano?” (SPINK; SPINK, 2017, p. 592).

Mary Jane Spink (2018) aborda essa nova proposta como uma rede de conexões, uma vez que integra os diferentes atores envolvidos nesse processo dialógico, que promove a troca de saberes, os mobiliza na busca de soluções coletivas, as quais, resultam em ações e práticas que transformam o lugar em que vivem.

[...] afirmamos que pesquisar no “lugar”, ou, mais precisamente, no cotidiano, já se consolidou como tradição de pesquisa em várias ciências sociais [...]. Contudo, seja como efeito das tecnologias de comunicação, seja pela maior mobilidade de uma sociedade globalizada, dificilmente a ação se dá de forma tão localizada. (SPINK, 2018, p. 24).

Portanto, apontam para essa nova proposta que está interligada por uma rede de conexões, de tal modo, que a pesquisa não se restringe apenas ao pesquisador, e sim, integra os interlocutores presentes nesse processo

dialógico. Ademais, aborda a importância de diálogos mais aproximados entre os atores envolvidos nesse processo, pois são “[...] diferentes discursos que configuram uma comunidade, uma cultura e uma sociedade” (SPINK, 2016, p. 4).

Através desse processo metodológico que promove o compartilhamento de saberes, pautado na cooperação entre os diferentes interlocutores da pesquisa, os mobiliza na busca de soluções coletivas, resultando em ações que transformam o território em que vivem, assim como, os significados atribuídos a ele.

Mas, “Para onde olhar? Quais os eixos de pesquisa? Como produzir esses dados? Vislumbramos um horizonte possível para a pesquisa?” (Excerto do Diário de Campo, 2020). Enquanto Observatório de Políticas e Ambiente assumimos o objetivo de conhecer a realidade da Vila Jardim, focando em acessar dados que não estavam sendo monitorados e que sequer, estavam sendo sistematizados pela Prefeitura Municipal de São Francisco de Paula/RS.

Em 2021, iniciamos o 1º ContraCenso³ comunitário, realizando coleta de dados de portão em portão junto às famílias da Vila Jardim. Ao bater palmas nos portões e chamar os moradores em frente às suas casas, contexto de pesquisa possível em tempos de pandemia, devido ao distanciamento social, relatávamos nossa pesquisa.

Em um primeiro momento, condizente com o que nos demandava a pandemia, elaboramos questões fechadas, onde os moradores da VJ poderiam responder de forma mais objetiva, afinal eram questões fechadas. Porém, esta dinâmica não durou por muito tempo, onde em menos de 2 semanas, fomos demandados por estender a prosa das conversas. A comunidade nos reclamou a escuta, uma vez que, desejava falar para além das questões “fechadas” da enquete do ContraCenso. Enquanto estudante, pesquisadora e professora arrisco em dizer: “Foi aí que transpomos os muros da universidade”.

³ O instrumento de pesquisa consistia em um formulário baseado em questões do Censo do IBGE, onde nomeamos de “ContraCenso”, tendo em vista que o governo à época, liderado por Jair Bolsonaro (2018-2022), havia decidido pela não realização do levantamento sociodemográfico junto às famílias e domicílios brasileiros.

Figura 6 - Pesquisa de portão em portão/porta em porta na Vila Jardim em São Francisco de Paula/RS



Fonte: Autora, acervo Estação de Pesquisa ObservaCampos – EPO (2021).

Logo, a metodologia da pesquisa foi adaptada, afinal, para “estudar problemas complexos é melhor estar junto”, frase dita por Peter Spink (em reunião com o ObservaCampos (Excerto do Diário de Campo, 2020). Tendo em vista a demanda emergente da comunidade, a ideia inicial de abordagem de todas as famílias foi substituída por um recorte amostral de 25% do total das famílias da Vila Jardim que responderiam às questões do ContraCenso (conforme dados da REURB Vila Jardim) (SÃO FRANCISCO DE PAULA, 2021).

A partir de então, o ContraCenso passou a adotar o formato de entrevistas proximais, dialógicas, “olho no olho” com as pessoas que aceitaram compartilhar suas histórias. Este novo itinerário de pesquisa trouxe a oportunidade de conhecer as memórias de vida da comunidade da Vila Jardim.

CAPÍTULO 3 - PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Figura 7 - Pesquisa de portão em portão/porta em porta na Vila Jardim em São Francisco de Paula/RS



Fonte: Autora, acervo Estação de Pesquisa ObservaCampos – EPO (2021).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O “itinerário” de pesquisa, como o próprio termo propõe, se refere ao caminho percorrido na pesquisa, os procedimentos metodológicos, etapas e instrumentos adotados e aqueles que passam a ser adotados quando o campo de pesquisa sugere.

Esse itinerário segue uma abordagem qualitativa, de tipo exploratória e descritiva. A pesquisa qualitativa, tal qual Gaskell (2005) propõe, é baseada nas múltiplas percepções e opiniões sobre um assunto. Preocupa-se mais com os elementos textuais e visuais do que com a quantidade, pois ao “explorar o espectro de opiniões, as diferentes representações sobre o assunto em questão, fundamenta e justifica estes diferentes pontos de vista”.

De acordo com Minayo (2001, p. 21-22), essa abordagem considera um “universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis”. Segundo Silveira e Córdova (2009, p. 32) os pesquisadores que adotam a abordagem qualitativa “não quantificam os valores e as trocas simbólicas nem se submetem à prova de fatos, pois os dados analisados são não-métricos (suscitados e de interação) e se valem de diferentes abordagens”.

No que tange ao caráter exploratório, a pesquisa busca dados pouco pesquisados, assim, propõe aproximar a pesquisadora ao problema a ser pesquisado, “proporcionando maior familiaridade com o problema, com vista a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses” (GIL, 2002, p. 41). Devido ao pequeno número de informações sobre o fenômeno estudado, amplia as possibilidades de estudo, bem como, possibilita a flexibilização de seu planejamento.

Para esse itinerário de pesquisa, fez-se indispensável a adoção de um caráter descritivo, sendo que o mesmo “tem como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis” (GIL, 2002, p. 42), considerando, desse modo, o aprofundamento sobre “a face humana do PNMR”.

É imprescindível que compreendamos as “malhas de convivência” presentes nessa população, pois pesquisas com esse caráter, “[...] são as que

se propõem a estudar o nível de atendimentos dos órgãos públicos de uma comunidade, as condições de habitação de seus habitantes [...]” (GIL, 2002, p. 42), que tem por objetivo levantar as opiniões, atitudes e crenças de uma população. Além do que “as pesquisas descritivas são, juntamente com as exploratórias, as que habitualmente realizam os pesquisadores sociais preocupados com a atuação prática” (GIL, 2002, p. 42).

Portanto, esta pesquisa visou potencializar a metodologia seguida pela Estação de Pesquisa ObservaCampos de tornar-se um local de investigação, de aprendizagens coletivas e compartilhamento de saberes, da união de práticas com diferentes técnicas e instrumentos, fazendo pesquisa *in lócus* com a comunidade, preocupada em transpor os “muros” da universidade, sendo a comunidade interlocutora do processo de pesquisa.

Para acesso aos dados foram adotados os seguintes instrumentos e técnicas: Diário de Campo; Questionário (ContraCenso); Entrevistas semiestruturadas (após demanda, sob nova dinâmica – entrevista); análise documental; dados secundários; registros em áudio e imagem para fins de elaboração dos produtos finais da dissertação.

3.1 PARTICIPANTES

Os participantes da pesquisa foram os moradores da Vila Jardim. As entrevistas com as famílias foram embasadas no questionário elaborado à realização do Contracenso (APÊNDICE A), a partir do levantamento de 9 eixos temáticos: 1. Identificação do lote; 2. Perfil sociodemográfico da família; 3. Percepções sobre a Vila Jardim; 4. Infraestrutura da casa; 5. Políticas Públicas; 6. Relação com a Universidade (UERGS); 7. Cultura, Participação e Consciência Política; 8. Percepções Ambientais e Usos do Parque Natural Municipal da Ronda; 9. Infraestrutura e acesso à comunicação.

Figura 8 - Fluxograma dos Eixos Temáticos levantados para o ContraCenso na Vila Jardim, São Francisco de Paula/RS



Fonte: Autora (2023).

A partir da demanda da comunidade, estendemos o questionário para uma entrevista mais proximal, onde os moradores (famílias) poderiam aprofundar suas respostas.

As entrevistas foram gravadas e, posteriormente, os áudios foram degravados e transcritos, respeitando os procedimentos éticos concernentes ao processo de pesquisa, detalhes esclarecidos no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) disponibilizado a cada participante (APÊNDICE B).

3.2 ETAPAS DA PESQUISA E FLUXOS DE DADOS

As etapas de pesquisa foram as seguintes:

1ª Etapa: Recopilação e análise de dados secundários já produzidos sobre o Parque Natural Municipal da Ronda e Vila Jardim. Para tal, recolhemos dados junto ao repositório do ObservaCampos (*Google Drive, Facebook, Instagram*), Anais da 1ª, 2ª e 3ª Mostras ObservaCampos; *E-book* da “2ª Mostra

ObservaCampos: redes, pesquisa e práticas sociais em políticas e ambientes”⁴ que reúne uma coletânea de trabalhos do grupo de pesquisa e seus parceiros; o repositório institucional da UERGS (Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, Pró-Reitoria de Extensão, Anais dos Salões de Ensino Pesquisa e Extensão SIEPEX/UERGS), bem como, consultas ao *site* da Prefeitura Municipal e Secretarias Municipais de São Francisco de Paula, dados do REURB Vila Jardim realizado pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Habitação, os Censos divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e IBGE Cidades (2010; 2022).

2ª Etapa: Incurções de campo na comunidade (APÊNDICE D) com a intenção de produzir observações, imagens e registros ao Diário de Campo;

3ª Etapa: Realização do ContraCenso comunitário baseado em entrevistas com 25% do total de famílias moradoras da Vila Jardim (recorte amostral);

4ª Etapa: Questionário (APÊNDICE C) enviado às Secretarias Municipais, a fim de complementar dados sobre as políticas públicas ofertadas na Vila Jardim;

5ª Etapa: Compõe uma contrapartida social e política dos Mestrados Profissionais à sociedade e setores profissionais, neste sentido propomos o desenvolvimento dos seguintes produtos técnico-científicos: a) Acervo: A pesquisa gerou uma coleção de dados primários, fotografias e mapas que passam a integrar o Repositório da Estação de Pesquisa ObservaCampos (EPO), com caráter científico, bibliográfico, histórico e documental. Porém, ainda é um desafio torná-lo público e integrado ao repositório institucional da Universidade. b) Evento Organizado: Na perspectiva da devolutiva da pesquisa à comunidade e à gestão municipal, será realizada uma ação de extensão junto ao Parque Natural Municipal da Ronda, para que as famílias e gestores conheçam a pesquisa realizada, as produções imagéticas e as principais análises sobre as políticas públicas. O evento foi organizado pela pesquisadora em parceria com as orientadoras e ocorreu no dia 18 de novembro de 2023,

⁴ HERNANDEZ, A. R. C. et al. **2ª Mostra ObservaCampos**: redes, pesquisa e práticas sociais em políticas e ambientes. São Francisco de Paula, RS: UERGS, 2019. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/203219/001108335.pdf?sequence=1>.

dentro das atividades do 5º Simpósio de Gestão Ambiental (SIGA) da UERGS, cujo PPGAS foi um dos apoiadores do evento (**APÊNDICE F**).

Cada fluxo de dados aportou à pesquisa uma série de dados específicos, mas que foram sistematizados com a finalidade de compor uma análise integrada. Assim, os diferentes fluxos de dados foram triangulados, ou seja, os dados foram sendo trazidos de forma complementar em um único *corpus* analítico compondo uma coleção de achados que foi trazendo significados à compreensão do campo de pesquisa. Os principais resultados foram organizados e analisados em relação aos eixos temáticos pesquisados no ContraCenso, além de dados emergentes das análises.

A partir de outubro de 2021 iniciamos a realização do 1º ContraCenso da Vila Jardim. A metodologia do ContraCenso surge a partir da negativa do Governo Federal em não realizar o Censo do IBGE nem em 2020 e, tampouco em 2021 por falta de recursos. No intuito de coletar dados da Vila Jardim, investimos nós mesmos, grupo de pesquisa ObservaCampos em coletar estes dados. Obviamente, que os dados a serem coletados eram a essência para a escrita desta dissertação.

Desta forma, vimos a urgência de realizarmos um 1º ContraCenso para levantar dados pormenorizados de uma comunidade, que até então nem havia participado das consultas do IBGE (último Censo 2010). Essa exclusão se dava pelo fato de que a Vila Jardim ainda pairava como um local ocupado irregularmente/ilegalmente pela comunidade, uma ocupação.

Minorias sociais deflagram espaços de poder em tensão, já que enunciam e denunciam o que ninguém disse (ou se empenhou em silenciar). Esses grupos sociais ocupam, geralmente, aqueles lugares periféricos, lugares “do fora” em relação aos centros do poder, estrategicamente construídos por aqueles que organizam e classificam os lugares de poder em representativos versus participativos: governo ou sociedade civil. (HERNANDEZ *et al.*, 2019, p. 56).

Enquanto Observatório de Políticas e Ambiente assumimos o objetivo de conhecer a realidade desse território - a Vila Jardim, focando em acessar dados que não estavam sendo monitorados e sistematizados pela Prefeitura Municipal de São Francisco de Paula. Portanto, sem os dados do Censo Brasil, teríamos

o “ContraCenso”⁵ servindo para monitorar, sistematizar e analisar dados inexistentes sobre a Vila Jardim. A coleta de dados do ContraCenso teve início em 30 de outubro de 2021 e foi realizada de portão em portão, junto às famílias da Vila Jardim.

Ao batermos palmas nos portões/cercas dos lotes/casas dos moradores, evidenciamos que para além de perguntas “fechadas”, sem possibilidade para a abstração dos entrevistados, a comunidade nos reclamou escuta, uma vez que desejavam responder além das questões “fechadas” do questionário do ContraCenso. As pessoas começavam a falar e contar suas histórias, fazendo emergir as percepções, experiências e demandas comunitárias, familiares e até existenciais e, portanto, demandavam maior tempo de escuta.

Por isso vale evidenciar um novo “itinerário” na nossa pesquisa, o 2º ContraCenso passa a escutar os moradores da VJ, tornado as questões até então “fechadas”, mais “amplas” e “abertas, com a possibilidade de diálogo entre morador/a e pesquisador/a.

Diante dessa demanda comunitária da VJ, observamos que as questões provocadas pela comunidade escapavam à nossa metodologia programática, de realizar um ContraCenso, seguindo a lógica “portão em portão”. A comunidade precisava falar das fronteiras, das exclusões, dos vazios e da negação de direitos: à cidade, à moradia, às políticas públicas e à dignidade. “Ou seja, se há uma multiplicidade de práticas, conclui-se, então, que há uma multiplicidade de realidades, e a questão passa a ser a de compreender como essas diferentes realidades se conectam” (SPINK, 2018, p. 26).

Logo, foi necessário adaptar a metodologia da pesquisa e, precisamos aqui reiterar o/a leitor/a: a ideia inicial de abordagem de todas as famílias foi substituída por um recorte amostral de 25% das famílias da Vila Jardim, adotando assim um formato de entrevista mais proximal e dialógica, “olho no olho” com as pessoas que aceitaram compartilhar suas memórias.

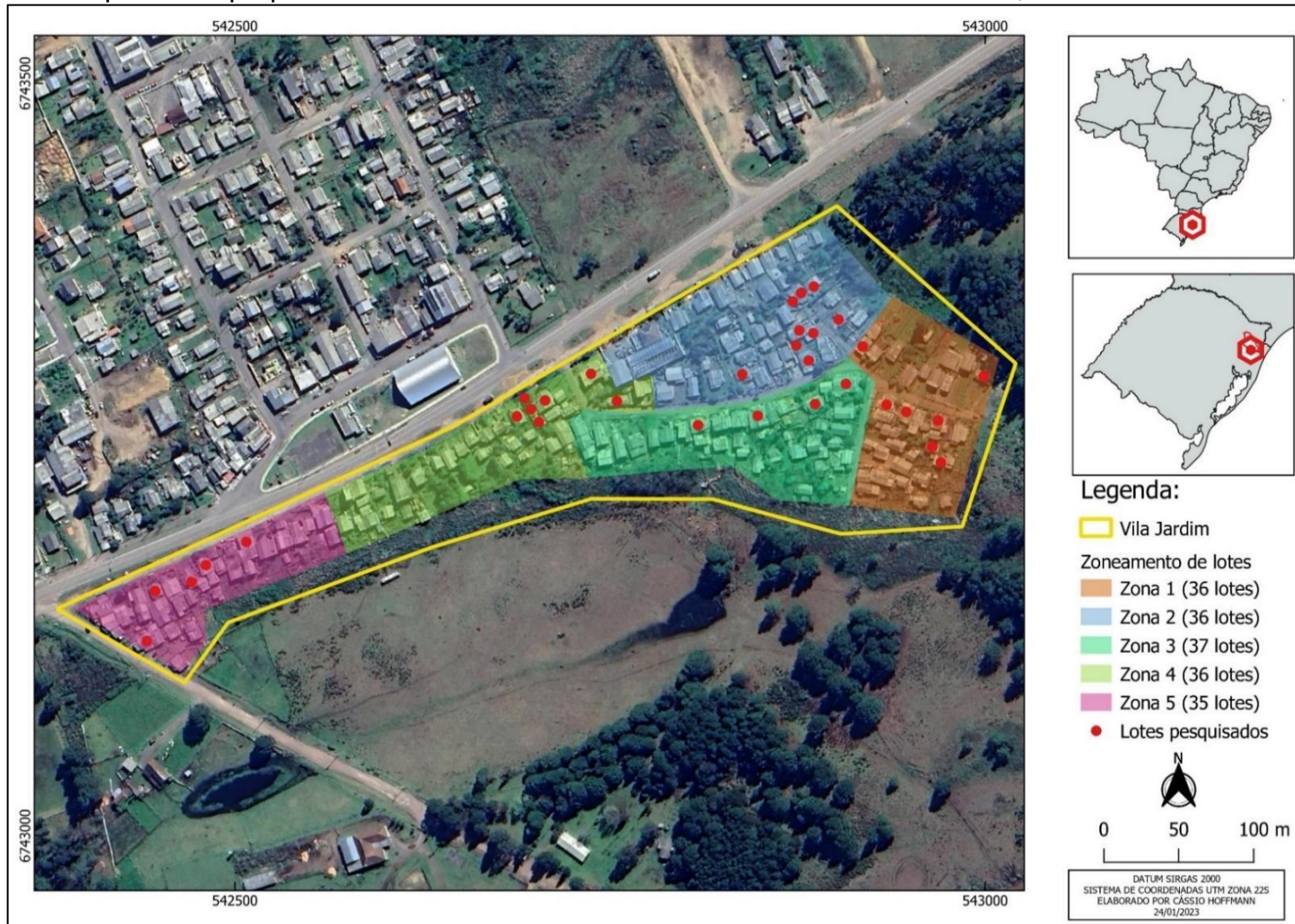
Pergunta do/a leitor/a: E o porquê desta mudança de itinerário de pesquisa?

Resposta da pesquisadora: seguimos a demanda que emergiu da própria comunidade da VJ!

⁵ Porém, a coleta de dados para o Censo brasileiro se deu em agosto de 2022, onde foram liberados recursos, de em torno de 2,30 bilhões de reais, para coleta de dados.

Considerando a mudança de itinerário de pesquisa, optamos em fazer um recorte amostral de 25% das famílias da VJ, de um total de 126 famílias, segundo os dados do REURB VJ 2021 – Prefeitura Municipal de São Francisco de Paula/RS, elegendo assim alguns lotes em 5 zonas diferentes, onde iríamos realizar o restante das entrevistas (desta vez, em profundidade). Para melhor visualização, produzimos um mapa indicando a divisão dos lotes e das zonas selecionadas para a realização das entrevistas em profundidade com as famílias (Figura 9).

Figura 9 - Mapa com a proposta de divisão de lotes a ser entrevistados na Vila Jardim, São Francisco de Paula/RS



Fonte: Hoffmann, acervo Estação de Pesquisa ObservaCampos - EPO (2023).

A Figura 9 permite, para além da visualização dos lotes, conhecer a organicidade da Vila Jardim. A legenda de cores indica diferentes zonas: Zona 1 faz fronteira com a sede campestre da Sociedade Ginástica de Porto Alegre (SOGIPA) e com o banhado⁶; Zona 2 faz fronteira com a sede campestre da Sociedade Ginástica de Porto Alegre (SOGIPA) e com a Rua Benjamin Constant; Zona 3 é uma área em declive, fazendo divisa com o banhado; Zona 4 faz divisa com a Rua Benjamin Constant e demarca a área central da Vila Jardim; Zona 5 também faz divisa com a Rua Benjamin Constant e é a área localizada junto à entrada do Parque Natural Municipal da Ronda.

Ressalta-se que os lotes pesquisados estão assinalados em vermelho. Na escolha das famílias participantes, buscamos abranger as diferentes zonas e realidades da Vila Jardim, a fim de acessar uma coleção de dados diversificada em relação ao território e suas malhas de convivência.

Observou-se mais de uma casa construída por lote, onde geralmente eram habitados por parentes. Metodologicamente escolhemos 5 famílias/lotes na Zona 1 para iniciar as entrevistas, e solicitávamos que estas famílias nos indicassem outras famílias (consequentemente lotes) para as próximas entrevistadas, e assim, sucessivamente.

Ao assumirmos essa perspectiva em pesquisa, optamos por uma análise qualitativa e interpretativa dos dados, priorizando a recorrência entre os mesmos até chegarmos nos principais achados que passamos a descrever e analisar na próxima seção.

⁶ Segundo Barbieri (2021) banhados são caracterizados por áreas úmidas, não sendo por si só fator determinante para sua caracterização. São áreas legalmente protegidas, de acordo com a Lei estadual nº 15.434 de 9 de janeiro de 2020 – Código Estadual de Meio Ambiente.

CAPÍTULO 4 - HORIZONTES POSSÍVEIS: A ESTAÇÃO DE PESQUISA OBSERVACAMPOS EM SEU TERRITÓRIO

Figura 10 - Vista área da Vila Jardim em São Francisco de Paula/RS



Fonte: Hoffmann, acervo Estação de Pesquisa ObservaCampos - EPO (2021).

4 HORIZONTES POSSÍVEIS: A ESTAÇÃO DE PESQUISA OBSERVACAMPOS EM SEU TERRITÓRIO

Neste capítulo, a Estação de Pesquisa ObservaCampos ao bater às portas e chamar nos muros, a comunidade nos reclamou a escuta, uma vez que, desejava falar para além das questões “fechadas” da enquete do censo. De modo que as histórias, percepções, experiências e demandas comunitárias, familiares, existenciais, que precisam ser ouvidas com atenção, foram compondo as análises e desenhando o caminho a ser trilhado.

Ao longo desse trajeto, a comunidade reivindicava o direito de dizer a palavra e, conseqüentemente, ser escutada. Diante dessa demanda comunitária, observamos que as questões provocadas pela comunidade escapavam à nossa metodologia programática, de realização de um Censo, seguindo a lógica “porta a porta”. Então, é descrito neste capítulo todos os achados, que foram se conectando de parada em parada dos horizontes possíveis até chegarmos ao ponto final.

4.1 VILA JARDIM E SUA GENTE

Ao sair do centro da cidade de São Francisco de Paula em direção à Vila Jardim, seguimos pela Rua Curupaiti e, posteriormente, a Rua Benjamin Constant para então chegarmos à Vila Jardim. Para os moradores/as entrevistados/as, a Rua Benjamin Constant “separa” a Vila Jardim do bairro Santa Isabel, tendo como inúmeras referências o “lado de lá” e o “lado de cá”.

Do centro da cidade de SFP até à Vila Jardim leva-se em torno de 40 minutos de a pé ou 5 minutos de carro. Importante ter em mente este tempo médio de trajeto de um ponto a outro, pois a maior parte dos serviços básicos de saúde e assistência social, se encontram localizados no centro de SFP. Como apontado por Hernandez et al. (2019, p. 54), “O social é um circuito simbólico e material que funciona a partir de centros em relação às margens. Existem segmentos que ficam do lado de fora em relação ao centro”.

Já no início das primeiras entrevistas realizadas na Vila Jardim ficou evidente que a comunidade tinha como referência o bairro Santa Isabel, situado do “lado de lá” da Rua Benjamin Constant. Isso fica evidente quando os

moradores se referiam ao acesso de políticas públicas: “É tudo lá”, referindo-se ao bairro Santa Isabel. O posto de saúde, a escola, as áreas de lazer, os supermercados, basicamente são ofertados do “lado de lá”.

Até 2022 havia uma justificativa oficial da Prefeitura Municipal de SFP para essas ausências de serviços básicos na Vila Jardim: ela estava localizada dentro da poligonal do Parque Natural Municipal da Ronda (HERNANDEZ; BINKOWSKI, 2022), ou seja, não permitia que fossem realizados serviços públicos em uma ocupação que até então era considerada irregular aos olhos do poder público.

A REURB é um processo de regularização fundiária rural ou urbana, pelo qual se pode reivindicar o direito à moradia. A Lei Federal nº 13.465/17 garante esse direito a ocupações de terra e assentamentos que são considerados informais, institui mecanismos para aprimorar a eficiência dos procedimentos de alienação de imóveis da União; e dá outras providências.

O processo de regularização fundiária da Vila Jardim inicia a partir da visibilidade que ganha os dados resultantes de estudos, pesquisas e ações no e sobre o PNMR. No entanto, a atual gestão municipal, à frente do Prefeito Municipal de SFP, Marcos André Aguzolli, ao enviar um ofício ao Superintendente do Patrimônio da União, Antônio Carlos Nunes Jung, com a proposta de regularização das famílias consideradas de baixa renda que ocupavam parte da área situada dentro da poligonal do PNMR, através do Ofício PGM nº 48 em 27 de junho de 2017 (“Inquérito Civil n. 1.29.002000036-2016-75) usufrui apenas de dados do Plano de Manejo do PNMR, elaborado em 2012.

Segundo, Santos (2022), tal plano que para a área técnica socioambiental já estaria bastante desatualizado. E, ainda, que, o grupo de pesquisa ObservaCampos, mesmo com um vasto repositório de dados e informações sobre o PNMR e a VJ, não foi contatado. Embora, considera-se o documento/ofício de extrema relevância para a historiografia da Vila Jardim, considerando os procedimentos de regularização fundiária.

Obviamente que por traz desta preocupação com a preservação do PNMR e o investimento em infraestrutura da VJ, está outra questão que afetaria drasticamente os cofres públicos municipais. Qual o custo de uma nova área para realocar a comunidade da VJ? Manter a VJ onde está teria certamente um custo menor. (SANTOS, 2022, p. 78).

Então, é a partir do retorno positivo da Advocacia Geral da União, por meio da Portaria nº 3847/2020, que a Prefeitura Municipal de São Francisco de Paula, cria o grupo de trabalho técnico para o processo de regularização fundiária da Vila Jardim. Momento que, até a criação deste grupo de trabalho, o ObservaCampos não tinha sido contatado. Segundo, Santos (2022) os dados de pesquisa disponibilizados pelo ObservaCampos foram solicitados pelo Advogado Geral da União, que em contato as pesquisadoras líderes do grupo, solicitou dados que fossem atuais sobre a VJ.

O contrato de doação firmado em 2020 e o início do processo de regularização fundiária em 2021, se configuraram como ações que contribuíram para que a população presente nesse território pudesse regularizar suas moradias, e continuar a luta, por seus direitos enquanto cidadãos.

Em 2021, a REURB VJ, recebe a classificação a partir de critérios de interesse social - REURB-S. Ou seja, via critério de população predominantemente considerada de baixa renda, segundo a composição de renda familiar em cada lote, apontando para a marca de 80% da população com renda inferior a três salários mínimos, de acordo com o valor nacional vigente, no momento do estudo. E, alterada, recentemente, para cinco salários mínimos, como segue:

A Lei Municipal nº 3.845, de 26 de setembro de 2023 altera a Lei Municipal nº 3.578, de 30 de dezembro de 2020, que estabelece normas complementares atinentes à Regularização Fundiária Urbana (Reurb), no âmbito do Município de São Francisco de Paula, de acordo com a Lei Federal nº 13.465, de 11 de julho de 2017. A Lei passa a vigorar com as tais alterações, preservadas as demais disposições: "Art. 2º. Parágrafo único. Considera-se população de baixa renda, apenas para fins de classificação da Reurb, a renda familiar correspondente até cinco vezes o salário mínimo nacional vigente."

Em 2023, a Comissão Técnica de Regularização Fundiária Urbana – CTRF/SFP/RS, recebe a indicação da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Habitação - SFP/RS, para que a regularização de todos os lotes siga na modalidade forma integral, independentemente, da classificação isolada (REURB S ou E), portanto, o processo considera todos os lotes como REURB-S.

A REURB VJ está em vias de denominação de logradouros públicos situados dentro da área da comunidade para substituição aos anteriormente existentes, considerando a necessidade de atualização dos laudos ambientais, assim como, modificações no Projeto Urbanístico e Memorial Descritivo, que já contava com Estação de Tratamento de Esgoto e uma praça.

De acordo com o Estudo Socioeconômico (SÃO FRANCISCO DE PAULA, 2021), os primeiros dados coletados apresentam uma população estimada de 400 pessoas e 126 famílias titulares de lotes na Vila Jardim. Ainda, informam que 100 lotes estão localizados de frente para a rua e 26 estão localizados nos fundos de outros lotes. Neste mesmo estudo foi constatado que 111 famílias têm acesso individual a 15 lotes com acesso comum a mais de um residente; 93 famílias têm acesso à rua principal; 15 tem acesso a ruas sem saída; 18 ao beco ou travessa (SÃO FRANCISCO DE PAULA, 2021). Outro aspecto demonstrado no estudo é que 119 lotes são utilizados como moradia própria; 4 são para uso de comércio e moradia; 1 como igreja; 1 alugado e 1 que consta apenas o terreno (SÃO FRANCISCO DE PAULA, 2021).

De acordo com a pesquisa realizada por nós – ContraCenso junto às famílias –, deflagramos um percentual correlato entre homens e mulheres residindo nos lotes. Em 73% dos casos as famílias são compostas por casais formados pelo par mulher-homem. Em relação aos responsáveis pela família, 15 entrevistados, ou seja, 60% indicaram que as mulheres com mais de 25 anos são as responsáveis pela família – chefes de família.

Em relação à presença de crianças e jovens, os dados apontam uma média de 1 jovem (+12 anos) e 1 criança (0-12 anos) por família. Porém, encontramos 1 família com 6 jovens e 3 famílias com 4 crianças. Então essa média pode ser relativizada conforme a realidade das famílias, se vistas de forma pormenorizada.

Durante a pesquisa de campo observamos a presença de ao menos 50% das crianças, jovens e mulheres com mais de 25 anos durante o dia em casa. Dado que contrapõe a indicação anterior de 60% das mulheres com mais de 25 anos, no papel de responsáveis pela família. A hipótese que fica mais clara é em relação ao cuidado com a família, idosos, crianças, casa, etc. E, não necessariamente, responsáveis pela forma de subsistência da família, ao menos não fora de casa.

Já em relação aos idosos, maiores de 65 anos, os entrevistados indicaram haver apenas 24% de pessoas com essa idade (ou mais) residindo nos lotes. Esse dado é corroborado pelos dados da REURB VJ (SÃO FRANCISCO DE PAULA, 2021) que aponta que a maioria das famílias declarou não existir pessoas idosas residindo nos lotes.

Entre os/as entrevistados/as, 18 pessoas se autodeclararam brancas/os; 3 pessoas se autodeclararam pardos/as; e 1 preferiu não opinar. Esse dado pode supor um problema no (re)desenho de políticas públicas destinadas a grupos que compõem as minorias sociais ou que carecem de políticas afirmativas e de reparação, ações que visam combater o racismo, assegurando às populações negras e indígenas o acesso a emprego, renda, educação, além da valorização da cultura dessas populações.

4.2 CONHECENDO O TERRITÓRIO DESDE DENTRO: ENTRANDO NAS CASAS

Uma das perguntas que fizemos às famílias no ContraCenso foi: “Desde quando mora na Vila Jardim?”, a fim de conhecer o tempo de relação das famílias com o território e suas percepções e significações. De acordo com nossas entrevistas, observou-se que os moradores mais antigos não sabiam ao certo o ano que chegaram à Vila Jardim, e no geral respondiam da seguinte forma: “há mais de 20 anos”!

Santos (2022) pesquisou as memórias transgeracionais da primeira família moradora da VJ:

Na Vila Jardim eu fui o primeiro a invadir, eu e meu cunhado pegamos umas madeiras e começamos a construir, ele ganhou muitas coisas para construir [...]. Tinha muito mato [...]. Lembra filha, quando comprei o primeiro terreno? Eu dei um carro velho, era um Escort! Não tinha contrato de compra e venda, tudo era de boca! [...] A vila Jardim existe faz mais de 20 anos, mas de 1988 pra cá já tinha três casas, o terreno em frente ao Parque era só capão! [...] O trabalho das pessoas na Vila Jardim era de serraria e mato. (Seu Miguel Hoffmann). (SANTOS, 2022, p. 60).

Uma das entrevistadas comenta que havia um tal de “Cabutti [que] era o corretor que vendia carro e mais o terreno [...]. Eu dei o meu fusca” (Família 1). A entrevistada reside há 10 anos na Vila Jardim e é filha de uma das moradoras

mais antigas da comunidade. Tal moradora, também, foi convidada a participar do ContraCenso, porém, não a encontramos em nenhum dos momentos marcados, mas justificou relatando que precisou sair para resolver compromissos inesperados.

Nos dois excertos das entrevistas, na realizada por Santos (2022) e na realizada por mim, é possível perceber que as primeiras famílias a chegarem na Vila Jardim tinham de comprar seu terreno, ainda que a área fosse considerada por eles mesmos “invadida” ou uma “invasão”. Ou seja, fica evidente que já havia no local uma especulação imobiliária e seus propensos “corretores” que aceitavam carros em troca de terrenos.

Seu Miguel Hoffmann, o 1º morador da Vila Jardim afirma que não tinha nenhuma casa onde hoje é a conhecida Vila Jardim (SANTOS, 2022). As primeiras “invasões”, como ele se refere, ocorreram próximas à poligonal do Parque Natural Municipal da Ronda, na década de 1980, e que a Vila Jardim, em seu início, não contava com nenhuma infraestrutura, pois era “só mato” (SANTOS, 2022).

O antropólogo Michel Agier (2015), direciona seu olhar para uma perspectiva social, política e cultural sobre o agir urbano, sendo um dos efeitos, a invasão. Diante desse horizonte antropológico, Agier (2015) enfatiza:

Em primeiro lugar, ele permite a sobrevivência em um distanciamento (um acampamento, uma invasão de um local vazio). É o gesto primeiro da invasão entendida como desobediência e como ilegalidade assumida — ainda que o termo invasão seja atualmente considerado “incorreto” pelos meios associativos e acadêmicos, como, por exemplo, em Salvador/Bahia, onde o termo foi por muito tempo (até os anos 1990) considerado - e ainda continua a ser na linguagem popular - equivalente a “favela”, no Rio de Janeiro, e equivalente também a “invasión”, em castelhano, utilizado, por exemplo, na Colômbia para designar os setores mais pobres e ilegais das periferias urbanas. (AGIER, 2015, p. 487).

Nesse caminho, Agier (2015) em “Do direito à cidade ao fazer-cidade: o antropólogo, a margem e o centro” discute a cidade, seu significado e seu fazer, a partir de realidades complexas, exemplificando o agir urbano tanto na América Latina, como na Ásia, África e Europa. Remonta a questão sobre o direito a cidade ao elaborar o “fazer-cidade”. Assim, como a invasão, a ocupação e instalação “encontra-se o movimento do direito à cidade enquanto direito de estar ali e de ali levar uma vida urbana. É neste momento, nesta pragmática, que o

“fazer-cidade” se torna objeto real e observável do “direito à cidade” (AGIER, 2015, p. 493).

De acordo com Santos (2022) grande parte da classe que vive do trabalho não tem acesso, ou renda para comprar um imóvel. Esse é um dos maiores sintomas de exclusão que não ocorre de forma isolada, mas coletiva.

Não tem como pagar aluguel. [...] a maioria que mora na Vila Jardim trabalha nas serralherias, comércios [...] um ajuda o outro [...]. Eu instalei um relógio lá que dá para 4 famílias [...]. Ah! Hoje tem umas 120 famílias, ou mais. Eles vão cercando e construindo. Agora eu não sei mais como está, mas na minha época foi uma casa atrás da outra. [...] se eu soubesse que não ia dar em nada eu tinha cercado mais (risos). (Relato de Seu Miguel - SANTOS, 2022, p. 61).

O direito à cidade ou as discussões sobre o direito à moradia tornam-se pano de fundo quando se analisam ocupações, por isso vale trazer um episódio ocorrido em uma das visitas à Vila Jardim quando nos deparamos com o desmanche de uma casa. Fomos nos aproximando da cena e éramos acompanhados dos olhares desconfiados da família que desmontava a casa. Até que o homem, parecendo ser o pai dos jovens que ali se encontravam, nos disse em tom áspero: o que vocês querem aqui? Eu puxei à frente e mostrei minha camiseta da UERGS e saí me justificando: sou pesquisadora e não tenho relação alguma com a Prefeitura!

Havia de me explicar, pois no dia anterior havíamos sido informados que a Prefeitura Municipal (secretarias envolvidas na REURB VJ), Gestão do PNMR em conjunto com a Patrulha Ambiental da Polícia Militar (PATRAM) haviam dado uma ordem de despejo a algumas famílias que haviam recentemente construído casas naqueles terrenos. Ao todo 5 casas tiveram que ser destruídas (Figura 11).

Figura 11 - Processo de despejo na Vila Jardim, São Francisco de Paula/RS - casa sendo desmontada (Zona 1)



Fonte: Autora, acervo Estação de Pesquisa ObservaCampos - EPO (2021)

O homem nos disse: “eu nasci e cresci aqui, tomando banho nessas cachoeiras, conheço tudo esses campo aí. E agora não posso ficar aqui? Tem gente de fora aqui e eu não posso ficar aqui?”. O morador, que no dia anterior havia sido desalojado, comentou que não tinha para onde ir e que a única solução para ele e a família seria buscar um lugar para instalar uma casa no Vale dos Sinos ou no Paranhana. Obviamente, o homem que ali estava se referia a uma possível nova invasão/ocupação nestes lugares.

Essa casa a que fazemos menção, se localizava na Zona 1 fazendo divisa com a Sede Campestre da SOGIPA e próxima ao banhado, portanto, local onde não poderiam haver novas ocupações, segundo o acordo firmado entre Prefeitura Municipal com os moradores da Vila Jardim para organização do REURB, em setembro de 2020.

Quando a Prefeitura Municipal de São Francisco de Paula iniciou o processo de regularização fundiária na VJ (SÃO FRANCISCO DE PAULA, 2021) foi feito um “acordo” entre Prefeito e os moradores, para que eles fizessem um autocontrole que impedisse novas ocupações. Segundo a Prefeitura, tal acordo tinha o intuito de assegurar a titulação dos lotes para os moradores antigos e

não para as possíveis novas ocupações. Os próprios moradores manifestavam entender a situação, do limite de lotes a serem regularizados, porém manifestaram um desconforto mediante a essa “atribuição” do Prefeito, pois entendem a ocupação para moradia como um direito.

É importante compreender [...] este agir ao mesmo tempo político e urbano: ele marca uma linha de partilha entre antes e depois. Esse movimento é uma tomada do espaço tanto quanto uma tomada da palavra, é o momento político porque é aquele que cria uma situação radicalmente nova. Eis por que os atores da margem, cidadãos sem cidade, ocupam um lugar à parte, precário, mas exemplar nos movimentos que fazem a cidade [...]. A ocupação urbana é um agir político cujo objeto é um direito humano e, ao mesmo tempo, um direito à cidade. As duas formas são igualmente políticas, mas de modos distintos. O movimento mais radical atualmente, aquele que faz com que ainda exista a questão política do horizonte da cidade, é o que a faz existir não como uma abstração, mas como uma imanência, uma construção em curso e em movimento. (AGIER, 2015, p. 491-492).

Ao andar pela comunidade observávamos e éramos também observados/as, vigiados/as pelos/as olhares curiosos dos/as moradores/as da Vila Jardim. Em outro dia de campo, avistamos um senhor escorado em seu portão, evidente que ele nos esperava passar. Chegamos e iniciamos uma conversa com ele, que estava à beira da cerca, no arvoredo.

Figura 12 - Morador da Vila Jardim, São Francisco de Paula/RS



Fonte: Autora, acervo Estação de Pesquisa ObservaCampos - EPO (2022)

O interesse dele era nos relatar os “mais de 20 anos na Vila, desde que era [conhecida] Vila Tripa”. Ortolano (2019, p. 192) em sua tese de doutorado já descrevia que a Vila Jardim era conhecida anteriormente como “Vila Tripa”, por localizar-se em lugar muito estreito, e que para muitos dos/as moradores/as este era um termo pejorativo.

Quando nós perguntamos às famílias se gostavam de morar na Vila Jardim, a maioria respondeu que sim e as justificativas foram variadas: “Gosto porque é o canto da gente”; “Ninguém me incomoda”; “É tranquilo, é bom”; “[a gente] É amigo de todo mundo”; “[perto] do campo”; “me dou com as pessoas”; “É calmo”. Os motivos denotam um lugar tranquilo, onde parece se estabelecer boas relações de convivência.

De alguma forma todos/as temos algo a dizer, a problematizar, a pensar sobre o social, que pressupõe relações, sociabilidades, modos de ser, de estar, de agir e de se manifestar. Aplica-se às interações significativas para os sujeitos, e, por isso, se estabelecem entre humanos e também, destes, com outros seres e o ambiente (MAIA, 2019).

A construção identitária dos moradores da Vila Jardim foi um dos temas pesquisados por Ortolano (2019, p.192), o autor comenta que a “construção identitária das ocupações pode trazer uma ideia de justiça, em contraposição ao modo como é feita atualmente, em que elas estão apartadas da realidade social e ambiental e carregadas de estigmas”.

4.3 INFRAESTRUTURA E HABITAÇÃO

Em nossas incursões pela Vila Jardim (ContraCenso) pudemos observar detidamente a infraestrutura das casas e os espaços vividos pela comunidade. Nesse sentido, a arquitetura das casas nos permite situar alguns aspectos importantes à compreensão da Vila Jardim. As casas mesclam edificações de alvenaria e madeira, construídas com materiais simples e, muitas vezes, reaproveitados. Chamou-nos especial atenção que, em muitas casas, apesar do tamanho de pátio pequeno, as pessoas cultivavam flores, temperos, ervas e chás em canteiros ou vasos.

Figura 13 - Pátios de habitações na Vila Jardim, São Francisco de Paula/RS



Fonte: Autora e Hernandez, acervo Estação de Pesquisa ObservaCampos – EPO (2021/2022)

Segundo dados da REURB VJ (SÃO FRANCISCO DE PAULA, 2021), 88 habitações são casas de madeira, 24 são casas consideradas mistas e 13 são de alvenaria, e 1 não identificada, totalizando 126 casas.

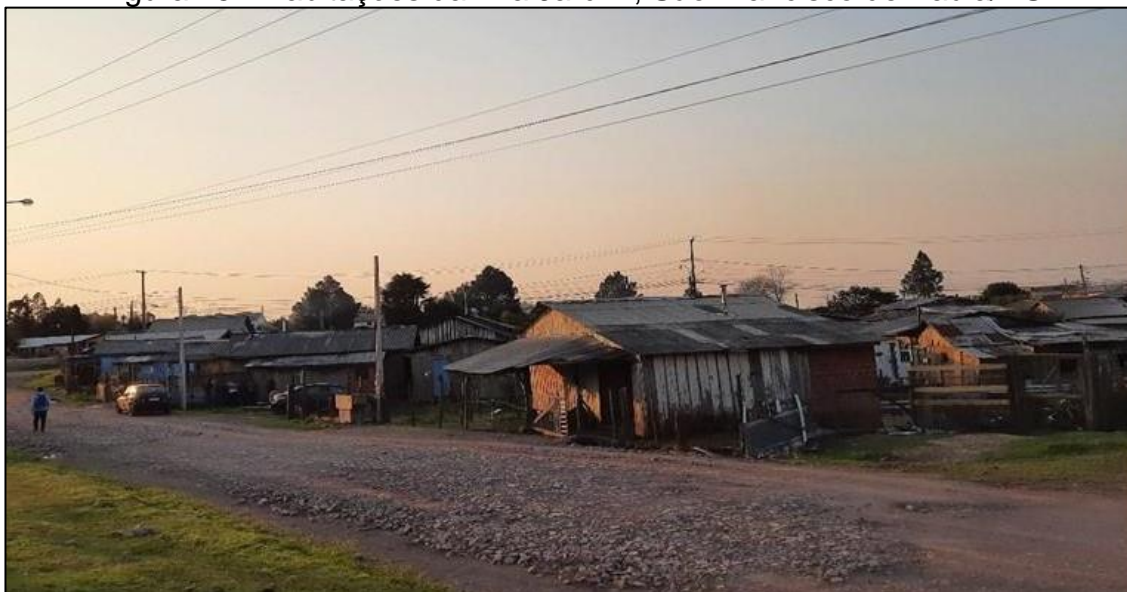
De acordo com o ContraCenso, que as habitações apresentam estrutura bastante vulnerável e precarizadas. As habitações estão localizadas na Zona 3 e 5, conforme Figura 14 e 15.

Figura 14 - Fachada de uma habitação na Vila Jardim, São Francisco de Paula/RS



Fonte: Hernandez, acervo Estação de Pesquisa ObservaCampos - EPO (2021).

Figura 15 - Habitações da Vila Jardim, São Francisco de Paula/RS



Fonte: Autora, acervo Estação de Pesquisa ObservaCampos - EPO (2022).

Segundo o ContraCenso, verificou-se, também, que as casas mistas ou de alvenaria são de moradoras “mais antigas”, ou de seus familiares como filhas, netas ou sobrinhas. Dado que caracteriza a rede de sociabilidade da população, como moradores antigos ou novos, também, considera-se esse tempo em relação a identificação com o lugar, oportunidades de emprego, o acesso ou não a políticas públicas de saúde, educação, segurança.

Esse aspecto foi apontado também pelo estudo socioeconômico (REURB VJ, 2021) no que tange ao estado de conservação das casas: 53 famílias declararam que suas casas apresentam estado regular de conservação; 46 famílias apontaram um estado bom das infraestruturas; e 22 declaram o estado da casa como ruim ou péssimo. Ainda conforme o REURB VJ (SÃO FRANCISCO DE PAULA, 2021), 107 famílias informaram que os banheiros de suas habitações são de alvenaria e 1 das famílias apontou ser de madeira; 10 famílias alegaram que os banheiros são “improvisados” e os demais declararam que a casa não tem unidade sanitária.

O ContraCenso constatou que em 55% das casas residem de 3 a 4 pessoas, apenas uma das casas, que este número chegou até 8 pessoas. Ao adentrar as casas, a convite dos próprios moradores, observamos o espaço percebido/vivido e ao sentar e conversar com os moradores foi possível observar que as habitações abrigavam um número significativo de cômodos.

No estudo socioeconômico realizado pela Secretaria Municipal de Assistência Social (SÃO FRANCISCO DE PAULA, 2021), 68 das 126 famílias declararam que as casas têm de 5 a 6 cômodos; 38 famílias até 4 cômodos e 15 famílias declararam ter 7 ou mais cômodos nas residências.

Os dados do ContraCenso afirmam que às condições de estrutura em relação ao acesso à água e luz é proveniente do abastecimento feito por empresas privadas contratadas. No entanto, ainda, enfrentam um grave problema de saneamento e esgotamento, pois a Vila não tem estrutura de saneamento e esgotamento sanitário adequado, e, em dias quentes, o banhado contaminado exala um cheiro forte de esgoto.

Não obstante, esse é um problema que acomete a cidade, pois segundo dados do IBGE Cidades (2022), São Francisco de Paula aponta para 58,8% de esgotamento sanitário adequado de acordo com a área de unidade territorial de 3.317,794 km², área atualizada pelo IBGE (2022).

O ContraCenso destaca que em relação a condição de infraestrutura e manutenção das casas, 17 afirmaram possuir máquina de lavar roupa, geladeira e fogão em suas residências; 4 afirmaram ter mais de uma máquina de lavar roupas e, apenas 1 declarou não possuir. Em relação ao número de geladeiras, 5 responderam ter de 2 a 3 geladeiras, em função de haver mais famílias residindo no mesmo lote. Vinte e duas das vinte e cinco famílias afirmaram ter

ao menos um fogão e 12 declararam o uso do aparelho a gás e a lenha, pois residem em uma das cidades mais frias do estado, podendo chegar a temperaturas negativas no inverno. Somente 9 das 22 famílias participantes afirmaram ter fossa em suas residências.

Ainda, segundo o ContraCenso, os dados referentes ao acesso à Comunicação apontam que 22 famílias possuem televisão, destas, 3 mencionaram ter plano contratado, alegando que o sinal é muito precário e 2 famílias declararam não terem TV, em função da igreja não permitir.

Ao considerar o número de celulares, 21 famílias afirmaram ter ao menos um aparelho, além de acesso à internet em suas residências, seja por rede *wi-fi* e/ou rede de dados móveis. Somente 5 afirmaram não ter nenhum tipo de acesso à internet. E, ainda, 2 das 22 famílias afirmaram ter computador em suas residências.

4.4 EDUCAÇÃO

Os dados do último Censo do IBGE (2022) apontam os seguintes indicadores de Educação sobre São Francisco de Paula:

Tabela 1 - Indicadores de educação em São Francisco de Paula/RS

Taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade [2010]	96,8%
IDEB – Anos Iniciais do Ensino Fundamental (Rede pública) [2021]	5,4
IDEB – Anos Finais do Ensino Fundamental (Rede pública) [2021]	5,0
Matrículas no Ensino Fundamental [2021]	2.688
Matrículas no Ensino Médio [2021]	464
Docentes no Ensino Fundamental [2021]	162
Docentes no Ensino Médio [2021]	51
Número de estabelecimentos de Ensino fundamental [2021]	20
Número de estabelecimentos de Ensino Médio [2021]	3

Fonte: IBGE (2022).

Alguns dados nos chamam atenção como, por exemplo, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), tanto nos Anos Iniciais quanto nos Anos Finais, que fica abaixo de 6,0 (média para uma escola ser considerada com um “bom nível”). Além disso, o IDEB fica abaixo da média nacional: 5,8 em 2021 para os Anos Iniciais, o município registra 5,4 e de 5,1 em 2021 para os Anos Finais, o município registra 5,0. O Ensino Médio nem sequer foi avaliado, sendo que a média nacional registra 4,2.

Outro agravante são as matrículas do Ensino Fundamental em relação às matrículas do Ensino Médio. Os números nos fazem pensar que os estudantes não estão seguindo seus estudos em nível médio, concentrando a sua escolarização no Ensino Fundamental. Nesse quesito, há uma realidade em São Francisco de Paula que é uma vasta área rural, com distritos que chegam a estar a 2 horas e meia da sede (de carro). Nesses locais a oferta de Ensino Médio ou Educação de Jovens e Adultos (EJA) conta apenas com uma escola estadual, as outras 3 escolas de Ensino Médio localizam-se na sede do município e não oferecem cursos profissionalizantes, exceto o Curso de Magistério oferecido em uma das escolas, o Colégio Estadual José de Alencar (CEJA).

Perguntamos aos participantes da pesquisa sobre os níveis de escolaridade das famílias e os relatos descrevem uma demanda por escolas de Educação Infantil (creche de 0 a 3 anos e pré-escola de 4 a 5 anos) e Ensino Médio, pois este público ou acaba se deslocando para outros bairros para estudarem ou desistem de continuar seus estudos.

De acordo com nossos entrevistados, as respostas indicam que as pessoas com mais de 65 anos e os homens com mais de 25 anos das famílias, têm, em sua maioria, o Ensino Fundamental incompleto. Já as mulheres com mais de 25 anos possuem o Ensino Médio incompleto. Os jovens, em sua maioria, responderam que têm o Ensino Médio incompleto ou ainda estão cursando. Os jovens indicam frequentar o Colégio Estadual José de Alencar (CEJA), localizado no centro da cidade, a 2,7km. O trajeto leva o tempo médio de 34 minutos feito a pé ou de bicicleta, pois não há transporte urbano que garanta essa mobilidade, o que é dificultado ainda mais quando se trata do turno da noite.

Já os dados coletados na REURB (SÃO FRANCISCO DE PAULA, 2021), observou-se que 82 representantes familiares declararam o nível de escolaridade com Ensino Fundamental Incompleto e 21 familiares com Ensino Fundamental Completo. Já em relação ao Ensino Médio: 7 Incompletos e 6 Completos. Por fim, 1 familiar declarou Ensino Superior Incompleto, igualmente, para Ensino Superior Completo. Além de 4 representantes que não declararam essa informação (SÃO FRANCISCO DE PAULA, 2021).

A escola de Educação Infantil (creche de 0 a 3 anos) mais próxima da VJ é a Escola Municipal de Educação Infantil - EMEI Vó Benvinda, situada no bairro

Cipó. Assim como, a Escola Municipal de Ensino Fundamental - EMEF Castelo Branco, que segue da etapa pré-escolar (4 a 5 anos) até o Ensino Fundamental, Anos Iniciais (1º ao 5º ano) e Anos Finais (6º ao 9º ano), no entanto, ambos não são ofertados na VJ.

Figura 16 - EME Vó Benvinda, Bairro Cipó, São Francisco de Paula/RS



Fonte: Autora, acervo Estação de Pesquisa ObservaCampos – EPO (2022).

Conforme nossas investigações na VJ, existe um número considerável de crianças que estão matriculadas na etapa pré-escolar. Como a VJ não tem escolas, o maior número de matrículas se dá do “lado de lá”, no Bairros Santa Isabel, na EMEF Castelo Branco.

Figura 17 - EMEF Castelo Branco, Bairro Santa Isabel, São Francisco de Paula/RS



Fonte: Autora, acervo Estação de Pesquisa ObservaCampos - EPO (2022).

Diversos moradores da VJ se mostraram preocupados em não ter uma escola em sua comunidade, principalmente a apreensão sobre o acesso até à EMEF Castelo Branco, já que os estudantes precisam cruzar a Rua Benjamin Constant para chegar até à escola. Um dos moradores relatou que seria importante ter quebra-molas (lombadas) ao longo da Rua Benjamin Constant, para que não ocorresse acidentes com pedestres.

Figura 18 - Rua Benjamin Constant sentido Centro-Vila Jardim, São Francisco de Paula/RS



Fonte: Autora, acervo Estação de Pesquisa ObservaCampos – EPO (2022).

No município de São Francisco de Paula, mais especificamente, existe o Distrito Industrial (Figura 18) que concentra a maioria das empresas, desde serrarias, indústria de alimentos, produtos de higiene e limpeza, tornearias, comércio de madeiras, entre outras.

Figura 19 - Distâncias entre Vila Jardim e Distrito Industrial, São Francisco de Paula/RS



Fonte: Hoffmann, acervo Estação de Pesquisa ObservaCampos - EPO (2022).

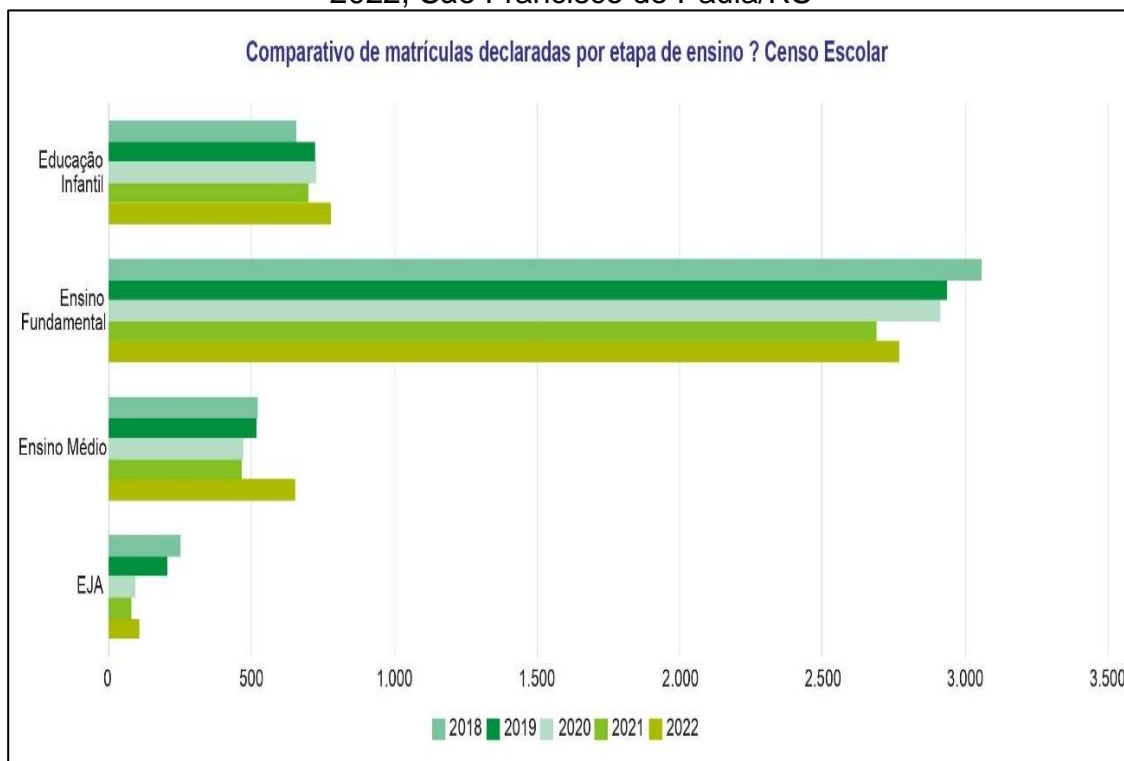
Questões relacionadas ao trabalho: local e o principal meio de transporte utilizado para chegar ao local. Magnani (1993, p. 197) descreve que trajeto “é a extensão e principalmente a diversidade do espaço urbano para além do bairro que colocam a necessidade de deslocamentos por regiões distantes e não contíguas”.

Está localizado a 1,5km da Vila Jardim, sendo o tempo médio a pé de 20 minutos ou 5 minutos de carro. A maioria das pessoas que informaram trabalhar no Distrito Industrial declararam ir a pé, transporte da empresa, ou ainda, de carona com outras pessoas.

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) divulgou em 2023 um comparativo de matrículas do Censo Escolar. A

Figura 20 apresenta o número de matrículas declaradas por etapa de ensino, no período 2018-2022, em São Francisco de Paula/RS.

Figura 20 - Matrículas declaradas por etapa de ensino no período de 2018 a 2022, São Francisco de Paula/RS



Fonte: Censo da Educação Básica (INEP, 2023).

Reforça-se, a importância de discussão sobre o número de matrículas, tanto no Ensino Médio quanto no Ensino Fundamental, devido ao período mencionado compreender à pandemia da COVID-19.

De acordo com o gráfico, o nº de matrículas do Ensino Médio no período de 2018 a 2022 aumentou de 500 para 600 matrículas. No entanto, se observarmos o período de 2018-2021 esse número diminui para 400 matrículas, e volta a aumentar com o retorno efetivo das atividades educacionais no ano letivo de 2022.

Nesse mesmo sentido, segue o número de matrículas no Ensino Fundamental que compreende os Anos Iniciais e os Anos Finais, em que consta 3.055 matrículas em 2018, reduzindo para 2.768 em 2022. Já no período de 2018 a 2021, essa marca de 3.055 cai para 2.688 matrículas.

Os dados expostos evidenciam a média de escolaridade da população total, assim como evidenciam também alguns dos possíveis fatores que

contribuem para o baixo índice de rendimentos da mesma, pois com a baixa escolaridade, menores são as oportunidades no mercado de trabalho. Assim, como evidencia a urgência de investimento em transporte público por parte da gestão municipal.

4.5 TRABALHO E RENDA

Dados do IBGE (2023) apontam que, de 2018 a 2020, o salário médio mensal dos trabalhadores formais de São Francisco de Paula era de 2,2 salários-mínimos. Ainda, segundo esses dados (IBGE, 2023), a proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 21,2% e considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário-mínimo por pessoa, tinha 30% da população nessas condições. De acordo com o ContraCenso, essas baixas porcentagens são preocupantes e vão ser corroboradas pelas famílias da Vila Jardim que, em sua maioria, declaram não ter trabalho e renda fixa, tampouco direitos trabalhistas assegurados.

Em relação aos dados sobre trabalho, as mulheres com mais de 25 anos informaram ter trabalhos fixos remunerados no comércio, em serrarias, autônomas. Os rendimentos de outras fontes concentram-se em aluguéis, pensões, bolsa família e trabalhos ocasionais remunerados. O maior número de respostas elegeu serem “dona de casa”.

Os homens com mais de 25 anos, informaram ter trabalhos esporádicos ou “por conta própria”, ou ainda, trabalhos no “mato”; 2 homens declararam trabalhar na Prefeitura Municipal de SFP e outros 2, em serrarias. Ainda constataram relatos sobre recebimento de pensões e aposentadorias.

Os jovens, entre meninas e meninos, com mais de 12 anos declararam trabalhar em serrarias, fábricas de alimentos e comércio em geral. Soma-se aí, também os jovens que declararam receber pensões, ou ainda, auxiliam diretamente a lida da casa. Os dados mostram a dificuldade de acesso a oportunidades de emprego por parte da população jovem, integrante do presente e futuro da comunidade, dado que, também, revelam os fatores que influenciam para a vulnerabilidade social da comunidade.

Para Spink (2018), a noção de vulnerabilidade integra três dimensões:

[...] a **individual**, referida ao acesso a informação e à capacidade de processá-la e utilizá-la para fins de prevenção; a **social**, incluindo aí os aspectos estruturais da desigualdade, as relações raciais e de gênero e a estrutura jurídico-política dos países; e a **programática** (ou institucional), referente às maneiras como as instituições atuam para reproduzir condições sociais de vulnerabilidade. (SPINK, 2018, p. 16 - grifos nossos).

Uma das vulnerabilidades que destacamos agora é a social, por isso cabe relatar um episódio que ocorreu em uma das visitas à Vila Jardim. Escutamos o relato de alguns entrevistados que esboçavam certa desconfiança e desdém com um dos estabelecimentos localizado na Vila Jardim, em função das inúmeras intervenções policiais que ali aconteciam. O “Open Bar” está localizado no “coração” da Vila Jardim, se segundo a narrativa de um dos entrevistados também é um local de prostituição e venda de bebidas alcoólicas a menores de idade. Um dos entrevistados chegou a comentar que existe prostituição de menores de idade, muitas vezes levadas pelos próprios pais para conseguirem qualquer quantia de dinheiro, com intuito de poder se alimentar e/ou para necessidades básicas.

4.6 PARA ALÉM DA FÉ: AS IGREJAS

Durante as visitas realizadas na comunidade, observamos um expressivo de pessoas que frequentam igrejas. Na Rua Principal (os debaixo) existem 2 igrejas Pentecostal “Jesus é o caminho” e “Deus é Santo”, a primeira tem cultos às terças-feiras e quintas-feiras às 19h, e a segunda estava com reformas de infraestrutura e não estava tendo cultos. (Zona 3, Figura 21 e 22).

Figura 21 - Igreja Pentecostal Jesus é o caminho, Vila Jardim, São Francisco de Paula/RS



Fonte: Autora, acervo Estação de Pesquisa ObservaCampos (2021).

Figura 22 - Igreja Pentecostal Deus é Santo, Vila Jardim, São Francisco de Paula/RS



Fonte: Hernandez, acervo Estação de Pesquisa ObservaCampos - EPO (2021).

Ao serem questionadas, 68% das famílias disseram que frequentam igrejas evangélicas/pentecostais tanto as localizadas na Vila Jardim, quanto as de outros bairros como Santa Isabel e Campo do Meio.

No Brasil, conexões importantes entre os temas Religião e Assistência são largamente observadas na literatura especializada. Ao longo do processo de constituição de políticas sociais no país, a igreja católica exerceu papel importante no campo assistencial. Contudo, a presença de espíritas, protestantes e pentecostais também é observada nessa área - indicando-nos que em terras brasileiras a assistência transita em territórios sagrados desde o início de nossa história. (TORRES, 2007, p. 8).

Sabe-se que no Brasil esse é um fenômeno que vem chamando atenção dos sociólogos e antropólogos, sendo que essas igrejas tem feito um papel assistencial importante, principalmente, em comunidades com características sociais semelhantes às da Vila Jardim. As comunidades vulnerabilidades encontram nessas igrejas um local de sociabilidade, de acolhimento e formação de laços. O fato de “ser da igreja” indica um pertencimento, uma espécie de credencial que vai “abrindo portas” para conhecer pessoas, namorar, casar, conseguir empréstimos, comprar roupas (brechós) e, até mesmo, adquirir ajudas assistenciais e/ou financeiras. Como afirma o senso comum brasileiro “a fé” não costuma falhar.

4.7 PANDEMIA E SITUAÇÃO SANITÁRIA

Ao serem perguntadas sobre acesso ao sistema de saúde, 80% das famílias apontaram a Unidade Básica de Saúde - UBS Santa Isabel, como a mais próxima a Vila Jardim e, conseqüentemente, a mais procurada pelos moradores da comunidade. O “Posto de Saúde”, como é chamado a UBS Santa Isabel foi ampliado e reinaugurado em 2021 (Figura 23). Porém, todas as famílias destacam que o atendimento é “problemático”, pois faltam vagas para atendimentos, mesmo após a ampliação.

Figura 23 - UBS Santa Isabel, bairro Santa Isabel, São Francisco de Paula/RS



Fonte: Autora, acervo Estação de Pesquisa ObservaCampos (2021).

Ainda, de acordo com as declarações das famílias, muitas mencionaram o descaso em relação ao atendimento no posto de saúde e situações de preconceito em relação aos moradores da Vila Jardim. Algumas famílias fazem menção ao Dr. Colla (Décio Antônio Colla), ex-prefeito e médico reconhecido na cidade: “O Cola, com ele é só chegar que é atendido”. “O Cola cuidou da minha família a vida toda”. (Família 2).

O Dr. Colla é conhecido como um ex-prefeito populista, excêntrico e controverso, ficou famoso nas mídias brasileiras ao idealizar um *bunker* para proteger-se do fim do mundo e, no último pleito eleitoral, foi impedido de candidatar-se por improbidade administrativa. Não obstante, é considerado um político próximo e solícito às pessoas, prestando atendimentos médicos, ainda hoje, na rede privada.

Em relação a oferta dos serviços de saúde, algumas famílias relataram que existem pessoas vendendo planos de saúde na Vila Jardim. Os planos variam de R\$ 40 a 50, com desconto diretamente na conta de luz. Porém, os atendimentos seriam realizados apenas nos municípios vizinhos, como Canela e Igrejinha.

Dado o contexto sanitário em que se desenvolveu esta pesquisa, acreditamos que seria imprescindível entender o comportamento sanitário das famílias em relação à pandemia de COVID-19, questionando-as se haviam

realizado a vacinação e o número de doses. Perguntamos às famílias se tinham contraído COVID-19 e como tinha sido o comportamento vacinal. A maioria das famílias afirmou que tomou as três doses da vacina (dose distribuída até o momento da pesquisa). Algumas relataram que tiveram novamente a doença, outras disseram que não tiveram a doenças, e outras responderam que não tinham realizado exames para comprovar se haviam contraído a COVID-19.

De acordo com os dados disponibilizados pela Prefeitura de São Francisco de Paula, em fevereiro de 2023, o nº de 18.444 pessoas já estavam vacinadas com a 1º dose; 16.542 com a 2º dose; 10.793 pessoas com a 3º dose e 624 vacinados com a dose única, já disponibilizada para pessoas acima de 40 anos. A população de município totalizava 21.801 pessoas em 2020 (IBGE). Atualmente, o local de vacinação municipal concentra-se no Posto Central, situado no centro da cidade. Está aberto diariamente: manhã das 7h e 30min às 11h e 30min e a tarde das 13h às 17h.

CAPÍTULO 5 - POLÍTICAS PÚBLICAS: TENSÕES ENTRE O DIREITO E A OFERTA

Figura 24 - Estrada da Ronda - Vila Jardim, São Francisco de Paula/RS



Fonte: Autora, acervo Estação de Pesquisa ObservaCampos – EPO (2022).

5 POLÍTICAS PÚBLICAS: TENSÕES ENTRE O DIREITO E A OFERTA

Ao pensarmos sobre os fenômenos e conflitos presentes em um território é imprescindível pensarmos na complexa conjuntura política brasileira, pois devemos pensar em ações políticas materializadas como argumenta Alessandro Soares da Silva (2011, p. 61) “[pensar] políticas públicas de modo sério é pensar políticas que não só produzam efeitos a longo prazo, mas que se estabeleçam como princípios duradouros para quaisquer governos que a população venha a eleger”. Silva (2011) propõe pensar em políticas públicas a partir de três ideias básicas:

A primeira ideia é o reconhecimento tanto no que remete ao outro quanto no que se refere à complexidade do processo político que relaciona agentes e instituições em conjunturas, contextos e situações diversas e que, por sua vez, constituem desafios à governança. A segunda ideia refere-se à incorporação de diferentes atores no processo de governança. Disso decorre entender que incorporar é materializar de fato o reconhecimento como elemento da governança, bem como entender que governança é um processo que se refere à forma de entendimento do governo, à estrutura do governo e à gestão das políticas públicas. Nesse sentido, isso remete a uma terceira ideia que é a liderança. (SILVA, 2011, p. 61).

Celina Souza (2006) enfatiza que as regras, decisões, elaboração e implementação das políticas públicas influenciam nos resultados dos conflitos que são ligados à tomada de decisão sobre quaisquer políticas públicas. A autora ainda destaca o ciclo de políticas públicas, como um dos modelos de formulação e análise dessas políticas, o qual “vê a política pública como um ciclo deliberativo, formalizado por vários estágios e constituindo um processo dinâmico e de aprendizado” (SOUZA, 2006, p. 29) (Figura 25).

Figura 25 - Ciclo de Políticas Públicas



Fonte: Adaptado de FGV, EESP (2021).

O ciclo da política pública se constitui por 6 estágios: 1. Identificação do problema; 2. Inclusão dessa demanda na agenda pública; 3. Busca de soluções e alternativas; 4. Tomada de decisão; 5. Planejamento e execução da política pública; 6. Implementação, monitoramento e avaliação, sendo essa última etapa a mais frágil no ciclo das políticas públicas brasileiras.

Segundo Souza (2006), a política pública é um campo de conhecimento que incentiva a análise ou ação do governo, bem como, impulsiona possíveis mudanças diante do percurso. “A formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real” (SOUZA, 2006, p. 26).

A efetivação das políticas públicas deve se voltar a objetivos de interesse público, resultante de um processo de investigação que orienta se a política planejada é a melhor alternativa para atender as demandas e/ou resolver os problemas dos grupos sociais.

Nesse sentido, a participação sociopolítica dos grupos afetados pelo problema é fundamental ao desenho da política pública, pois outorga legitimidade ao processo e permite que os grupos afetados participem na busca de soluções aos problemas públicos. Para atender e resolver os problemas públicos específicos, as políticas públicas precisam ser eficazes, fazendo o

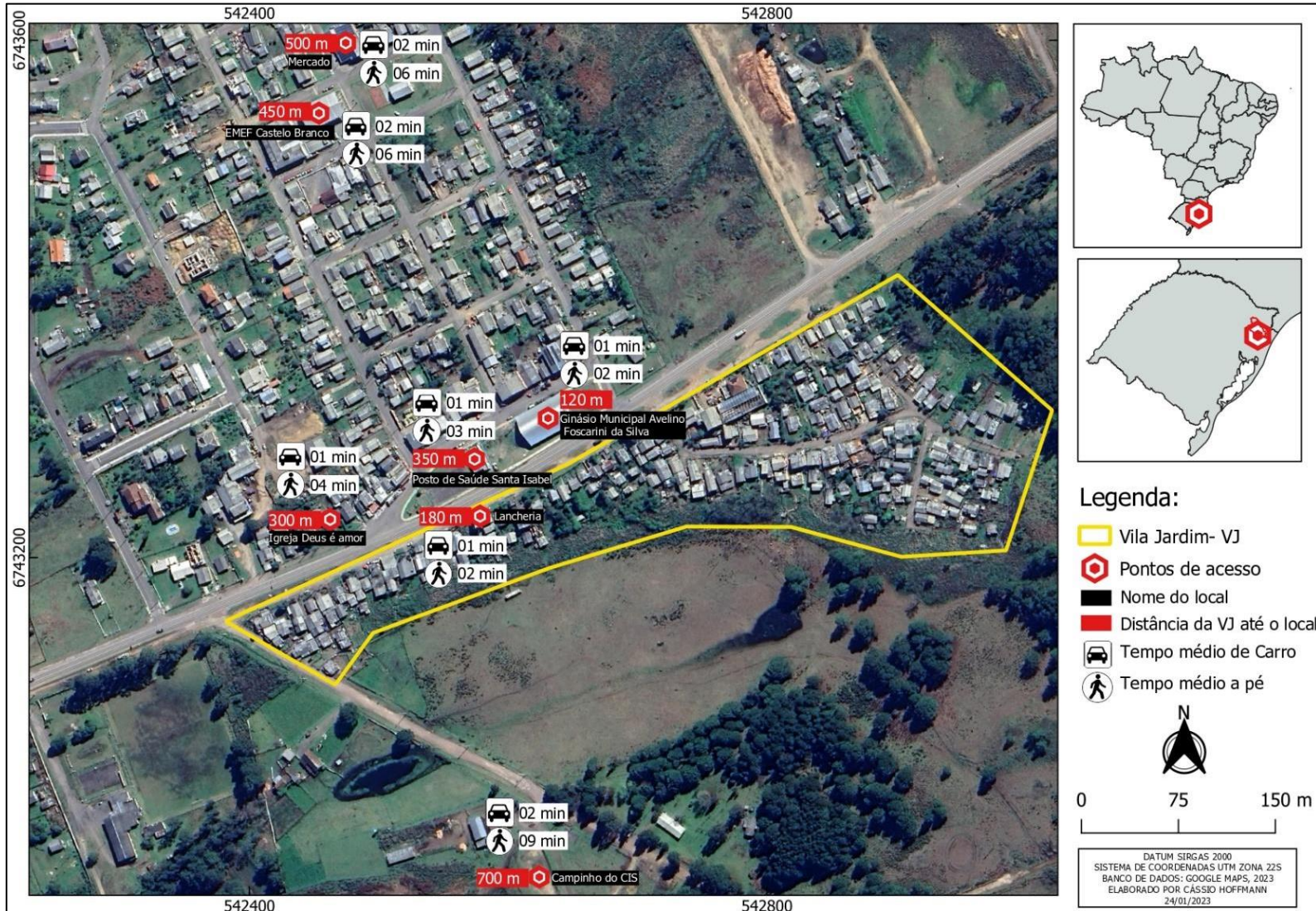
melhor uso dos recursos públicos e sendo acessíveis e inclusivas em relação ao público ao qual se destinam.

A nós, interessava conhecer os acessos e percursos das famílias para usufruírem de políticas públicas de saúde, educação, assistência social, transporte e lazer no município de São Francisco de Paula/RS. Ao início do levantamento de dados na Vila Jardim, a equipe de pesquisa se deu conta que a comunidade se referia muito ao bairro Santa Isabel, situado do outro lado da Rua Benjamin Constant, quando explicam sobre o acesso às políticas públicas diziam “É tudo do lado de lá”. A UBS, a escola, as áreas de lazer e demais políticas públicas são ofertadas, basicamente “do lado de lá”, sendo ausentes do “lado de cá” na Vila Jardim.

Ao se referir ao bairro vizinho Santa Isabel, a Vila Jardim – separada apenas pela Rua Benjamin Constant – manifesta e reivindica o direito ao acesso e uso de políticas públicas de cada cidadã e cidadão ali presente. Seja nas áreas da saúde, educação, segurança, transporte ou lazer, e outras políticas públicas, que são ofertadas apenas no bairro Santa Isabel e estão ausentes na VJ.

Na Figura 26 apresemos os percursos, com as distâncias percorridas e o tempo médio usado a pé ou de carro por estes moradores, sendo estes os meios de transporte mais utilizados pela comunidade para acessar serviços de saúde, educação, assistência social, transporte e lazer.

Figura 26 - Acesso às políticas públicas, Vila Jardim em relação ao bairro Santa Isabel localizados na zona urbana de São Francisco de Paula/RS



Fonte: Hoffmann, acervo Estação de Pesquisa ObservaCampos - EPO (2023).

Observamos que o deslocamento da Vila Jardim ao bairro Santa Isabel supõe percursos curtos, poucos quilômetros de distância, sejam eles feitos a pé ou de carro. Não obstante, o que parece incomodar as famílias é o local onde essas políticas são ofertadas, no bairro Santa Isabel e o preconceito que enfrentam ao buscar esses atendimentos e serviços por serem reconhecidos como “os de baixo”, “os do lado de lá”.

Ao solicitarmos que as famílias avaliassem os serviços e as políticas disponíveis, ficou evidente o “vazio” em que esses percursos significam no dia a dia da comunidade. A comunidade não tem saneamento básico, nem praças, passeios ou calçadas e segurança pública, sequer uma simples faixa de segurança para pedestres, sendo que a Vila Jardim se localiza às margens da Rua Benjamin Constant.

Figura 27 - Rua Benjamin Constant sentido Vila Jardim-Centro, São Francisco de Paula/RS



Fonte: Autora, acervo Estação de Pesquisa ObservaCampos - EPO (2020)

É comum vermos as crianças brincando e cruzando a Benjamin Constant, até porque as escolas estão localizadas no bairro Santa Isabel, assim como a quadra de esportes, a academia ao ar livre (Figura 27), etc.

Figura 28 - Academia instalada ao lado da quadra de esportes localizada às margens da Rua Benjamin Constant, São Francisco de Paula/RS



Fonte: Schinaider, acervo Estação de Pesquisa ObservaCampos – EPO (2021).

O Programa Academia da Saúde é oferecido em âmbito nacional no Sistema Único de Saúde (SUS) e foi criado em 2011 tendo o “como objetivo principal contribuir para a promoção da saúde e produção do cuidado e de modos de vida saudáveis da população a partir da implantação de polos com infraestrutura e profissionais qualificados” (BRASIL, 2013).

O programa também segue os princípios, diretrizes e objetivos da Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS) e da Política Nacional de Atenção Básica (PNAB) e um dos destaques dessa legislação, conforme a Portaria nº 2681, 07 de novembro de 2013, é que “Fica instituído o Programa Adote um Parque, com a finalidade de promover a conservação, a recuperação e a melhoria das unidades de conservação federais, por meio da participação de pessoas físicas e jurídicas privadas, nacionais e estrangeiras”. (BRASIL, 2013). No entanto, deflagra o (des)comprometimento do estado em delegar a população e setores econômicos diretamente afetados por alterações no meio ambiente a responsabilidade em cuidar, manter e fiscalizar os espaços públicos sejam eles ambientalmente naturais ou construídos.

Segundo o Art. 13º da Portaria nº 2681/2013 a recomendação aos municípios é na constituição de grupo de apoio à gestão para cada polo implantado, [...] formado pelos profissionais que atuam no Programa Academia da Saúde e na Atenção Básica da área de abrangência do polo, por representantes do controle social e por profissionais de outras áreas envolvidas no Programa [...].

Tais informações não corroboram com o conjunto de dados pesquisados, pois quando questionados sobre políticas de saúde, esportes e/ou lazer as famílias da Vila Jardim não mencionaram essa política pública. Entende-se, assim, que a desconhecem, ou que nunca tenha sido de fato implementada.

Quando perguntamos às famílias sobre o que seria importante para as crianças e jovens, as principais respostas voltaram-se ao incentivo aos estudos e ao trabalho, e políticas de esporte e lazer (“pracinha”).

Figura 29 - Quadra de esportes, Santa Isabel, São Francisco de Paula/RS



Fonte: Rede social Maria Córdova (Tida) (Facebook, 2023).

Figura 30 - Ginásio de esportes no bairro Santa Isabel, São Francisco de Paula/RS



Fonte: Autora, acervo Estação de Pesquisa ObservaCampos - EPO (2022).

Ao ser perguntado sobre as demandas urgentes dos jovens e crianças da Vila Jardim, um jovem entrevistado comentou que deveria haver pista de skate. No entanto, quando se comentava sobre o acesso à quadra e ginásio de esportes uma das entrevistadas relata que “A quadra, quase não usam porque ficam muito no celular. [...] e o ginásio, não deixam usar. [...] acho que eles têm medo que estraguem”.

O depoimento do jovem deflagra que, apesar do bairro Santa Isabel contar com um ginásio, o mesmo não pode ser usado pela comunidade. Nesse caso a infraestrutura da política existe, mas sua oferta e uso são inibidos ou excessivamente controlados, afastando da política quem deveria dela usufruir, nesse caso os jovens que desejam praticar esportes.

Quanto ao uso do tempo livre, a comunidade afirma o desejo de ter uma praça para tomar chimarrão, um “Centro Comunitário”, a possibilidade de passear, viajar para cidades do entorno (Gramado) ou, mesmo, poder fazer cursos (de bolos, crochê, etc.), além de manifestarem sua insatisfação quando se referem à mudança na disponibilidade de atividades e à mudança de endereço do Centro Integrado Social (CIS): “Tiraram o CIS de nós (Família 3)” “[...] o CIS Integral” (Família 4), o que confronta o direito da população à oferta de serviços básicos tanto de educação quanto de lazer.

O CIS tem um significado importante às famílias da Vila Jardim, pois ali suas filhas e filhos encontravam atividades de esporte, educação, cultura e lazer no contraturno escolar, além da oferta de alimentação durante o período de atividades.

O CIS supunha, ainda, que seus filhos/as estavam assistidos por profissionais e em contato com o ambiente e a paisagem do Parque Natural Municipal da Ronda.

Figura 31 - Vista aérea do Centro Integrado Social (CIS) localizado junto a sede do Parque Natural Municipal da Ronda, São Francisco de Paula/RS



Fonte: Hoffmann, acervo Estação de Pesquisa ObservaCampos - EPO (2021).

O espaço destinado ao CIS no PNMR tem de 7 a 8 salas, considerando 1 cozinha, 1 refeitório, 3 salas para atividades do CIS e depósito da Secretaria de Desenvolvimento Social e Habitação, 1 sala até então utilizada pela Gestão do Parque e 1 sala para EPO, 1 banheiro feminino e 1 masculino.

De fato, em nossa pesquisa as famílias constataram que a única política pública existente na Vila Jardim está relacionada à assistência social, e se deve ao funcionamento do Centro Integrado Social (CIS), vinculado à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Habitação da Prefeitura Municipal de São Francisco de Paula/RS.

O CIS e a sede do PNMR se encontravam até pouco tempo no mesmo prédio, respectivamente, o primeiro vinculado à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Habitação, e o segundo vinculado à Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade. Em 2021 foi construída uma nova sede do Parque Natural Municipal da Ronda. O CIS permaneceu no prédio antigo, mas por condições precárias da

edificação diminuiu suas atividades e ao que tudo indica até o final de 2023 será deslocado para um prédio no centro da cidade.

O CIS é conhecido pela população como a antiga Fundação Estadual para o Bem Estar do Menor (FEBEM), porém, a pesquisa realizada por Santos (2022) indica que nunca existiu ali uma “FEBEM”, e sim uma escola de turno integral que ficou popularmente conhecida com o nome da fundação, pelo fato das crianças e jovens passarem o dia ali. Não deixa de ser interessante essa representação social elaborada pela comunidade.

Até início de 2023, havia no espaço externo um campo de futebol, que as crianças e adolescentes da VJ usufruíam, em função da ausência de outros espaços de esporte e lazer, e também pela ausência de atenção por parte da gestão pública com essa comunidade.

Figura 32 - Campo de futebol, Centro Integrado Social (CIS), São Francisco de Paula/RS



Fonte: Autora, acervo Estação de Pesquisa ObservaCampos – EPO (2022).

O Centro Integrado Social conta com uma professora responsável (coordenadora), popularmente conhecida como Tida, um estagiário e duas merendeiras. Segundo, Tida:

Eu vou dar aula de futebol pra essas crianças, tirar eles da rua através da prática esportiva e mostrar pra eles que por mais difícil que seja, a gente

quando acredita, e quando a gente pensa, a gente faz! Então é isso que eu mostro pra eles. E eu cobro muito a questão das notas. Então, daí eu fiz isso aqui no bairro. Eu vou montar um excelente futebol, vou dar futebol voluntário, não vou cobrar abastecimento e vou trazer eles pra perto de mim. Até é uma maneira de tirar eles da criminalidade, porque o bairro é bem complicado. Hoje o bairro é um dos piores que tem, querendo ou não, muita gente não gosta, mas o futebol em si ele é diferenciado. (Entrevista Tida).

Tivemos a oportunidade de entrevistar a Maria Córdova (Tida), que é moradora do bairro Santa Isabel e que há mais de 10 anos realiza um trabalho socioeducativo (“Meninos(as) da Vila”) com as crianças e adolescentes, mais especificamente da Vila Jardim e Santa Isabel, mas também recebe procura de público de outros bairros do município.

Figura 33 - Logo do Projeto Social “Meninos(as) da Vila” realizado no CIS, São Francisco de Paula/RS



Fonte: Rede social Maria Córdova (Tida) (Facebook, 2023).

Tida, ao expor sua preocupação quanto a determinadas políticas públicas, expressa que: “[...] a educação anda em primeiro lugar, mas o esporte vem em segundo. [...] falta muita oportunidade, [...] existe muitas políticas públicas no papel,

mas não tem nada. Não existe muito, na prática” (Entrevista, dezembro, 2020), se referindo ao leque de opções de políticas voltadas à cultura e ao esporte.

Do mesmo modo, os poucos lugares que existem para as crianças e jovens frequentarem após o horário de aulas é a quadra da escola EMEF Castelo Branco aos finais dos turnos e/ou o campo de futebol do CIS, situado junto à sede do PNMR.

Figura 34 - Um dos grupos do Projeto Social “Meninos(as) da Vila”, São Francisco de Paula/RS



Fonte: Rede social Maria Córdova (Tida) (Facebook, 2023).

Figura 35 - Quadra de esportes reformada na EMEF Castelo Branco, Santa Isabel, São Francisco de Paula/RS



Fonte: Rede social Maria Córdova (Tida) (Facebook, 2023).

O Projeto Social “Meninos(as) da Vila”, também tem atividades socioeducativas no CIS, oferecidas para uma média de 40 a 50 crianças e adolescentes,

especialmente vindos do bairro Santa Isabel e da Vila Jardim, sendo um dos critérios para participar do projeto estar frequentando a escola (Figura 36).

Figura 36 - Atividades do Projeto Social “Meninos(as) da Vila” realizado no CIS, São Francisco de Paula/RS



Fonte: Autora, acervo Estação de Pesquisa ObservaCampos - EPO (2022).

O CIS é, sem dúvida um projeto reconhecido pela Vila Jardim por acolher as crianças e jovens, tanto em contraturnos escolares, bem como, em atividades ofertadas pela gestão pública municipal ou em projetos sociais. Porém, a recente informação publicada pela gestão municipal em suas redes sociais é sobre a mudança de endereço do CIS que estaria indo para o antigo espaço que acolhia a Casa de Passagem do município, à Rua 31 de Março no bairro Campo do Meio (SÃO FRANCISCO DE PAULA, 2023).

A Vila Jardim perde a única política realmente ofertada em seu território. Ficam questões sem resposta: O CIS não poderia ter permanecido onde estava com melhorias de suas instalações? As crianças e jovens da VJ irão até o novo endereço do CIS, agora localizado no Centro da cidade? Haverá uma política de transporte que leve estas crianças e adolescentes até o CIS?

A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Habitação conta com outras ações de políticas de Assistência Social voltadas à população da Vila Jardim,

tais como: o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) organizados a partir da complexidade das proteções: Proteção Social Básica, Proteção Social Especial de Média Complexidade, Proteção Social Especial de Alta Complexidade; Programas Sociais: Cadastro Único, Bolsa Família, Criança Feliz; Benefício de Prestação Continuada, Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Passe Livre. Para acessar essas ações a comunidade deve buscar a secretaria, que se localiza no centro da cidade.

De acordo com às informações obtidas através das respostas ao questionário enviado às Secretarias Municipais (2020-2021), a Secretaria de Saúde informou que na UBS o bairro Santa Isabel funciona a política de “Estratégia de Saúde da Família”⁷, com equipe completa de médico, dentista, enfermeiro, técnico de enfermagem e agente comunitário de saúde. Nesse espaço ocorrem diagnósticos, acompanhamentos de pré-natal e doenças crônicas, encaminhamentos para especialistas, coletas citopatológicas, entre outros.

É importante destacar, também, o trabalho das equipes de saúde da família que envolve conhecer a realidade das famílias pelas quais são responsáveis. Por meio de cadastramento e diagnóstico de suas características sociais, demográficas e epidemiológicas, podem identificar os principais problemas de saúde e situações de risco às quais a população atendida está exposta. Uma vez que presta assistência integral, organizando o fluxo de encaminhamento para os demais níveis de atendimento, quando for necessário.

E, ainda, 21 de setembro de 2020 foi enviado questionário por e-mail (APÊNDICE A) às Secretarias Municipais de São Francisco de Paula (Secretaria Municipal Saúde; Educação; Desenvolvimento Social; Turismo, Cultura e Desporto; Planejamento e Desenvolvimento Econômico; Conselho da Defesa Civil; Meio Ambiente e Sustentabilidade; Obras e Serviços Urbanos; Departamento de Mobilidade, Transporte e Circulação), afim de mapear as políticas públicas; serviços e estabelecimentos situados na Vila Jardim e Santa Isabel; conhecer quais e quantos

⁷ O modelo da ESF busca favorecer a aproximação da unidade de saúde das famílias promovendo o acesso aos serviços, possibilitando o estabelecimento de vínculos entre a equipe e os usuários, a continuidade do cuidado e aumentar, por meio da corresponsabilização da atenção, a capacidade de resolutividade dos problemas de saúde. Disponível em: <https://aps.saude.gov.br/ape/esf/>. Acesso em: maio de 2021.

profissionais estão envolvidos; qual o público atendido; acessar relatórios ou fontes de dados disponíveis e as pessoas de referência.

A secretaria de Turismo, Cultura e Desporto, responderam ao e-mail com alguns dados, porém, grande parte das secretarias não responderam. A mensagem com a solicitação de informações foi reenviada em 02 de outubro de 2020. E, nesse mesmo dia foram realizados contatos via *WhatsApp* com informantes chave, os mesmos se disponibilizaram em responder a solicitação.

Desse modo, obtive retorno da Secretária de Saúde, através da Oficial Administrativa Aline Pires; Secretaria de Educação, primeiramente pela Coordenadora dos Anos Finais, Beatriz da Rosa Fogaça e retorno efetivo pela Coordenadora dos Anos Iniciais, Adriana da Costa Castilhos; Secretaria de Desenvolvimento Social, através do estagiário Túlio Gárcia (estudante da UERGS Hortênsias e integrante do ObservaCampos), e posteriormente retorno efetivo por parte de Daniela da Silva Champe, Assistente Social do Centro de Referência Assistência Social - CRAS; Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Econômico, através da Secretária Municipal, Gládis Campos, e retorno efetivo pela Engenheira Ambiental, Lúcia Lanzer; e do Conselho da Defesa Civil, através do Coordenador, Maurício da Silva Borges.

Já as demais secretarias: Meio Ambiente e Sustentabilidade, Obras e Serviços Urbanos, Departamento de Mobilidade, Transporte e Circulação não responderam a nenhum dos dois contatos.

A Tabela 2 apresenta dados referentes às políticas de saúde (Estratégia de Saúde da Família) oferecidas à Vila Jardim.

Tabela 2 - Dados de saúde (equipes de saúde da família) na Vila Jardim, São Francisco de Paula/RS

INDICADORES	RESPOSTAS
1. Número de mulheres acima de 14 anos	142
2. Número de mulheres mães	107
3. Número de mulheres chefes de família	26
4. Além do bolsa família, outra fonte de renda	Serviços Gerais
5. Mulheres com Ensino Médio completo	5%
6. Homens com Ensino Médio completo	5%
7. Mulheres moram com seus companheiros	81
8. Mulheres solteiras	20
9. Mulheres solteiras com filhos	8

Fonte: Secretaria Municipal de Saúde de São Francisco de Paula (2021).

Ainda, as informações obtidas através das respostas ao questionário enviado, a Secretaria de Saúde informou que de acordo com a “Equipe de Estratégia de Saúde da Família”, sem especificar números oficiais, a grande parte dos adolescentes com menos de 18 anos não cursou o Ensino Fundamental completo e não tinham trabalhos remunerados. E grande parte dos homens não pagam pensões para seus respectivos filhos. E, no que diz respeito ao envolvimento da comunidade da Vila Jardim com ações e projetos públicos, aponta para um “bom” envolvimento quando é de interesse comum.

De acordo com o ContraCenso VJ, mencionaram o descaso em relação ao atendimento no posto de saúde Santa Isabel: “A doutora não atende”. “A agente de saúde mais atrapalha”. “No exame do pré-câncer dão risada do corpo”. “No hospital são 4 horas de espera” (Família 5).

Após o tornado que atingiu São Francisco de Paula em 2017⁸, o bairro Santa Isabel, um dos mais atingidos, recebeu atenção especial dos Governos Federal, Estadual e Municipal, recebendo doações de alimentos, materiais de construção e roupas. O bairro teve inúmeras casas inteiramente destruídas, assim como a única Escola Municipal de Educação Infantil (pré-escola 4 a 5 anos) também teve sua infraestrutura arruinada. Com as doações, os moradores puderam reconstruir suas casas; a quadra e o ginásio de esportes foram reconstruídos e o município já reconstruiu boa parte da escola, assim como reformou e ampliou a UBS no bairro Santa Isabel.

Uma das constatações de uma das primeiras entrevistadas, é de que a população da Vila Jardim e Santa Isabel precisa de escolas de Educação Infantil (creche 0 a 3 anos) e de Ensino Médio, pois este público ou acaba se deslocando para outros bairros para estudarem ou desistem de continuar seus estudos.

Em relação ao retorno do questionário, a Secretaria Municipal de Educação informou que não há nenhuma iniciativa específica dedicada a Vila Jardim nem ao bairro Santa Isabel, mas que existe um projeto em nível municipal já implantado e que está em andamento nas escolas, com o objetivo de trabalhar questões ambientais, os “3 Rs”: Reduzir, Reutilizar e Reciclar.

⁸ RAMOS, H. **Bairros de São Francisco de Paula são praticamente devastados**. Correio do Povo, 13 de março de 2017. Disponível em: <https://www.correiodopovo.com.br/noticias/geral/bairros-de-sao-francisco-de-paula-saopraticamente-devastados-1.225990>. Acesso em: 9 maio de 2021.

A Secretaria de Educação indicou a possibilidade de se discutir ações junto à UERGS que contribuam especialmente com essas comunidades, até mesmo de monitoramento de dados relacionados à educação no município. Destacaram, também, a disposição da secretaria em se engajar nas ações que estão sendo realizadas pelo Grupo de Pesquisa ObservaCampos, ou até mesmo, em proposições de ações futuras.

A fim de dar relevo à situação das políticas educacionais, vamos retomar de forma sintética, alguns dados já expostos sobre a escolaridade das famílias da Vila Jardim, triangulando dados de nosso ContraCenso em relação aos dados levantados no processo de REURB.

A escola de Educação Infantil (creche de 0 a 3 anos) mais próxima da Vila Jardim é a EMEI Vó Benvinda, situada no bairro Cipó. Assim como, a EMEF Castelo Branco, que segue da etapa pré-escolar (4 e 5 anos) até Ensino Fundamental, Anos Iniciais (1º ao 5º ano) e Anos Finais (6º ao 9ºano), ambas fazem divisa com a Vila Jardim.

O ContraCenso apresentou um número considerável de crianças que, segundo sua “faixa etária” estariam matriculadas na etapa pré-escolar. Em vista disso, o maior número de matrículas concentra-se na EMEF Castelo Branco, no bairro Santa Isabel. Diversos moradores apresentaram sua preocupação em relação ao acesso para a EMEF Castelo Branco, pois as famílias e crianças precisam cruzar a Rua Benjamin Constant para chegar na escola.

Em relação aos níveis de escolaridade, as respostas indicam que os homens com mais de 25 anos das famílias, têm, em sua maioria, o Ensino Fundamental incompleto. Já as mulheres com mais de 25 anos possuem o Ensino Médio incompleto, ou seja, as mulheres avançam para um nível posterior de estudos em relação aos homens, ainda que não consigam concluí-lo.

No Estudo Socioeconômico realizado pela equipe da REURB (SÃO FRANCISCO DE PAULA, 2021), 82 pessoas do total de 126 representantes familiares, declararam o nível de escolaridade como sendo Ensino Fundamental incompleto e 21 como Ensino Fundamental completo, sendo somente 6 pessoas afirmaram ter Ensino Médio completo e 1 declarou ter Ensino Superior completo.

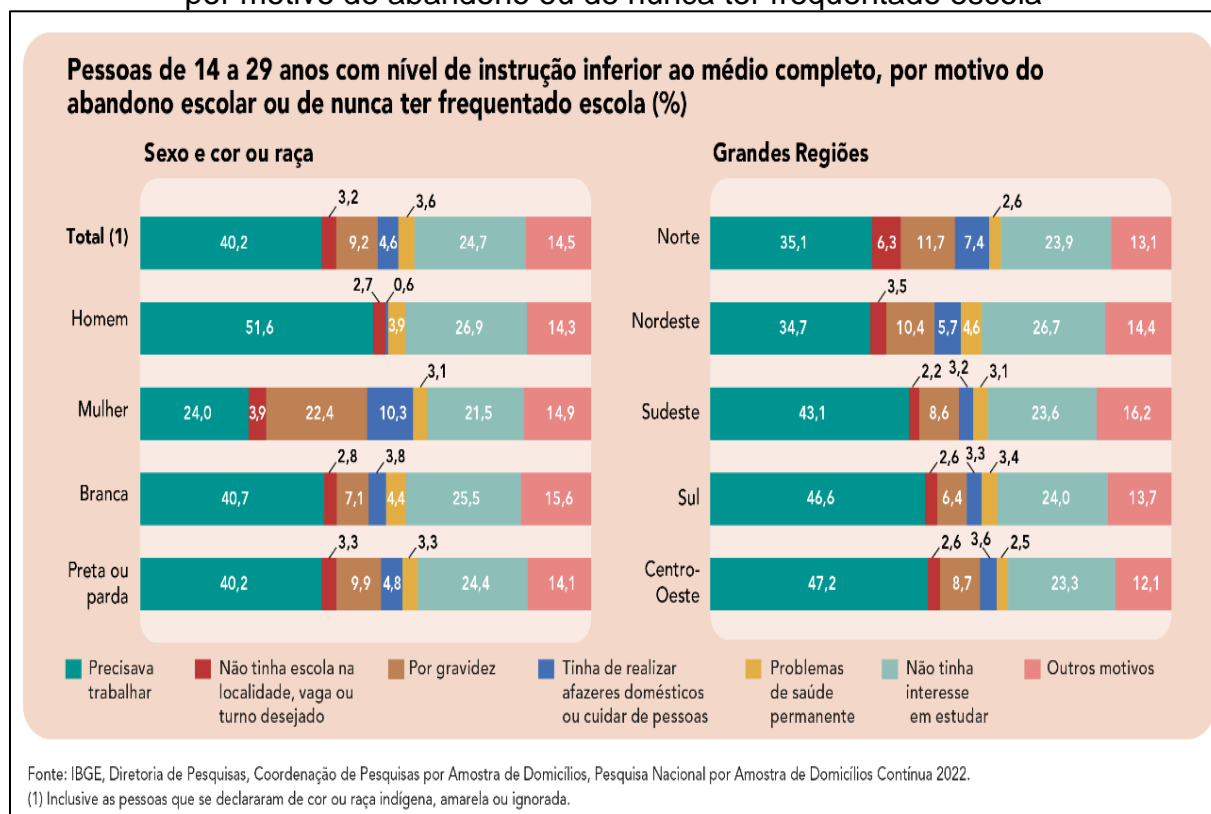
Pode-se observar que o perfil de escolaridade dos adultos se limita ao Ensino Fundamental incompleto, e o Ensino Médio e Superior são realidades distantes.

De acordo com o ContraCenso, os jovens +12, em sua maioria, responderam que têm o Ensino Médio incompleto ou ainda o estão cursando. Ainda, indicam frequentar o Colégio Estadual José de Alencar (CEJA), localizado no centro da cidade, a 2,7km. O trajeto leva o tempo médio de 34 minutos e é feito de a pé ou de bicicleta, segundo os jovens entrevistados, pois não há transporte urbano que garanta essa mobilidade. A mesma distância se apresenta em relação aos serviços de educação para as Escolas Municipais e Estaduais de Ensino Médio e Universidades (UERGS, Universidade Aberta do Brasil e as de ensino privado e à distância).

Um dos jovens, na idade de 17 anos relatou ter interesse em continuar os estudos, mesmo que tenha de ir e voltar de a pé, pois a CEJA é considerada por ele uma boa escola. Ele está cursando o 1º ano do Ensino Médio, sendo que essa etapa é ofertada unicamente no período noturno.

De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (IBGE, 2022), milhares de brasileiras e brasileiros de 14 a 29 anos apresentam nível de instrução inferior ao Ensino Médio completo, por motivo de abandono ou de nunca ter frequentado escola.

Figura 37 - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) apresenta pessoas de 14 a 29 anos com nível de instrução inferior ao Ensino Médio completo, por motivo de abandono ou de nunca ter frequentado escola



Fonte: IBGE (2022).

Ao analisarmos o teor do gráfico, chama atenção os motivos apresentados na região Sul do Brasil: 47% precisavam trabalhar, 24% não tinham interesse em estudar; 6,4% não estudam por gravidez; 3,4% enfrentavam problemas de saúde; 3,3% tinham de realizar afazeres domésticos e 2,6% não tinham oferta escolar na localidade ou políticas de acesso. Como se percebe, o acesso à Educação no Brasil nunca deixou de ser um problema de classe.

A aceitação espontânea de normas sociais e em última instância da estruturação de classes, desigualdades sociais, e submissão política disfarçada de “requisito” do viver rotineiro, podem ter o efeito de tornar o indivíduo um conformista na medida em que carece da instrumentação intelectual para um raciocínio sistemático e crítico, e das práticas diárias do exercício democrático de direitos e obrigações de cidadania. Essa alienação, evidenciada no fragmento da consciência das pessoas é melhor ilustrada na dificuldade que têm de conceitualizar a estrutura social, a estratificação social e o regime democrático. (SILVA, 2002, p. 108).

No que se refere ao abandono, ou ainda, o fato de nunca ter frequentado a escola, a PNAD expõe (IBGE, 2022):

Cerca de 18% dos jovens de 14 a 29 anos de idade no Brasil, equivalente a quase 52 milhões de pessoas, não completaram o ensino médio, ou porque abandonaram, ou porque nunca frequentaram a escola. Quando esses jovens foram perguntados sobre o motivo de terem abandonado os estudos, a necessidade de trabalhar foi apontada como fator principal tanto para os homens quanto para as mulheres. Além disso, no caso das mulheres, a gravidez e a falta de interesse em estudar também foram mencionadas. (IBGE, 2022, p.9).

Diante de tais dados, consideramos um ato de superação às adversidades o relato anterior, do jovem de 17 anos que participou do ContraCenso, e avaliou como boa a escola em que está cursando o 1º ano do Ensino Médio, ainda que tenha de retornar de a pé após a aula. O Colégio Estadual José de Alencar foi apontado pelas famílias como um dos locais de referência, no que diz respeito ao acesso a serviços básicos de educação.

Em relação ao Ensino Superior, 32% das famílias que responderam ao ContraCenso, afirmaram conhecer a UERGS. E, ainda, manifestaram o interesse de cursar uma faculdade. No entanto, desde que ingressei na UERGS, Unidade Hortênsias em 2014, acompanho a procura da população, considerando baixa em relação a comunidade Vila Jardim, pelos cursos ofertados.

E, considerando, a Universidade pública um espaço de reflexão e diálogo constante, contribui direta e indiretamente à formação profissional e pessoal daqueles que representam o presente e futuro de uma sociedade que carece de renovação tanto política quando social (SCHINAIDER; PETRY; HERNANDEZ, 2019).

[a Universidade] mostra-se como um espaço potente para desencadear mudanças. Nesse espaço se encontram jovens estudantes capazes de reivindicar direitos, formular projetos e transformar realidades, a partir de suas ações, a fim de impulsionar outros sujeitos e grupos sociais. (SCHINAIDER; PETRY; HERNANDEZ, 2019, p. 148).

Porém, a questão que se levanta é, sendo a Universidade um espaço onde a diversidade de ideias deva estar presente, como formular ações coletivas que articulem espaços e pessoas que ficam do “lado de fora”, facilitando o acesso ao Ensino Superior? Para além das políticas de ações afirmativas e cotas como políticas

de ingresso, quais as possibilidades que temos de ampliar o acesso do Ensino Superior às pessoas? Não poderia a UERGS, com o apoio da Prefeitura Municipal de São Francisco de Paula, ofertar turmas em locais descentralizados da cidade? Não poderiam as mulheres levarem seus filhos à Universidade contando com uma “Ciranda”, como faz o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), tendo em vista que a UERGS tem o Curso de Pedagogia? Não poderiam as empresas do Distrito Industrial de São Francisco de Paula atribuir um incremento salarial aos trabalhadores que fossem estudantes universitários?

Nesse sentido, cabe à Universidade avaliar com criticidade suas políticas afirmativas e de inserção social, seja em função da localização ou de suas ofertas de cursos em outras modalidades além de presenciais e noturnos. Uma das possibilidades, vislumbradas na Estação de Pesquisa ObservaCampos é a oferta de cursos de extensão que possam qualificar a comunidade em ofertas com carga horária reduzida, em finais de semana e conforme análise de demanda.

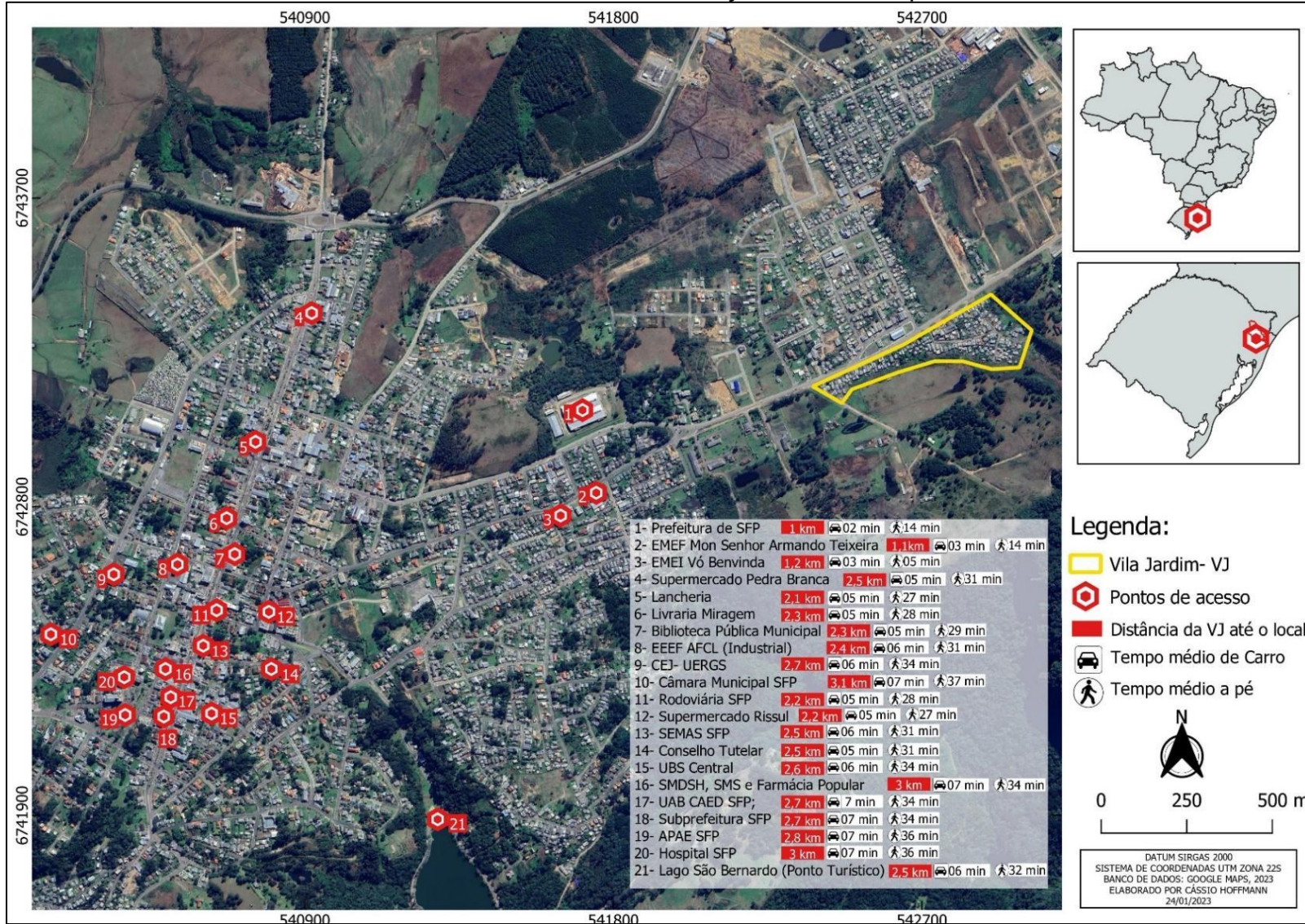
Outro agravante se dá em relação à mobilidade urbana, os deslocamentos da Vila Jardim ao centro da cidade, também é uma questão de preocupação aos moradores. Mesmo lançando mão de outras estratégias de transporte como a bicicleta, outros combinam caronas e, em casos de extrema necessidade, acabam utilizando táxis, que custam em média R\$ 20,00 até o centro. Destaca, Mateus Barcelos, professor na EMEF Castelo Branco:

Desde o início da pandemia o ônibus que realizava o trajeto Vila Jardim-Centro parou de funcionar. Essa condição precária de mobilidade urbana dificulta os deslocamentos, os acessos aos serviços e políticas públicas, principalmente em meses de invernos rigorosos e períodos de chuvas intensas, sendo este o clima presente no maior período do ano no município de São Francisco de Paula/RS.

A pobreza, a crise política, o desemprego, a aprovação das contra reformas trabalhista e da previdência, a Emenda Constitucional 95 que congelou os recursos para investimentos nas políticas sociais por 20 anos, e a precarização do trabalho no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) significaram importantes ausências de direitos na vida de muitas famílias e indivíduos. Essa conjuntura aprofunda e desvela desigualdades estruturais que não foram inauguradas pela pandemia. O que estava “debaixo do tapete” era o tamanho do abismo existente numa sociedade de informais e desempregados/as. (JUNIOR; MOROSO, 2021 *apud* AZEVEDO *et al.*, 2021 p. 134).

Na figura 38 é apresentado o mapa de acesso às políticas públicas da Vila Jardim em relação ao bairro Cipó e Centro de São Francisco de Paula/RS. O mapa ilustra a distância e o percurso em tempo médio de a pé ou de carro.

Figura 38 - Mobilidade urbana dos moradores da Vila Jardim em relação ao bairro Cipó e Centro, São Francisco de Paula/RS.



Fonte: Hoffmann, acervo Estação de Pesquisa ObservaCampos - EPO (2023).

Os serviços de saúde tais como: hospital municipal; Unidade Básica de Saúde (UBS) Central; Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) Farmácia Popular, entre outras particulares, como clínicas e consultórios, estão todas localizadas no Centro do município.

No que se refere aos serviços de assistência social, destaca-se as unidades de atendimento, como Centro de Referência de Assistência Social - CRAS; Centro de Referência para Pessoa com Deficiência e suas famílias; Unidades de Acolhimento Casa de Passagem e o Conselho Tutelar, sendo órgão autônomo não jurisdicional, vinculado ao Poder Executivo Municipal para efeito operacional, que desempenha papel imprescindível ao zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente.

Durante a escrita desta dissertação, ocorreram algumas mudanças, como a transição da sede administrativa da Prefeitura Municipal e de algumas Secretarias Municipais para novo endereço, na avenida Benjamin Constant, nº 1441 (prédio da antiga fábrica da Ortopé). A mudança ocorreu no final do ano de 2022, pois esse espaço maior visa reunir todos os serviços da prefeitura em uma sede única.

Agora a Prefeitura Municipal está mais perto da Vila Jardim, talvez essa proximidade permita que os gestores públicos municipais enxerguem com mais nitidez a comunidade e seu entorno, além do potencial ambiental do Parque Natural Municipal da Ronda que ainda não promove o turismo e o uso público adequados.

Cabe registrar que, em consulta realizada junto ao *site* (2020) da Prefeitura Municipal de São Francisco de Paula e respectivas Secretarias Municipais encontramos 5 registros referentes à Vila Jardim e Santa Isabel: 1) Campanha de Vacinação; 2) Novo roteiro da coleta de lixo; 3) Encontro com o superintendente da União para a entrega do documento que solicita a Cessão Gratuita da área da Vila Jardim para que a regularização fundiária da comunidade possa ser realizada; 4) Projeto de Trabalho Técnico Social de Urbanização – PTTTS, este que, beneficiará famílias com unidades habitacionais, além de obras de infraestrutura, construção de uma Escola e praça, entregue pela Secretaria Municipal do Trabalho, Habitação e Assistência Social – SMTHAS, em Caxias do Sul; 5) Pavimentação de algumas vias do bairro Santa Isabel.

É importante mencionar sobre o item 4 - PTTS, que o projeto foi entregue junto à Gerencia de Governo da Caixa Econômica Federal – Gigov de Caxias do Sul. Este documento, foi alterado em números de 105 para 99 unidades habitacionais. Considerando que, o Projeto Urbanístico indicou preferência a famílias residentes em área de risco, e ainda, prevê construção em terreno contíguo à Escola e praça, tais quais já foram construídas, com recurso deste projeto, na Vila Gaúcha, considerada até então, no território da Vila Jardim.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao retornar e observar os diferentes momentos deste itinerário de pesquisa até chegar ao ponto final, diria que foram feitos de uma composição de paisagens, adaptações de etapas e uma coleção de dados que permitiram identificar, descrever e analisar as práticas cotidianas, as malhas de convivência e o acesso da Vila Jardim às políticas públicas, ao território e ao ambiente, objetivo traçado ao início do percurso.

A experimentação da Estação de Pesquisa ObservaCampos chegou pedindo para embarcarmos em um caminho até então nunca trilhado. Ao assumirmos tal compromisso vislumbramos um horizonte possível, e o presente itinerário de pesquisa, como o próprio termo propõe, se refere ao caminho percorrido, com seus desvios e atalhos, aos procedimentos metodológicos e instrumentos adequados ao que o campo de pesquisa foi apontando. E, ao longo do caminho, entre uma linha e outra, cada ponto do percurso foi imprescindível para o transcorrido até aqui. Por isso, nesse momento se faz importante retomá-los:

Na 1ª Etapa fizemos uma recopilação e análise documental dos dados secundários já produzidos sobre a Vila Jardim, comunidade do PNMR. Para tal, recolhemos dados junto ao repositório do ObservaCampos; repositório institucional da UERGS, bem como, consultas ao *site* da Prefeitura Municipal e Secretarias Municipais de São Francisco de Paula, dados do REURB Vila Jardim realizado pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Habitação, os Censos divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e IBGE Cidades (2010 e 2022). A 1ª etapa nos permitiu visitar dados e apontou a necessidade de atualizá-los junto à comunidade e poder público municipal, sugerindo novas questões de pesquisa que foram desenvolvidas em campo.

Na 2ª Etapa foi preciso reconhecer o território de pesquisa, mediante incursões na comunidade, a fim de produzir observações, imagens e registros no Diário de Campo. Tais incursões permitiram conhecer a Vila Jardim em sua demografia, hábitos cotidianos, espaços de sociabilidade e deflagrou, junto aos moradores, a presença e interesse da Universidade em conhecer as famílias e a(s) realidade(s) que ali se tecem.

A 3ª Etapa consistiu na realização do ContraCenso comunitário, tomando como base 25% do total de famílias moradoras da Vila Jardim. Essa etapa foi totalmente adaptada no percurso da pesquisa, pois a ideia inicial era a aplicação do formulário (no formato de perguntas-respostas-fechadas) junto a todas as famílias da Vila Jardim. Porém, ao iniciar as primeiras aplicações, as famílias manifestaram o interesse de, para além de responder questões fechadas, poderem conversar sobre suas vidas, suas casas, suas dificuldades, da negação de direitos e de seus anseios. Diante dessa demanda comunitária vimos que as questões provocadas pela comunidade escapavam à nossa metodologia programática, de realizar um Censo seguindo a lógica “portão em portão”. A comunidade precisava falar. Essa etapa nos permitiu a entrada nas casas, para além dos portões, as entrevistas dialogadas e uma relação mais proximal da pesquisadora com a comunidade.

Foi aí que os interlocutores tomaram a prática de pesquisa – a sua pesquisa - para e como fruto do território. Foi aí que a experiência metodológica colocou seu corpo na rua, contato, olho a olho. Foi aí que a Estação de Pesquisa ObservaCampos refez sua metodologia, no tom da comunidade, seu desejo, sua palavra. Foi aí que transpomos os muros da Universidade. (Diário de campo, 2022).

Com o intuito de complementar dados que precisavam de maior aprofundamento, a 4ª Etapa consistiu num Questionário enviado às Secretarias Municipais, a fim de compreender a dinâmica e ciclo das políticas públicas ofertadas na Vila Jardim. Essa etapa foi substancial às discussões sobre a oferta e limites das políticas públicas e nos permitiu compreender os aspectos psicosociológicos envolvidos nas dinâmicas relacionais das políticas, para além de seus agenciamentos operacionais e materiais. Ser “de cima” é diferente de ser “de baixo”, apesar de ambos serem usuários das políticas. Ser da Vila Jardim implica em maior tempo de mobilidade para acessar as políticas; implica em enfrentar preconceitos; implica acessos negados; implica em condições precarizadas de habitação, escolarização, saúde, mobilidade urbana e lazer.

A 5ª Etapa compõe uma contrapartida social e política dos Mestrados Profissionais à sociedade e setores profissionais: a elaboração e desenvolvimento de produtos técnico-científicos. Com esse intuito, organizamos

um evento para a exposição do acervo de fotografias resultantes da pesquisa na Vila Jardim.

A pesquisa também nos mostrou que a Estação de Pesquisa deve ser itinerante, atuando conforme as demandas que são deflagradas nos territórios de pesquisa. A fixação da Estação em apenas um local pode supor a confusão de papéis ou a cobrança de contrapartidas que não competem à Universidade. A Universidade pública trabalha para a sociedade, podendo ser parceira das gestões públicas, mas não braço executor de suas demandas e políticas.

A pesquisa gerou uma coleção de dados primários, fotografias e mapas (Acervo) que passam a integrar o Repositório da Estação de Pesquisa ObservaCampos (EPO), com caráter científico, bibliográfico, histórico e documental. Porém, ainda é um desafio torná-lo público e integrado ao repositório institucional da Universidade. Na perspectiva da devolutiva da pesquisa à comunidade, foi realizada uma ação de extensão (Evento Organizado) junto ao Parque Natural Municipal da Ronda, para que a comunidade em geral conhecesse os resultados da pesquisa realizada, as produções imagéticas e as principais análises sobre as políticas públicas. O evento foi organizado pela pesquisadora em parceria com as orientadoras e colaboradores; e ocorreu no dia 18 de novembro de 2023, dentro das atividades do 5º Simpósio de Gestão Ambiental (SIGA) da UERGS.

A coleção de dados entrega uma análise exploratória, descritiva e interpretativa sobre a Vila Jardim, essa comunidade que até 2020 (data de início do processo de REURB) supunha um conflito ambiental (ocupação) ao Parque Natural Municipal da Ronda. Essa foi, inicialmente, a relevância da pesquisa: compreender o conflito ambiental, conhecer a “face humana” do Parque da Ronda, e visibilizar dados nunca publicizados e, portanto, invisíveis.

A pesquisa permitiu analisar o território “desde dentro”, conhecer o perfil sociodemográfico das famílias ao entrar nas casas; as condições de moradia, infraestrutura e habitação; escolaridade; trabalho e renda; e compreender as dinâmicas cotidianas, comunitárias e espaços de sociabilidade que denominamos de “malhas de convivência”, pois ali acontecem as relações dos grupos comunitários entre si, considerando suas dinâmicas simbólicas e materiais. Dado o itinerário de pesquisa ter atravessado a pandemia da COVID-19, também nos interessou conhecer a situação sanitária da comunidade.

Não obstante, o eixo analítico principal da dissertação se debruçou sobre os acessos (ou não) da comunidade às políticas públicas de habitação, educação, saúde, lazer e assistência social. Os resultados evidenciam a tensão entre o direito e a oferta de tais políticas.

Em questões de moradia, a Vila Jardim aguarda os investimentos do poder público para melhoria das condições de infraestrutura das casas, condições de saneamento e esgotamento sanitário. No que tange à saúde, a ampliação de atendimentos na Unidade Básica de Saúde e melhor preparo do corpo profissional, a fim de atendê-los como usuários da política sem distinções, estigmas e preconceitos. Em relação à educação, ponto nevrálgico em nossa análise, as famílias reclamam ampliação de oferta de Educação Infantil, para que as crianças tenham garantido seu direito à educação e as mães possam trabalhar; e os jovens e adultos deflagram a necessidade de ampliação da oferta de Ensino Médio e Cursos Profissionalizantes e, ainda, a oportunidade de Ensino Superior, o que supõe uma parceria com a Universidade Pública, gestão pública municipal e os setores profissionais e industriais do município. Em relação às políticas de lazer, a comunidade aponta a necessidade de mais áreas infantis e voltadas aos jovens, principalmente, em relação ao acesso e segurança para que a comunidade possa transitar e acessar as áreas já existentes no bairro vizinho. A assistência social foi a política melhor avaliada pela comunidade, devido aos projetos e ações desenvolvidos pelo Centro Integrado Social (CIS) e todo o trabalho realizado junto às famílias para que o processo de Regularização Fundiária Urbana (REURB) se efetivasse. Porém, a retirada do CIS da comunidade para o centro da cidade supõe a dificuldade de mobilidade que as famílias manifestam, de forma reiterada, para acessar todas as políticas públicas. Não há transporte urbano disponível. Não há condições financeiras para ir e vir ao centro da cidade de duas a quatro vezes ao dia para acessar as políticas necessárias para garantir a subsistência da família, atender os filhos e viver com dignidade.

Tendo em vista o diagnóstico realizado, será preciso, de forma coordenada entre a Universidade, a comunidade e o poder público, traçar projetos, ações e políticas em consonância às demandas comunitárias e problemas diagnosticados. No que diz respeito à Universidade, o longo percurso de pesquisa nos mostrou que as práticas acadêmicas precisam e podem ser

ressignificadas. Para ouvir as demandas dos grupos sociais marginalizados é preciso estar com eles e romper algumas camadas teórico-metodológicas, pois só assim é possível deflagrar efeitos dos processos sócio-históricos vividos no presente.

REFERÊNCIAS

AGIER, M. Do direito à cidade ao fazer-cidade. O antropólogo, a margem e o centro. **Mana**, v. 21, n. 3, p.483-498, 2015.

AZEVEDO, A. et al (org.). O corpo da cidade: gênero, raça e direito à cidade. In: ORLANDO A. DOS S. J. (org.). **Dossiê de Monitoramento das Políticas Urbanas Nacionais 2021**: direito à cidade e reforma urbana em tempos de inflexão conservadora: monitoramento dos ODS e da política urbana: 2021. Rio de Janeiro: Ed. Dos Autores, 2021. Cap. 8. p. 134-152. Disponível em: <https://forumreformaurbana.org.br/dossie-de-monitoramento-das-politicas-urbanas-nacionais-2021/>. Acesso em: 27 jan. 2023.

BARBIERI, F. **Caracterização de banhados a partir da análise da composição de espécies de macrófitas aquáticas no sul do Brasil**. 2021. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Sustentabilidade, Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, São Francisco de Paula, 2021.

BINKOWSKI, P.; HERNANDEZ, A. R. C.; REINEHR, R. Relato de experiência: Observatório de Políticas e Ambiente (ObservaCampos), UERGS Hortênsias, São Francisco de Paula/RS. In: SEMINÁRIO OBSERVATÓRIOS: PESQUISAS, INSTITUIÇÕES E SOCIEDADE NAS TRAMAS DE CRISE, 7, Porto Alegre, 2017. **Anais...** Porto Alegre: UNISINOS, 2017.

BINKOWSKI, P.; SOUZA, T. G de. Participação Política e Formação do Conselho Consultivo no Parque Natural Municipal da Ronda, São Francisco de Paula, RS, Brasil. **Revista Gestão & Política Públicas**, v. 7, n. 1, p. 1-18, 2017.

BRASIL. **Lei Federal nº 13.465, de 11 de julho de 2017**. Dispõe sobre a regularização fundiária rural e urbana, sobre a liquidação de créditos concedidos aos assentados da reforma agrária e sobre a regularização fundiária no âmbito da Amazônia Legal [...]. Brasília, DF, Diário Oficial da União, 8 set. 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13465.htm. Acesso em: 25 out. 2021.

BRASIL. **Lei Federal nº 9.985 de 18 de Julho de 2000**. Regulamenta o art. 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9985.html. Acesso em: 09 de maio 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº 2.681, de 07 de novembro de 2013**. Redefine o Programa Academia da Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Brasília, DF, 07 de novembro de 2013.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS – FGV. **A Estação de Pesquisa Urbana M'Boi - 2018**. São Paulo: FGV EAESP Pesquisa, 2019. Son., color. Disponível

em: https://www.youtube.com/watch?v=l_G7krBB04&t=93s. Acesso em: 28 set. 2020.

GASKELL, G. Entrevistas individuais e grupais. In: BAUER, M. W.; GASKELL, G. **Pesquisa Qualitativa com Texto, Imagem e Som: Um manual prático**. Tradução de Pedrinho Guareschi. 13. ed. 18. Petrópolis/RJ: Vozes, 2015. p. 64-89.

GIL, A. C. Como delinear uma pesquisa-ação. In: GIL, A. C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. Cap. 13. p. 143-148.

HERNANDEZ, A. R. C.; BINKOWSKI, P.; SCHINAIDER, F.; SANTOS, L. C. B. dos; OLIVEIRA, C. A. H. **Desenvolvimento de Uma Estação de Pesquisa: experimentação coletiva de uma metodologia ativa em Psicologia Política**. Buenos Aires: Universidade de Buenos Aires – UBA, 2020.

HERNANDEZ, A. R. C; BINKOWSKI, P. Do censo ao (contra)censo: quando a comunidade fala a metodologia se refaz. In: ENCONTRO INTERNACIONAL PARTICIPAÇÃO, DEMOCRACIA E POLÍTICAS PÚBLICAS, 5, Natal, 2022. **Anais...** Natal: UFRN, 2022. Disponível em: https://www.pdpp2022.sinteseeventos.com.br/atividade/view?q=YTToyOntzOjY6lnBhcmFtcyl7czozNToiYToxOntzOjEyOiJJRF9BVEIWSURBREUiO3M6MjoiMTQiO30iO3M6MT0iaCI7czozMjoiODdkM2MxMzhINjhkOTk0NjQwNWNhOGM0ZjQ4ZGE4ZjMiO30%3D&ID_ATIVIDADE=14. Acesso em: 12 nov. 2022.

HERNANDEZ, A.; BINKOWSKI, P. **Participação política e contextos de memória**. In: SIMPÓSIO DA ANPEPP, 17, Brasília, 2018. No prelo.

HERNANDEZ, A. R. C. et al. **2ª Mostra ObservaCampos: redes, pesquisa e práticas sociais em políticas e ambientes**. São Francisco de Paula, RS: UERGS, 2019. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/203219/001108335.pdf?sequence=1>. Acesso em: 25 out. 2021.

Hooks, B. **Ensinando a transgredir: a educação com prática da liberdade**. Tradução: Marcelo Brandão Cipolla. 2. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua**. IBGE: Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, 2022. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102002_informativo.pdf. Acesso em: 24 jul. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **População estimada em São Francisco de Paula/RS [2020]**. IBGE Cidades, 2020. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/sao-francisco-de-paula/panorama>. Acesso em: 29 out. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **São Francisco de Paula**. IBGE Cidades, 2021. Disponível em:

<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/sao-francisco-de-paula/panorama>. Acesso em: 11 maio 2021.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA – INEP. **Mapa da coleta, Censo Escola, RS, São Francisco de Paula, 2018-2022**. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/inep-data/mapa-da-coleta>. Acesso em: 02 fev. 2023.

MAGNANI, J. G. C. Da periferia ao centro: pedaços e trajetos. **Revista de Antropologia**, FFLCH/USP, São Paulo, v. 35, 1993.

MAIA, M. O Papel das Redes na Estruturação e Fortalecimento da Pesquisa e Prática Social In: HERNANDEZ; A. R. C. et al (org.). **2ª Mostra ObservaCampos: redes, pesquisa e práticas sociais em políticas e ambientes**. São Francisco de Paula: UERGS, 2019, p. 18-21.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

ORTOLANO, F. **Consciência política e ambiental: a desproteção de parques municipais em Americana (SP) e São Francisco de Paula (RS)**. 2019. 320f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

PADILHA, C. da S.; ALMEIDA, A. P. P. de; BINKOWSKI, P.; HERNANDEZ, A. R. C. Percepções sobre Mudanças Climáticas e Políticas Públicas na Ocupação Urbana Vila Jardim, São Francisco de Paula/RS. In: HERNANDEZ, A. R. C et al. (orgs.). **Redes, Pesquisa e Práticas Sociais em Políticas e Ambientes**. São Francisco de Paula: UERGS, 2019.

RAMOS, H. **Bairros de São Francisco de Paula são praticamente devastados**. Correio do Povo, 13 de março de 2017. Disponível em: <https://www.correiodopovo.com.br/noticias/geral/bairros-de-são-francisco-de-paula-são-praticamente-devastados-1.225990> . Acesso em: 9 maio de 2021.

RODRIGUES, S. P.; SOUZA T. G. de; BINKOWSKI, P. A Contribuição do ObservaCampos na Formação e Implementação do Conselho Consultivo do Parque Natural Municipal da Ronda em São Francisco de Paula/Rs. In: HERNANDEZ, A. R. C et al. (Orgs.). **2ª Mostra ObservaCampos: Redes, Pesquisa e Práticas Sociais em Políticas e Ambientes**. São Francisco de Paula: UERGS, 2019.

ROSA M. da; PRINTES, R. C. O Conselho Municipal de Meio Ambiente e a Gestão de Conflitos Socioambientais no Parque Natural Municipal da Ronda em São Francisco de Paula – RS. In: HERNANDEZ, A. R. C et al. (orgs.). **2ª Mostra ObservaCampos: Redes, Pesquisa e Práticas Sociais em Políticas e Ambientes**. São Francisco de Paula: UERGS, 2019.

SANTOS, L. C. B. dos. **Memórias Subversivas: as Memórias Políticas Presentes na Comunidade da Vila Jardim, São Francisco de Paula – RS**. 2022. 132f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Ambiente e

Sustentabilidade, Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, São Francisco de Paula, 2022.

SÃO FRANCISCO DE PAULA. (comp.). **Interior do Município conta com novo roteiro de recolhimento de lixo**. 2021. Disponível em: <https://www.saofranciscodepaula.rs.gov.br/portal/noticias/0/3/1232/Interior-do-Munic%C3%ADpio-counta-com-novo-roteiro-de-recolhimento-de-lixo#:~:text=Novo%20roteiro%20j%C3%A1%20iniciou%20e,de%20S%C3%A3o%20Francisco%20de%20Paula>. Acesso em: 10 maio 2020.

SÃO FRANCISCO DE PAULA. (comp.). **São Francisco de Paula investe 17,5 milhões em pavimentação de mais de 65 ruas**. 2021. Disponível em: <https://www.saofranciscodepaula.rs.gov.br/portal/noticias/0/3/1278/sao-francisco-de-paula-investe-175-milhoes-em-pavimentacao-de-mais-de-65-ruas>. Acesso em: 10 maio 2020.

SÃO FRANCISCO DE PAULA. (comp.). **SMTHAS faz a entrega de projeto em Caxias do Sul**. 2014. Disponível em: <https://www.saofranciscodepaula.rs.gov.br/portal/noticias/0/3/1011/smthas-faz-a-entrega-de-projeto-em-caxias-do-sul>. Acesso em: 10 maio 2020.

SÃO FRANCISCO DE PAULA. (comp.). **Superintendente da União recebe solicitação da Cessão Gratuita da Vila Jardim**. 2018. Disponível em: <https://www.saofranciscodepaula.rs.gov.br/portal/noticias/0/3/743/Superintende-Sup-da-Uni%C3%A3o-recebe-solicita%C3%A7%C3%A3o-da-Cess%C3%A3o-Gratuita-da-Vila-Jardim>. Acesso em: 10 maio 2020.

SÃO FRANCISCO DE PAULA. **Decreto Municipal nº 1.846, 06 de Setembro de 2019. Dispõe sobre a nomeação dos novos membros do Conselho Consultivo do Parque Municipal da Ronda – Conselho PNMR**. São Francisco de Paula, 6 de setembro de 2019.

SÃO FRANCISCO DE PAULA. **Decreto Municipal nº 166, 12 de Abril de 2006. Cria o Parque Municipal da Ronda**. São Francisco de Paula, 12 de abril de 2006.

SÃO FRANCISCO DE PAULA. **Lei Municipal nº 2425, de 27 de Março de 2007. Cria o Parque Natural Municipal da Ronda**. São Francisco de Paula, 27 de Março de 2007.

SÃO FRANCISCO DE PAULA. **Lei Municipal nº 2744, de 17 de maio de 2011, altera o Art. 2º da Lei Municipal nº 2425 de 27 de Março de 2007 para dispor sobre a superfície de área de terras do Parque Natural Municipal da Ronda**. São Francisco de Paula, 17 de maio de 2011.

SÃO FRANCISCO DE PAULA. **Lei Municipal nº 3.406, de 31 de Outubro de 2018. Institui o Conselho Consultivo do Parque Natural Municipal da Ronda**. São Francisco de Paula, 21 de outubro de 2018.

SÃO FRANCISCO DE PAULA. **Lei Municipal nº 3.578, de 30 de Dezembro de 2020**. Estabelece normas complementares atinentes à Regularização Fundiária Urbana (Reurb), no âmbito do município de São Francisco de Paula,

de acordo com a Lei Federal nº 13.465, de 11 de julho de 2017, e dá outras providências. São Francisco de Paula, 30 de Dezembro de 2020.

SÃO FRANCISCO DE PAULA. Secretaria Municipal de Proteção Ambiental. **Plano de Manejo do Parque Natural Municipal da Ronda**. São Francisco de Paula: GEOPROSPEC- Geologia e Projetos Ambientais; Secretaria Municipal de Proteção Ambiental - SEMPA, 2012.

SCHINAIDER, F.; BINKOWSKI, P.; HERNANDEZ, A. R. C. Ciclo de Estudos e Ações em Rede do Observatório de Políticas e Ambiente (ObservaCampos): Encontro de Saberes e Práticas nos Campos de Cima da Serra, Rio Grande do Sul, RS. In: Hernandez; A. R. C. et al (Org.). **2ª Mostra ObservaCampos: redes, pesquisa e práticas sociais em políticas e ambientes**. São Francisco de Paula: UERGS, 2019, p. 60-74.

SCHINAIDER, F.; PETRY, L.; HERNANDEZ, A. R. C. O Diretório Central de Estudantes da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul como espaço de representação política: análises e discussões sobre consciência e participação política. **Revista Eletrônica Científica da UERGS**, v. 5, n. 2, p. 147-159, 15 fev. 2019.

SILVA, A. S. da. Políticas públicas, educação para os direitos humanos e diversidade sexual. **Trivium**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 58-72, jul-dez, 2011.

SILVEIRA, D. T.; CÓRDOVA, F. P.; A Pesquisa Científica. In: GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. (Org). **Métodos de Pesquisa** (SEAD/UFRGS. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. p. 31-42.

SOUZA, C. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 08, n. 16, p. 20-45, jul-dez., 2006.

SPINK, M. J. P. Introdução. In: SPINK, M. J. P. **Viver em áreas de risco: reflexões sobre vulnerabilidades socioambientais**. São Paulo: Educ: Terceiro Nome, 2018. p. 13-29.

SPINK, M. J. P. **Uma ponte nos separa: reflexões sobre as possibilidades dialógicas em contextos de militância**. São Paulo: FGV EAESP CEAPG - Centro de Estudos em Administração Pública e Governo, 2016.

SPINK, M. J. P.; SPINK, P. **Pesquisar o/no cotidiano na pesquisa social: reflexões sobre a noção de lugar, território e redes de associação**. São Paulo: Quaestio - Revista de Estudos em Educação, 2017.

TORRES, R. C. A trajetória da assistência na Igreja Universal do Reino de Deus (IURD): configurações e significados – um olhar sobre a Associação Beneficente Cristã (ABC) do Rio de Janeiro. **HORIZONTE - Revista de Estudos de Teologia e Ciências da Religião**, v. 6, n. 11, p. 173-174, 3 dez. 2007.

APÊNDICE A - CONTRACENSO VILA JARDIM

1. **IDENTIFICAÇÃO DO LOTE:** no mapa dos lotes numerados, assinalar a residência e/ou lote consultado.

2. PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO

Nº do lote:	Nº de casas no lote:
--------------------	-----------------------------

Nº de pessoas no lote (total):	Mulheres	Homens	Idosos	Jovens	Crianças
<input style="width: 80px; height: 20px;" type="text"/>					
Idade:					
Escolaridade: Ex: EF/EM/ ES (completo ou não)					
Escola e local (cursando):					
Trabalho e local:					

2.1 **Qual o principal meio de transporte utilizado para ir à escola?**

() A pé () Bicicleta () Motocicleta () Automóvel () Ônibus Outros:

2.2 **Qual o principal meio de transporte utilizado para ir ao local de trabalho?**

() A pé () Bicicleta () Motocicleta () Automóvel () Ônibus Outros:

2.3 Você se declara:

() Preto(a) () Pardo(a) () Branco(a) () Indígena () Prefere não declarar

2.4 COVID-19:

Contraíu: () Sim () Não Fez a vacina: () Sim () Não Nº doses:

2.5 Desde quando mora na Vila Jardim?

2.6 Quem é responsável pela família?

2.7 Quem fica em casa durante o dia?

2.8 Você frequenta a Igreja? Qual?

3 PERCEPÇÕES SOBRE A VILA JARDIM

- 3.1 Você gosta de morar na Vila Jardim? Por quê?
- 3.2 Você gostaria de sair daqui? Por quê?
- 3.3 Do que a Vila mais precisa?

4 INFRAESTRUTURA DA CASA

	Sim	Não	Nº
Fossa			
Máquina de lavar			
Geladeira			
Fogão			

5 POLÍTICAS PÚBLICAS

- 5.1 Quando você e sua família precisam de serviços básicos, onde procuram:

	Local	Bairro
Saúde		
Assistência Social		
Educação		

- 5.2 Qual o principal meio de transporte utilizado para chegar ao local

() de a pé () Bicicleta () Motocicleta () Automóvel () Ônibus Outros:

- 5.3 Avalie:

Serviços na Vila Jardim	Bom	Ruim	Não tem
Saneamento Básico (esgoto, fossas)			
Praças			
Passeios e calçadas			
Posto de Saúde			
Faixas de segurança para pedestres			
Iluminação Pública			
Oportunidades de Emprego			
Creche			
Escolas			

Segurança Pública			
-------------------	--	--	--

5.4 Em relação aos jovens e crianças da Vila Jardim, o que precisa ter?

5.5 O que você gostaria de fazer no tempo livre?

6 UNIVERSIDADE

6.1 Você conhece a Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, a UERGS, aqui em São Chico? Você estudaria na UERGS?

6.2 Se fosse fazer Universidade, que curso gostaria de fazer?

7 CULTURA, PARTICIPAÇÃO E CONSCIÊNCIA POLÍTICA

Qual seu nível de confiança:	Baixo	Médio	Alto
Prefeitura Municipal de São Francisco de Paula			
Vereadores de São Francisco de Paula			

7.1 A Vila Jardim tem lideranças? Quem?

7.2 A Vila Jardim é levada em conta nas decisões da Prefeitura?

7.3 É importante que a Vila Jardim se organize? Como?

7.4 Você participa de algum Conselho? Qual?

7.5 Você participaria de um Conselho para exigir Políticas Públicas da Prefeitura?

8 PERCEPÇÕES AMBIENTAIS E USOS DO PARQUE DA RONDA

8.1 Você frequenta o Parque da Ronda? Qual a frequência?

8.2 O que vai fazer no Parque?

8.3 Você gostou da Ronda se tornar um Parque? Por quê?

8.4 Você acha que o Parque da Ronda pode trazer crescimento econômico para a Vila Jardim e para região? Como?

9 INFRAESTRUTURA E ACESSO À COMUNICAÇÃO

9.1 Tem internet em casa?

9.2 Se não, onde costuma acessar a internet?

9.3 O que você costuma acessar na internet:

Facebook	Instagram	Whats App	Google	Jogos e Games	Outros:
----------	-----------	-----------	--------	---------------	---------

**APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO
(EM ÁUDIO)**

No dia (informe da data) de 2022, você (informe nome completo e nº de RG) está sendo convidado a participar como voluntário/a da pesquisa de mestrado intitulada *Vila Jardim, Comunidade do Parque Natural Municipal da Ronda, São Francisco de Paula, RS: percepções sobre o lugar e políticas públicas*. Eu sou Fernanda Schinaider, estudante e pesquisadora do Curso de Mestrado Profissional em Ambiente e Sustentabilidade (PPGAS) da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS), Unidade Hortênsias em São Francisco de Paula. A pesquisadora responsável é a professora orientadora Patrícia Binkowski, lotada nessa mesma unidade da UERGS. A pesquisa busca entrevistar pessoas da Vila Jardim, com o objetivo de realizar um levantamento das políticas públicas ofertadas à população, bem como, mapear os espaços de convivência e suas relações com o PNMR. Sua participação é fundamental para que a Universidade melhor conheça a Vila Jardim, podendo formular propostas, projetos e ações conjuntas. Não é obrigatório responder a todas as perguntas e você poderá se retirar da pesquisa a qualquer momento, sem qualquer tipo de constrangimento. Os riscos de participação são mínimos, podendo a entrevista demandar tempo ou gerar algum desconforto. Ao aceitar participar, solicitamos sua autorização para usar as informações prestadas, o uso da imagem, som e dados de identificação. Todos os registros da pesquisa ficarão sob a guarda dos pesquisadores. Para maiores informações ou esclarecimentos sobre essa pesquisa, o telefone para contato é o (51) 997428575 (Fernanda Schinaider). A UERGS se localiza na Rua Assis Brasil, 842, São Francisco de Paula/RS, Bairro Centro, CEP 95.400-000, telefone (54) 3244-2912. Este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido está sendo lido e gravado em áudio e deverá ser autorizado verbalmente. (Pedir que a pessoa diga seu nome completo, RG e que concorda com a participação na pesquisa, conforme os termos declarados).

APÊNDICE C - QUESTIONÁRIO ÀS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE SÃO FRANCISCO DE PAULA/RS

Data

A/C

Nome da Secretaria:

Prefeitura Municipal de São Francisco de Paula/RS

Endereço:

SOLICITAÇÃO

Prezado/a Secretário/a,

Após saudar-lhe cordialmente, vimos por meio desta solicitar informações sobre as políticas públicas ofertadas na Vila Jardim, em São Francisco de Paula. Essa solicitação se deve à necessidade de avançarmos as pesquisas e ações que já vem sendo realizadas pelo Observatório de Políticas e Ambiente (ObservaCampos), sediado na Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS), Unidade Hortênsias em São Francisco de Paula.

O grupo de pesquisa Observatório de Políticas e Ambiente (ObservaCampos) reúne vasta coleção de dados e pesquisas sobre o Parque Natural Municipal da Ronda (PNMR), pois há 5 anos vem realizando estudos, pesquisas e ações em relação ao Parque e comunidades do entorno, a fim de conhecer e aprofundar a caracterização da área; a implantação e uso público do Parque; a mediação de conflitos socioambientais; ações de pesquisa e intervenção junto às comunidades do entorno etc.

Uma das últimas conquistas do ObservaCampos foi a instalação de uma Estação de Pesquisa alocada nas instalações da sede do Parque Natural Municipal da Ronda, cedida pela Secretaria de Meio e Sustentabilidade, espaço destinado à realização de estudos, pesquisas e ações de extensão, em parceria com o PNMR e comunidades do entorno. A estação de pesquisa é um local de pesquisa-ação, de aprendizagem coletiva, uma metodologia ativa que permite pesquisar in lócus, fazendo as produções de pesquisa circularem junto às equipes envolvidas com o PNMR, poder público, pesquisadores, estudantes e comunidades do entorno. Trata-se de uma prática que retira os conhecimentos de seu contexto original de produção, nesse caso, da Universidade, a fim de que esses saberes permeiem outros contextos e se atualizem mediante comunidades de prática.

Nesse momento, em que não podemos desenvolver plenamente os trabalhos de campo devido à pandemia da COVID 19, estamos reunindo dados disponíveis e já produzidos junto às secretarias do município, a fim de mapear as políticas públicas ofertadas nas comunidades do entorno do PNMR, Vila Jardim e bairro Santa Isabel. Assim sendo, será muito importante contar com a colaboração de sua secretaria para monitoramento e sistematização desses dados. Nesse sentido, gostaríamos de saber: Quais são as políticas públicas concernentes à essa Secretaria que são ofertadas na Vila Jardim e no bairro Santa Isabel? Quais são os serviços e estabelecimentos envolvidos? Quais e quantos são os profissionais envolvidos? Qual o público atendido? Se há

relatórios ou fontes de dados disponíveis, pedimos que nos encaminhem ou informem. Se há pessoa de referência para contato pedimos que nos informem o contato.

Em nome do Grupo de Pesquisa ObservaCampos, agradecemos a atenção e aguardamos o seu retorno, pois acreditamos que só assim possamos manter esse contato ora iniciado e fortalecer os laços em prol de ações significativas para e com a sociedade.

Cordiais saudações,

Dra. Patrícia Binkowski

Orientadora

Professora Adjunta UERGS/Unidade Hortênsias em SFP

Coord. do Observatório de Políticas e Ambiente (ObservaCampos)

E-mail: patricia-binkowski@uergs.edu.br

Telefone: 51 996672067

Fernanda Schinaider

Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Sustentabilidade (PPGAS)

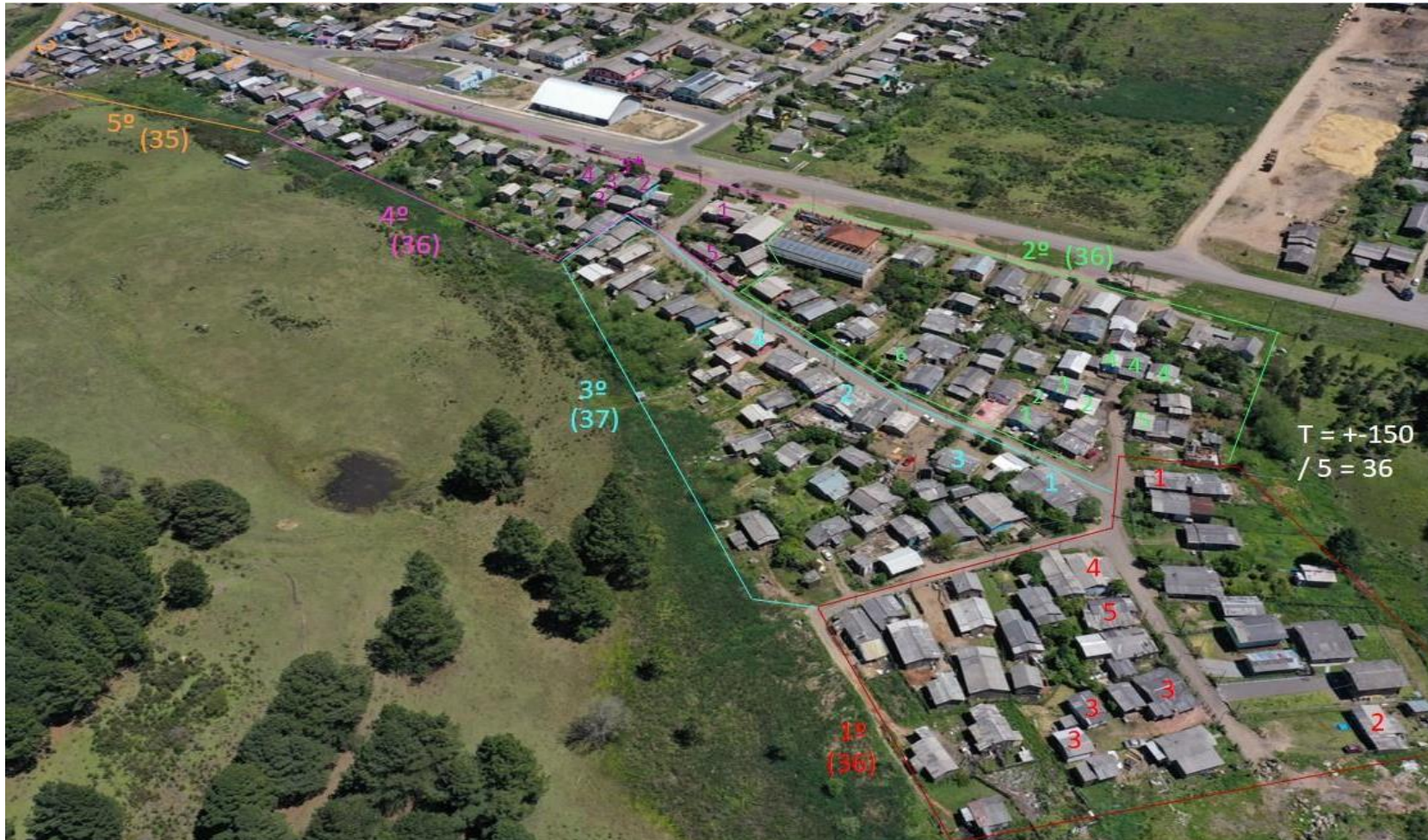
da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS)

Integrante do Grupo de Pesquisa Observatório de Políticas e Ambiente (ObservaCampos)

E-mail: fernanda-schinaider@uergs.edu.br

Telefone: 51 997428575

APÊNDICE D – MAPA COM LOTES E CRONOGRAMA DO CONTRACENSO



Fonte: Hoffmann, acervo da Estação de Pesquisa ObservaCampos – EPO (2020).

Legenda*: cada número corresponde a um lote que integram dentro de 5 zonas identificadas por diferentes cores.

APÊNDICE E – CRONOGRAMA

	Dias de campo (itinerários) 2021-2022	Horário/Local	Nº Questionários*	Total	Equipe
2021	30/10 (sábado)	10h às 12h – (2h)	1* Área 3	1	Fernanda e Túlio
	30/10 (sábado)	15h às 16h30 – (2h30)	1* Área 1	1	Fernanda
	06/11 (sábado)	9h às 10h30 – (2h30)	1* Área 3	1	Fernanda
	13/11 (sábado)	9h às 12h – 14h às 17h (6h)	5* Área 2 4* Área 1	8	Fernanda, Túlio, Cássio e Jucileia
	20/11 (sábado)	9h às 12h	3* Área 4 / 2* Área	5	Patrícia, Aline e Jucileia
2022	12/03 (sábado)	9h às 12h	Chuva		Fernanda e Túlio
	16/03 (quarta)	9h às 12h (EPO + VJ)	1* Área 5	1	Fernanda e Túlio
	19/03 (sáb)	14h às 17h	Chuva		Fernanda e Túlio
	23/03 (quarta)	8h30 às 12h (EPO + VJ)	1* Área 5	1	Fernanda e Túlio
	26/03 (sáb)	10h às 12h (Sábado Cultural Escola Castelo – SI) – 14h às 17h	1* Área 3 / 1* Área 4	2	Fernanda e Túlio
	30/03 (quarta)	8h30 às 12h (EPO + VJ)	Chuva		Fernanda e Túlio
	31/03 (quinta)	8h00 às 10h30 (Sala EPO + VJ)	2* Área 5	2	Fernanda e Túlio
	06/04 (quarta)	8h30 às 11h30 (VJ)	2* Área 3 / 1* Área 2	3	Fernanda e Túlio
<u>TOTAL (até 06/04) = 25 questionários (lotes)</u>					

APÊNDICE F - DETALHAMENTO DOS PRODUTOS TÉCNICOS- TECNOLÓGICOS

Aponte a câmera do celular para o QR Code:



Produtos Técnicos e Tecnológicos - Fernanda Schinaider_PPGAS UERGS

Ou

Clique e acesse no Google Drive:

<https://drive.google.com/drive/folders/1OcxJJWiCkZXZ4cjjHjDwovOyY39rBiF?usp=sharing>

ACERVO

Definição: Acervo é o conteúdo de uma coleção privada ou pública, podendo ser de caráter científico, biológico, bibliográfico, artístico, fotográfico, histórico, documental, misto ou qualquer outro.

Exemplos: Coleções públicas e privadas. Coleções biológicas.

Campos descritivos obrigatórios *:

Descrição do produto e de sua finalidade:

Acervo privado, albergado no drive do Grupo de Pesquisa Observatório de Políticas e Ambiente da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (devidamente cadastrado no Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq), com acesso restrito aos pesquisadores cadastrados no grupo. O acervo tem a finalidade de reunir e disponibilizar aos pesquisadores e interessados uma coleção de materiais de tipo bibliográfico, fotográfico, histórico e documental sobre o Parque Natural Municipal da Ronda e Vila Jardim, em São Francisco de Paula/RS, principais objetos de estudo da dissertação.

Natureza:

- () *Acervo público;*
 (X) *Acervo privado;*
 () *Coleção biológica cadastrada como fiel depositária.*

Avanços tecnológicos/grau de novidade:

A partir da coleção de dados produzida na Vila Jardim, São Francisco de Paula/RS, o grupo de pesquisa foi demandado pela gestão pública do município, a auxiliar em outros processos de regularização fundiária, ou seja, evidencia-se aqui a possibilidade de reproduzir a metodologia criada/adotada nesta pesquisa em outras ocupações comunitárias.

- () *Produção com alto teor inovativo: Desenvolvimento com base em conhecimento inédito;*
 (X) *Produção com médio teor inovativo: Combinação de conhecimentos pré-estabelecidos;*
 () *Produção com baixo teor inovativo: Adaptação de conhecimento existente.*

Definir se a produção é resultado do trabalho realizado pelo programa de pós-graduação ou se é resultado do trabalho individual do docente, o qual seria realizado independentemente do mesmo se docente de um programa ou não:

Docentes Organizadores:

Nome: Patrícia Binkowski

CPF: 001.421.010-01
 Permanente; Colaborador

Nome: Aline Reis Calvo Hernandez
 CPF: 758.777.670-20
 Permanente; Colaborador

Discentes Organizadores:

Nome: Fernanda Schinaider
 CPF: 027.803.260-50
 Mest Acad; Mest Prof; Doutorado

Nome: Luis Carlos Borges dos Santos
 CPF: 000.822.500-14
 Mest Acad; Mest Prof; Doutorado

Conexão com a Pesquisa

Projeto de Pesquisa vinculado ao evento organizado:

“Mudanças na Relação Sociedade-Natureza nos Territórios: Desenvolvimento, Conflitos Ambientais e Participação Sociopolítica” (Âmbito CAPES)

“Desenvolvimento de Uma Estação de Pesquisa Junto ao Parque Natural Municipal da Ronda em São Francisco de Paula, RS” (Âmbito UERGS)

Linha de Pesquisa vinculada ao evento organizado: Sociedade, Ambiente e Desenvolvimento

Projeto isolado, sem vínculo com o Programa de Pós-graduação
 Vínculo com trabalho de conclusão

Conexão com a Produção Científica

[O produto foi realizado em 2023, artigos ainda estão no prelo]

Relacione os artigos publicados apenas em periódicos que estão correlacionados a esta produção:

a) _____ Título:

Períódico: _____

Outros dados: ano _____; vol _____; páginas _____- _____; doi _____.

Recursos e vínculos da Produção Técnica**(NÃO SE APLICA)**

Data início: ___/___/___ Data término: ___/___/___

Total investido: R\$ _____

Fonte do Financiamento:

 público : _____ privado : _____**A produção necessita estar no repositório? Sim****Documentos Anexados (em PDF)**

Comprovante da utilização do acervo em mostras e exposições, eventos artísticos e literários, editoria, feiras, mostras, festivais, ações educativas, entre outras.

Comprovante do apoio privado e/ou público

Comprovante de coleção cadastrada como fiel depositária;

Outros documentos comprobatórios.

DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS**URL: DRIVE DE ACESSO AO ACERVO**

<https://drive.google.com/drive/folders/1OcxJJWiCkZXZ4cjjHjDwovOyY39rBiF?usp=sharing>

EVENTO ORGANIZADO

Definição: produto da atividade de divulgação e/ou propagação do conhecimento técnico-científico pelo Programa de Pós-Graduação para público acadêmico ou geral por meio de atividades formalmente concebidas.

Exemplos: congresso, seminário, festival, olimpíada, competição, feira ou convenção realizada pelo Programa de Pós-Graduação.

Não se aplica: participação individual de docentes em atividades de organização de eventos não correlacionados à Área de concentração e linhas de atuação do Programa.

Campos obrigatórios*:

Descrição do evento e de sua finalidade:

Exposição de fotografias das pesquisas de mestrado realizadas na Vila Jardim e Parque Natural Municipal da Ronda, em São Francisco de Paula/RS, com o intuito de divulgar os produtos técnicos-tecnológicos e propagar o conhecimento técnico-científico pelo Programa de Pós-Graduação para público acadêmico ou geral por meio de atividade formalmente concebida.

Definir se a produção é resultado do trabalho realizado pelo programa de pós-graduação ou se é resultado do trabalho individual do docente, o qual seria realizado independentemente do mesmo se docente de um programa ou não:

Docentes Organizadores:

Nome: Patrícia Binkowski

CPF: 001.421.010-01

() Permanente; () Colaborador

Nome: Aline Reis Calvo Hernandez

CPF: 758.777.670-20

() Permanente; () Colaborador

Discentes Organizadores:

Nome: Fernanda Schinaider

CPF: 027.803.260-50

() Mest Acad; () Mest Prof; () Doutorado

Nome: Luis Carlos Borges dos Santos

CPF: 000.822.500-14

() Mest Acad; () Mest Prof; () Doutorado

Conexão com a Pesquisa

Projeto de Pesquisa vinculado ao evento organizado:

“Mudanças na Relação Sociedade-Natureza nos Territórios: Desenvolvimento, Conflitos Ambientais e Participação Sociopolítica” (Âmbito CAPES)

“Desenvolvimento de Uma Estação de Pesquisa Junto ao Parque Natural Municipal da Ronda em São Francisco de Paula, RS” (Âmbito UERGS)

Linha de Pesquisa vinculada ao evento organizado: Sociedade, Ambiente e Desenvolvimento

() Projeto isolado, sem vínculo com o Programa de Pós-graduação

Caracterização do Evento:

Nome do evento: Exposição de Fotografias / Socialização de Produtos Técnicos: Acervo e Evento Organizado

GT2 Território, Conflitos, Políticas e Ambiente - Oficina no Parque Natural Municipal da Ronda: reconhecendo o território de uma unidade de conservação.

Tipo: Mostra / Exposição de acervo / Divulgação de Produto

Ano de realização: 2023

Duração: 2h

Local/Cidade/País: Sede do Parque Natural Municipal da Ronda, São Francisco de Paula/RS – Brasil

Amplitude: Regional

Número de participantes: 13

URL:

DRIVE DE ACESSO AOS PRODUTOS DO EVENTO:

<https://drive.google.com/drive/folders/1OcxJJWiCkZXZ4cijjHjDwovOyY39rBiF?usp=sharing>

INSTAGRAM

<https://www.instagram.com/p/CzweyJunNk/?igsh=ZTQzdzdhNXNnejN6>

Recursos e vínculos do evento

(NÃO SE APLICA)

Data início: ___/___/___ Data término: ___/___/___

Total investido: R\$ _____

Fonte do Financiamento: _____

A produção necessita estar no repositório? Sim

Documentos Anexados (em PDF)

() Anais

(X) Programação

(X) Outros documentos considerados pertinentes